

# Um Breve Elogio



à Leitura

Lúcia Helena Medeiros

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão de Processos Educacionais

## **UM BREVE ELOGIO À LEITURA**

Lúcia Helena Medeiros

Porto Alegre  
2005

## **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)**

M467b Medeiros, Lúcia Helena

Um Breve Elogio à Leitura / Lúcia Helena Medeiros. - 2006.  
f.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006, Porto Alegre, BR-RS.  
Orientadora : Norma Regina Marzola.

1. Leitura - Lingüística - Filosofia. 2. Hábito da leitura. 3. Tecnologia de informação e comunicação. I. Marzola, Norma Regina. II. Título.

CDU - 028

Bibliotecária Maria Amazilia Penna de Moraes Ferlini - CRB 10/449

### **CAPA**

**Í De onde estamos vindo, para onde estamos indo.**

Elaboração Lúcia Medeiros;

Produção Daniela Marzola Fialho;

Reproduções de Zoravia Betiol(2000), Velázquez(1656) e Magritte(1928).

## UM BREVE ELOGIO À LEITURA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora:

Profª Drª Norma Regina Marzola

Porto Alegre

2005

LÚCIA HELENA MEDEIROS

Aprovada em 28/09/2005.

---

Profª Drª Norma Regina Marzola . Orientadora

---

Prof. Dr. Luiz Percival Leme Britto . UNISO/SP

---

Prof. Dra. Rute Baquero . UNISINOS/RS

---

Prof. Dra. Nadja Hermann . PPGEDU/UFRGS

---

Profª. Dra. Malvina Dorneles . PPGEDU/UFRGS

Para Minha Mãe **HELENA MEDEIROS**

Para Meu Pai **ADEMAR ECHEVERRIA MEDEIROS** (in memoriam)

## **AGRADECIMENTOS**

- São inventários, mapas, roteiros de ancoradouros. Dizem das penhoras, das apostas, das graças ganhas, da sorte de bons ventos. Dão notícias de acompanhamentos, do relógio, da bússola e do sextante que na sombra das horas, favoreceram salvo conduto. É o caso aqui.

Começo agradecendo às instituições, **CAPES-ME; PPGEDU-UFRGS**, e às pessoas que as fazem eficientes, na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação, em especial, a gestão da Prof<sup>a</sup> **Malvina Dorneles**, cuja tônica sempre foi a resolução de problemas com qualidade para as pessoas e a organização; à Secretária do PPGEDU que mantém esse estilo, em especial à **Marisa Behn Rolim**, à **Mary Ignez Pires**, ao **Eduardo Assunção Rocha**, à **Ioni Castro da Silva**, à **Neusa Maria DEÁvila**.

Aos professores, em especial:

à **Ida Regina Chittó Stumpf** (PPGCOM-UFRGS) pela perspectiva de excelência profissional;

à **Miriam Mara Dantur de La Rocha Biazotti** (IBICT) pela iniciação em projetos de pesquisa;

à **Maria Helena Degani Veit** (PPGEDU-UFRGS) pela generosidade e envolvimento;

à **Marisa Costa** (PPGEDU-UFRGS) pelo empenho e comprometimento;

à **Nadja Hermann** (PPGEDU\_UFRGS) pela disponibilidade e acuidade intelectual.

A todos os colegas em especial aqueles que emprestam apoio, confiança no compartilhamento de seus sucessos, a saber: **Cristianne Farmer Rocha, Isabel Cristina Machado de Lara , Jorge Noblega , Leni Dornelles e Maria Alvina Mariante.**

Aos amigos pessoais e profissionais, em especial, à **Marilena Porto** que me buscou, me trouxe e me deu um rumo, em minha hora mais difícil;

ao **César, Graciela, Angela, Rossana e Gonçalo Chiafitelli**, incluindo aí, **Antonietta Lavoratti** pelo conforto dos afetos de caráter incondicional;

à **Daniela Fialho**, por sua apurada percepção e fraternal disponibilidade;

à **Zorávia Bettiol**, pela beleza de sua arte e amizade alegre e freqüente;

ao amigo **Alberto Pinto**, pela confiança pessoal e profissional;

ao querido amigo **Humberto Vieira**, sempre ali, ao alcance da mão porque sempre perto do coração;

à **Carmen Copetti Almeida** pela competência ética - profissional que me salva das tristezas+da vida;

à **Vera Caberlon** e à **Virginia Christ** que oportunizaram circunstâncias pessoais e profissionais decisivas;

à **Mathilde Appel e família** pela alegria da amizade e viabilização de minhas produções;

à **Maria Helena Schaan** , amiga e profissional de primeira ordem;

à minha livreira (LIBER), **Fernanda Andreazza** pela amizade e presteza nos aportes bibliográficos.

À minha primeira orientadora (PPGA-UFRGS), medalha de ouro da CAPES, **Tânia D. Fischer (UFBa)** pelo prestígio que me confere com a constância de sua amizade;

aos ilustríssimos professores da banca do Projeto de Tese: Prof<sup>a</sup> **Rute Baquero; Luiz Percival Leme Britto; Malvina do Amaral Dorneles e Nadja Hermann** pela leitura atenta, pelo aceite do ponto de vista ofertado às suas críticas, pelo rigor da análise e riqueza dos aportes que favoreceram possibilidades inéditas e sofisticadas a esse trabalho, solicitando um esforço que, espero, lhes satisfaça;

ao Prof. **Jorge Larrosa** (Universidade de Barcelona), pela disponibilidade da leitura e singularidade erudita de suas observações;

à minha orientadora no PPGEDU-UFRGS, **Norma R. Marzola** que exerce com rigor a política da amizade, onde o jogo do afeto e da inteligência é uma escolha ética, generosa na disponibilidade, econômica nos privilégios, sempre leal na crítica, e em seu elegante senso de humor nos debates, na melhor tradição acadêmica.

Também agradeço ~~aos mortos de minha felicidade~~<sup>1</sup> pelas aprendizagens que suas passagens pela minha vida oportunizaram.

Preciso lembrar das muito amadas ~~outras gentes~~<sup>2</sup> pela alegria de suas presenças e exemplo de suas dignidades.

Finalmente e mais importante, agradeço a minha mãe, **Helena**, luz de alto alcance, e a meu pai, **Ademar**, veleiro de muitas velas, por muito mais do que aqui é possível sinalizar, além do orgulho e da amorosidade dessa filiação.

**MUITO OBRIGADA!**



***Helena: eu nunca fui a Tróia, ali só esteve minha sombra.***  
***Mensageiro: Que dizes? Somente por uma sombra tanto padecemos?+***

*Helena. Eurípides*

# RESUMO

A tese tem como objetivo evidenciar a centralidade da página como dispositivo de governamentalidade da racionalidade ocidental moderna, uma racionalidade que emergiu, no séc. XII, com a possibilidade da leitura silenciosa dada pela página, e que se disseminou com a imprensa, a partir do século XVI. Propõe-se, então, a mostrar que, na atualidade, a página cede essa centralidade para a page, que se constitui como dispositivo governamental de um mundo globalizado. Em consequência, a leitura, enquanto modo de subjetivação do leitor pela página, transforma-se em relação à page: da leitura centrada na escrita à leitura centrada na leitura (dos trajetos) da leitura.

A arte de governo da página acontece numa forma de disposição da escrita que teve o poder de estabelecer o texto, tornando-o inteligível numa certa ordem do discurso, e de configurar um modo de pensar produzido por esse ordenamento. Já a arte de governo da page acontece numa clara desorganização daquela ordem. Pois, paradoxalmente, é o hipertexto, ou seja, a descentralização do texto produzida pelos links, que vai evidenciar a centralidade da page como dispositivo de governamentalidade das chamadas sociedades de controle.

A governamentalização do Estado Moderno Ocidental centrou-se na página enquanto

- 1) instituição (nos seus procedimentos, análises, cálculos, reflexões e táticas) que tem por alvo a população leitora, por forma principal de saber a economia política (inteligibilidade) do texto e por instrumentos técnicos, os dispositivos de segurança da sintaxe e da gramática;
- 2) um ordenamento que dá proeminência a esse tipo de arte de governo, ao produzir uma série de dispositivos de governo (arquivos, bibliotecas, escolas, p.ex.) e o disciplinamento dos saberes (medicina, literatura, p.ex.);
- 3) condição de possibilidade da passagem do estado de justiça da Idade Média para o estado administrativo, burocrático do séc. XVII, ou seja, para a governamentalização do Estado.

Assim, a página é inerente a uma forma de governamentalidade. E ao se constituir como o centro da sua racionalidade, ela aparece como condição de possibilidade para a emergência dessa governamentalidade e como um dispositivo pelo qual esta se efetiva.

Centrada na page, a governamentalidade vai constituir:

- 1) a população mundial como alvo; como forma de saber, a economia política da informação e da comunicação (TICs); e por instrumentos técnicos, os dispositivos de segurança (câmaras, senhas, programas de computador, etc.);
- 2) um ordenamento global incessante e mutável que dá proeminência ao e-governo, ao trabalho imaterial, aos saberes linkados no hipertexto;
- 3) uma condição de possibilidade da passagem do estado administrativo, burocrático, disciplinar, para o estado do controle, do acesso, da senha.

Aqui, já não se trata mais da arte de governo da página.

A governamentalização do Estado centrada na página chega até nós travestida, transmutada que foi pela page. Já não se trata daquela arte de governo. Já não é mais a página. Tudo é outra coisa. Nós também. Já somos outros.

Porque lemos e somos lidos de outra forma.

# ABSTRACT

This thesis aims to give evidence for the centrality of the page as a gadget of governance of the modern western rationality, which emerged in the XII century, with the possibility of the silent reading given by the page, which was disseminated by the press, from XVI century. The objective is to show that, nowadays, the page concedes this centrality to the e-page, which is constituted as a governmental gadget of a global world. Therefore, the reading as a reader's subjectivity to the page, is transformed in relation to the e-page: from the reading centered on the writing to the reading centered on the reading (of the routes) of the reading.

The government artifact of the page occurs in the disposition mode of the writing that had the power to establish the text, making it intelligible in a certain order of discourse, and of shaping a way of thinking produced by this ordination. On the other hand the government artifact of the e-page occurs throughout a clear disorganization of that order. Then, paradoxically, it is the hypertext, that means, the decentralization of the text produced by the links, which will give evidence for the centrality of the e-page as a gadget of governance of the so called "society of control".

The governing of the Modern Western State centralized on the page as

- 1) institution (in its procedures, analysis, calculations, reflections and tactics) that targets the population who reads, as a main way of getting to know the economy policy (intelligible) of the text and by technical instruments, the safety gadgets of the syntax and grammar;
- 2) the ordination that gives prominence to this type of government artifact, in producing a series of government gadgets (i.e. archives, libraries, schools) and the disciplining of knowledge (i.e. Medicine, Literature);
- 3) condition to the possibility to the passage of justice state from the Middle Age to the administrative state, bureaucratic of the XVII century, that means, to the state governing.

Thus, the page is inherent to a governance mode. And by its constitution as the center of its rationality, it appears as a condition of the possibility for the appearance of this governance and as a gadget by which it is produced.

Centered on the e-page, the governance will constitute:

- 1 the world population as a target; as a knowledge mode, the economy policy of information and communication (TICs), and by technical instruments, the safety gadgets (cameras, passwords, computer programs, etc.);
- 2 an incessant and mutable global ordination that gives prominence to the e-government, to the immaterial work, to the knowledge linked to the hypertext;
- 3 a condition to the possibility to the passage of the administrative state, bureaucratic, disciplinary to the state of control, to access, to password.

Here, it is not the case of the government artifact of the page anymore. The governing of the state centered on the page is a travesty page, transmuted by the e-page. It is not the page anymore. Everything is another thing. So are we. We are other ones..

Because we read and are read in another way.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>1 DOS ELOGIOS</b> .....   | 1   |
| <b>2 DA PROPICIAÇÃO</b> .....  | 12  |
| .....  |     |
| <b>3 DAS PROPOSIÇÕES</b> .....   | 26  |
| 3.1 SOBRE A PRÁTICA DE PENSAR A LEITURA .....                                    | 33  |
| <b>4 DOS COROLÁRIOS</b> .....  | 37  |
| 4.1 COROLÁRIO 1: Do Lugar Arquetizado pela Página ou Da Ordem da<br>Página ..... | 40  |
| 4.1.1 A %Grande Divisão+.....  | 41  |
| 4.1.2 Virando a Página .....   | 45  |
| 4.2 COROLÁRIO 2: Da Ordem (das Páginas) do Livro .....                           | 48  |
| 4.3 COROLÁRIO 3: Do Mobiliário da Página .....                                   | 53  |
| 4.4 COROLÁRIO 4: Da Temporalidade da Página .....                                | 55  |
| 4.5 COROLÁRIO 5: Do Governo da Página .....                                      | 58  |
| 4.6 COROLÁRIO 6: Da Representação na Página .....                                | 59  |
| 4.7 COROLÁRIO 7: Da Subjetividade Leitora .....                                  | 61  |
| <b>5 DA DIVISÃO: Dobrando a página</b> .....                                     | 65  |
| .....  | 69  |
| 5.1 DO SENTIDO DO TEXTO .....  | 72  |
| 5.2 DO SENTIDO DO DISCURSO .....   | 78  |
| 5.3 DO SENTIDO DO SUJEITO .....  |     |
| <b>6 DA PERORAÇÃO</b> .....  | 82  |
| .....  | 98  |
| <b>NOTAS</b> .....   | 116 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   |     |

# **1** DOS ELOGIOS

*... já de saída*

*a minha estrada entortou,*

*mas vou até o fim.*

Chico Buarque de Hollanda

Certa vez, lá pelos anos oitenta do século passado, procurava o elogio da Sombra<sup>3</sup> de Jorge Luis Borges numa grande e antiga livraria no centro do Rio de Janeiro. Daquelas cheias de cantos escuros, mas minuciosamente organizadas. Localizei a estante onde estavam as obras do autor, mas não o Elogio. Porém, o vendedor assegurava peremptoriamente sua existência, com a impaciência característica de quem prioriza os livros e depois, muito depois, as pessoas que desarrumam as suas estantes. Ficou claro que a incompetência era minha. Desisti e resolvi circular, esperando encontrar uma daquelas surpresas que costumam habitar o trajeto do olhar que vagueia a esmo. Lá pelas tantas, de passagem, deparei-me com ele: repousava majestosamente na estante de Medicina-Radiologia, numa espécie de concretude do nexo do elogio, numa licença poética que, ironizando as segmentações classificatórias do conhecimento, bem ao gosto dos labirintos borgeanos, lhe prestasse uma secreta homenagem. Um engano que, no final das contas, não era engano. Cerne de todo elogio que se preza.

Afinal, o negócio da Radiologia é o jogo das sombras e o Elogio transita pela ambição de radiografar o elogiado.

Afora a aparência casual dessa pequena e desimportante experiência, os equívocos com Elogios estão previstos em sua arquitetura, pelo menos desde o *Elogio de Helena*, de Górgias (487-380), já que seu nexos envolve uma espécie de trampa. Isto, em consequência de uma lógica da ambigüidade, que nos propõe uma realidade fragmentada, cujos fragmentos se justapõem e se opõem entre si, sem se excluírem mutuamente. E, no entanto, é justamente essa formatação que garante sua possibilidade de unidade como estratégia discursiva, desde a Retórica grega.

Nos Elogios, morte e forma estão imbricados com equívoco e ironia. Dizem respeito à morte de uma determinada *forma de razão* que a tradição narrativa ocidental encobriu, marginalizou, tornou invisível, ao se estabelecer como verdadeira e dominante, dando-lhe uma vida de fama duvidosa.

Os Elogios são sempre fúnebres, mas não necessariamente tristes. Registram perdas, danos e ganhos, funestos ou não. Celebram uma morte de fato ou uma morte anunciada ou, ainda, uma morte sutil. Registram e celebram, à sua maneira, a morte de determinado modo de ver e falar da culpa (Górgias, século IV a.C.), da loucura (Erasmus, 1509), da consciência (Valadier, 2000), da sombra (Borges, 2001), do amor (Godard, 2001), da cólera (Magris, 2004), etc., etc., etc.<sup>4</sup> A

ironia faz-se, neles, sempre presente: está na celebração de uma forma de existência sem a presença do homenageado. O equívoco permanece como chave do evento celebrado: dar vida ao fim daquela forma. E reside na idéia (equivocada) do cessar dos efeitos daquela forma particular de existência.

Desde o século IV a.C., essa ambigüidade é constitutiva do Elogio e, de certa maneira, o funda. Talvez por isso mesmo Aristóteles, em sua *Retórica*, não lhe confira o estatuto de gênero ou classe, considerando-o como uma das formas operativas do gênero deliberativo.

É, então, principalmente em Górgias, tido como um dos fundadores da retórica<sup>5</sup> enquanto arte da argumentação e convencimento, e mais especificamente em uma de suas obras de cunho filosófico, o *Elogio de Helena*<sup>6</sup>, que pretendo estabelecer alguns dos primeiros parâmetros dessa tese e a justificativa para o seu título.

Algumas fontes não muito precisas observam que, bem ao gosto dos sofistas, Górgias seria autor de uma outra peça retórica na qual responsabilizava Helena por todo seu infortúnio e de quem mais ao seu redor estivesse. Ele teria apresentado as duas versões, a favor e contra, em seqüência, com o intuito de exemplificar o poder de convencimento de um discurso que observasse o rigor da lógica argumentativa. A peça retórica que chegou até nós é um belo e ~~mas~~ sofismável texto a favor de Helena. Mais adiante, vamos observar como, apesar da sobrevivência da versão ~~pró~~-Helena, toda a tradição, até nossos dias, vai ecoar o suposto texto perdido. Por agora, basta lembrar que, entre outros<sup>7</sup>, vamos encontrar em Goethe<sup>8</sup>, a infortunada Helena como mãe do Dr. Fausto.

Segundo Petrelli (2003), Helena foi uma personagem muito conhecida entre os gregos. É citada por Homero; Heródoto refere-se a ela no início de sua *História da Guerra do Peloponeso*; Górgias, por sua vez, a usou para exemplificar um compacto paradigma de como a retórica sofística funcionava. Daí a organização do seu Elogio ter um caráter judicial: há uma introdução (1-2), uma narração da linhagem de Helena (3-5), uma divisão (6a), uma prova (6b-19) e a peroração (20-21).

Górgias descreveu Helena como filha de Leda e ~~seu~~ pai, o que foi, era um deus [Zeus] e o que se dizia [Tíndaro], um mortal, [ . . . ], um dos quais por ser, pareceu, enquanto o outro por dizer, foi refutado+ (*Elogio de Helena*, 3). Esta

linhagem conferia-lhe uma beleza semelhante à divina, o que suscitou muitas paixões de amor e com um só corpo conduziu muitos corpos de homens que pensavam grande sobre grandes coisas, [ . . . ]+ (*Elogio de Helena*, 4). Donde a condenação de Helena pela tradição historiográfica.

O *Elogio de Helena* situa seu discurso fora dessa tradição: procura refutar os que censuram Helena, mulher sobre quem uníssona e unânime se fez a crença dos que escutaram os poetas e a fama do nome, que das desgraças se tornou memória+ (*Elogio de Helena*, 2). Para isso, Górgias propõe algumas suposições sobre o desaparecimento de Helena: ou foi por força raptada, ou então por discurso persuadida, ou por amor conquistada+. Passando a refutá-las uma a uma. Assim, se foi pelo primeiro motivo, é digno de ser acusado o que a acusa; pois um divino propósito com humana providência é impossível impedir. Pois o natural não é o mais forte pelo mais fraco ser impedido, mas o mais fraco pelo mais forte ser governado e conduzido, [ . . . ]. Se, portanto, à Sorte e à divindade se deve atribuir a acusação, deve-se absolver da infâmia Helena+ (*Elogio de Helena*, 6).

Se a segunda suposição é verdadeira, a culpa deve recair sobre Páris, causador de seu infortúnio, que deve receber pelo discurso, a acusação; pela lei a desonra; pelo ato o castigo; e a vítima da violência, [ . . . ], como não seria natural que merecesse piedade mais do que maledicência?+ (*Elogio de Helena*, 7).

Se a verdadeira é a última das três suposições, sua defesa resulta fácil, pois a sedução, como a persuasão, associando-se ao discurso, forja a alma como quer, [ . . . ]+. E isto porque o discurso é um grande soberano que, com o mais diminuto e inaparente corpo [as palavras], as mais divinas obras executa+. Górgias se refere, aqui, ao poder do discurso para cessar o medo, arrancar a tristeza, suscitar a alegria e aumentar a com-paixão+ (*Elogio de Helena*, 8).

Para produzir a defesa de Helena, Górgias constrói sua tese através de uma série de argumentos, que focalizam desde o desejo dos deuses e o amor, até os limites do conhecimento, a opinião e o discurso. Todos esses argumentos são esgrimidos por Górgias que pretende, dando uma lógica ao discurso [ . . . ], livrar [Helena] da acusação, e os que a censuram, [ . . . ], livrá-los da ignorância+ (dessa lógica ) (*Elogio de Helena*, 2).

A persuasão (*peithô*) retira sua força, portanto, da potência das palavras. São elas que produzem, no leitor do *Elogio de Helena*, a crença de que o desejo dos



deuses é mais forte que o desejo dos mortais, submetendo-os aos seus desígnios, tal como submete a Helena. São elas que dizem das limitações do conhecimento humano, pois o poder do discurso só se manifesta porque não podemos recordar o passado (*de onde viemos?*), conhecer o presente (*quem somos?*) e antecipar o futuro (*para onde vamos?*). Por essa impossibilidade, os homens ficam sujeitos à opinião (*doxa*), sendo esta estrategicamente operada pela arte da persuasão. Se apenas pode-se contar com a opinião para lutar contra o discurso, então a persuasão equivale ao uso da força física, diante da qual Helena não tem escolha.

Mas se o amor, despertado pela divina beleza de Helena, é algo que diz respeito ao sentido da visão como estimulante do desejo, ele certamente não eximirá Helena da culpa que carrega. Para livrá-la de tal culpa, Górgias coloca os objetos da visão como externos aos observadores e, portanto, não como um construto do observador. Assim, o alcance da visão precisa de um agente externo, que se evidencia no início do argumento, quando Górgias descreve como um observador reage sustentado em sua própria percepção do objeto, que não é o objeto de fato. Com isso, nega a possibilidade de uma ciência real, já que é impossível saber o que existe verdadeiramente e o que não existe. Daí sua afirmação de que o ser não existe; ainda que existisse alguma coisa, não se poderia conhecer; ainda que o ser fosse cognoscível, o conhecimento seria incomunicável pela linguagem. Em outras palavras, nada existe, porque nem o ser nem o não-ser são dados da experiência. Não sendo dados da experiência, não se pode estabelecer uma relação entre eles, o que torna impossível a formulação de juízos lógicos. Mesmo se existisse alguma coisa, não se poderia conhecê-la, porque a realidade sensível não é inteligível, e o que seria inteligível não é dado, sendo, portanto, inexistente. Se podemos conhecer alguma coisa, nada podemos dizer sobre ela. Uma vez que a linguagem é perfeitamente arbitrária, as palavras traem o pensamento. Em suma, para Górgias, aquilo que comunicamos pela palavra não é a coisa, mas o próprio discurso (GARCIA-ROZA, 2001, p. 71).

É esse modo de ver a relação entre linguagem e pensamento que vai sofrer um deslocamento provocado pelo ponto de vista de Platão e Aristóteles, segundo o qual a realidade é racional. E, desde que a linguagem reflete o pensamento, ela seria capaz de expressar a realidade adequadamente. A impossibilidade da linguagem exprimir a realidade constitui, na sofística, um pilar importante da sua

interpretação do homem e do mundo. A palavra, aí, é um poderoso tirano<sup>9</sup> capaz, escreve Górgias, de realizar as obras mais divinas, apesar de ser o mais pequeno e invisível dos corpos. É capaz de apaziguar o medo e eliminar a dor, de produzir a alegria e despertar a compaixão (*Elogio de Helena*, 8). Ou seja: a palavra produz efeitos, pois funciona aí, segundo Garcia-Roza (2001, p. 71), como instrumento de encontro, persuasão, coação+. Não tendo por finalidade significar as coisas, a verdadeira potência do discurso estava em sua possibilidade de subverter por completo a ordem das coisas+.

De onde advém essa possibilidade e como ela se constituiu? É preciso lembrar que, com o fim da monarquia e a instauração da democracia ateniense, a partir das reformas de Solon, do desenvolvimento de um sistema judiciário e da instalação de uma assembleia popular, nos séculos VI e V a.C., quando a deliberação se dá publicamente através do uso da palavra, o argumento gorgiano de encantamento permanente faz parte da política democrática, do jogo político cotidiano: a palavra passa a ser o instrumento por excelência para a aquisição e o exercício da virtude (*areté*) política+(GARCIA-ROZA, 2001, p. 48-49).

Daí não decorre, tal como se afirma por vezes, que, para Górgias, a verdade é inacessível mas, sim, que não podemos ter a certeza de a alcançar. Ao negar, assim, a capacidade da razão para estabelecer verdades conclusivas, faz do filosofar uma prática da dúvida (uma prática de estabelecer problemas ao invés de procurar respostas), em vista da suspensão da opinião (verdade naturalizada).

Aliás, os sofistas, representados principalmente por Górgias e Protágoras, propunham um mundo relativista e pluralista, onde o discurso e a sentença retórica eram capazes de criar mundos, onde a palavra é um instrumento de persuasão e não um meio de se chegar à verdade. A persuasão, como uma das hipóteses para o desaparecimento+ de Helena, é, então, um exemplo da força de encantamento da retórica como possibilidade de explicação, isto é, de produção de determinados efeitos de verdade.

O discurso (*logos*), para Górgias, tem um poder regulador. Sua essência é minuciosa e suas realizações são sobre-humanas. É operário do homem, no sentido em que opera, produz algo no homem, ou seja, ao estabelecer leis e descobrir técnicas, capacita-o a modelar os objetos que ele é capaz de fazer. O discurso,

então, é louvado por aquilo que ele revela ao ser humano e por aquilo que ele pode produzir.

O *Elogio de Helena* pretende, assim, revelar, dando a ver e tornando visível a inocência (condenada à sombra) de Helena. E a morte aí celebrada (de forma operativa, ou seja, argumentativamente, para fins deliberativos) é a morte de sua visível (e por isso mesmo tornada verdadeira) culpa. Ao mover-se no espaço definido pelo confronto de dois discursos, a argumentação permanece no lugar da ambigüidade. E é precisamente nisto que reside sua eficácia. Se os procedimentos parecem aproximar, aqui, Górgias e Aristóteles, o exercício próprio do Elogio, no qual se joga com o poder de sua ambigüidade, os afasta definitivamente. Tanto é assim que é esse afirmar-se contra a sofística que irá possibilitar e inaugurar, nos estertores da democracia grega, uma tradição platônico-aristotélica da verdade que prevalece até os dias de hoje.

Nessa tese, o que vai interessar é, pois, o *logos* de todo Elogio, o que me permite registrar e celebrar, à sua maneira, a morte de determinado modo de ver e falar da leitura (ainda que seus efeitos não cessem com essa morte anunciada). A possibilidade de jogar com a ironia e o equívoco, na apresentação e análise de dados, como instrumentos de relativização das narrativas hegemônicas sobre leitura, é o que me mobiliza, de início, nessa empreitada. Contudo, o título da tese . *Um Breve Elogio da Leitura* . funciona também, mais amplamente, como uma plataforma que se constitui como uma *quase* metáfora, no sentido de indicar o viés *quase* gorgiano de estilo, ao sinalizar a *quase* *mirada* lingüística+já lá, nos sofistas.

Sendo a *mirada* lingüística+ um dos focos onde se tecem os argumentos dessa tese, interessa especificar um pouco mais, aqui, este ponto. Na perspectiva da sofística, a busca da verdade em um sentido completo e absoluto resulta em uma tarefa impossível. Górgias já assinalava a impossibilidade de uma ontologia em *Sobre o Não Ser ou Sobre a Natureza*<sup>10</sup>, onde argumenta sobre a total impossibilidade de um conhecimento definitivo e estável do mundo.

Por outro lado, a afirmação emblemática do relativismo protagoriano de que *o* homem é a medida de todas as coisas, das que são como são e das que não são como não são+, é a expressão de sua descrença quanto à possibilidade de uma concepção unitária do mundo e remete à idéia de que as coisas são como nos parecem ser, como se evidenciam à nossa percepção, não nos restando outra

possibilidade de acesso a não ser a nossa sensibilidade. Segundo Garcia-Roza (2001), esse fenomenismo, que apresenta uma considerável semelhança com aquele defendido por alguns pensadores da modernidade, tem como correlato a relatividade da verdade e de todos os valores, e diz respeito tanto ao nível da experiência quanto ao nível do discurso.

A representação que se estabelece na linguagem instaura as coisas que percebemos sem que, no entanto, a linguagem possa comunicar a *experiência*, porque as coisas não são discursos. Assim, as coisas que vemos e ouvimos existem na representação. Contudo, como podemos representar o que não existe, a representação do ser não nos forneceria a verdade do ser e, portanto, o conhecimento seria impossível. Nesse sentido, o máximo que nos seria possível, seria tomar como ponto de partida que nada existe fora da representação<sup>11</sup>, isto é, da linguagem.

Assim, corro o risco de estribar o ponto de partida dessa tese num estilo . o elogio . %degradado+ por ninguém menos que Platão e Aristóteles e devidamente %esquecido+ por toda a tradição do pensamento ocidental<sup>12</sup>. Segundo Ferraz (1999), a idéia, por exemplo, de que precisamos falar para "significar alguma coisa" nos torna, queiramos ou não, executores de uma tradição metafísica que remonta diretamente a Aristóteles, dando sustentação à sua tentativa, bem sucedida, de exclusão da sofística da cena do pensamento legitimado, conforme observa Barbara Cassin (1980).

A sofística foi relegada, historicamente, para além da posição cartesiana %das coisas que se pode colocar em dúvida+, classificada como pseudofilosofia já que seu pressuposto básico está na centralidade das aparências. Assim é que, para excluir a sofística de uma tradição do pensamento, foi preciso referi-la à verdade, a uma *aletheia* já não mais governada pela lógica da ambigüidade, como era o pensamento mítico e religioso da Grécia arcaica (DÉTIENNE, 1990), no qual o *apate* (engano) fazia parte do jogo. Foi preciso referi-la a uma *aletheia* regida por uma lógica dualística, excludente, do contraditório, e contraposta, sem contaminação possível, à mentira. Tanto para Platão quanto para Aristóteles, a sofística possuía coordenadas que organizava o falso, o *pseudos*. Isto porque focava o que não é, o não-ser, tendo como objeto o que não é qualidade do "ente", isto é, o fenômeno, a aparência. E para completar, uma pior infâmia ainda: a utilização do *logos* para o

engano e a sedução, a fim de obter um êxito rentável. Coisas da democracia..., diria Platão.

A condenação da sofística se fez, então, em nome da Ontologia, onde a razão se estabelece dicotomizada dos sentidos e funda um sujeito único e imutável, negando o conhecimento, considerado ilusório, que advém dos sentidos.

A ambigüidade do Elogio joga com o ser e o não-ser, sem contrapô-los nem considerá-los excludentes, mas como *matter-of-fact* altamente política. Ou seja: no lugar onde Benjamin (1928) assinala que %a língua tem um corpo e o corpo tem uma língua+. É pois, aí, que a defesa, a prova, o convencimento a respeito da nossa percepção das coisas enfatiza o logos enquanto discurso argumentativo, como estratégia persuasiva. É nesse %logo+ que se poderia defender ou, até mesmo, provar uma idéia. E é este o %logo da leitura+ que aqui proponho.

Em relação à sua arquitetura, essa tese está configurada por seis grandes eixos.

Em ***Dos Elogios***, busquei mostrar a intenção de viés em que se tece essa tese. Assim, tentei evidenciar a ambigüidade, o equívoco e a ironia do seu título e do seu próprio desenvolvimento, o que não me permite, em momento algum, estabelecer uma verdade única e última sobre a questão da leitura e, ao mesmo tempo, facilita relativizar as suas verdades constituídas. Pareceu-me ser esse um ponto de partida válido para a problematização que pretendo trilhar ao longo do texto, à maneira de uma arquitetura que modela, de uma determinada forma, os nexos que nele estabeleço. Arquitetura essa que, sem dúvida, exerce uma função de polícia (no sentido foucaultiano) à minha composição. Não para contê-la num espaço previamente definido, mas para garantir o exercício de um ponto de vista que produz determinados efeitos.

Em ***Da propiciação (Das margens do problema)***, busquei, de um modo geral, definir coordenadas específicas, com um nexos particular, a fim de evidenciar possibilidades diferenciais que se abrem para o tratamento do tema da leitura. Nessa direção, vou começar levantando dados de pesquisas recentes que me permitem problematizar o tema, %margeando+ as projeções correntes sobre leitura, numa tentativa de ancorar um problema que toma formas tão variadas quanto o desenho de suas margens, quando visto de perto. Assim, as pesquisas citadas têm o sentido de mostrar a profusão e a diversidade de estudos produzidos sobre o

tema. Ainda que essa amostragem não seja exaustiva, ela é significativa tanto no tocante às diferenças de seus supostos teóricos, como na unidade do pressuposto valorativo que tais estudos apresentam. É esse pressuposto comum . que assegurou à leitura o lugar privilegiado de que goza nos meios acadêmicos e sociais, transformando-a num cânone do senso comum . que me interessa destacar, ainda que não me detenha no exame de suas diferenças teóricas. A seguir, procuro antever e formular as conexões que surgem ao se tomar a leitura não mais como tema, mas como problema, a começar pela tentativa de %atualizar as virtualidades prefiguradas+ na página enquanto dispositivo de produção de determinada racionalidade leitora. Tal problematização se utiliza da maneira foucaultiana, como mote deflagrador para evidenciar uma possibilidade de resposta **no** problema. Sem, no entanto, utilizar o arcabouço teórico de Foucault tal como ele o usou, mas, seguindo sua própria orientação, usando-o de um modo crítico.

Em ***Das Proposições***, especifico a tese que suscita esse trabalho, ou seja, a idéia de ***que a centralidade da página, enquanto nexos-síntese da racionalidade ocidental e dispositivo de governamentalidade na produção de sujeitos educados, com foco no disciplinamento na e pela escrita, estaria sendo deslocada dessa centralidade pelo ordenamento da page, onde o foco desliza para o controle na e pela leitura.***

A favor dessa proposição, ofereço uma série de considerações a favor de sua pertinência e efetividade. Essas considerações giram em torno de um dos pressupostos desse trabalho, ou seja, a perspectiva de que as coisas são objetivações de relações práticas determinadas, específicas e históricas. Assim, as coisas são vistas como correlatas das práticas que as produzem e que são historicamente constituídas, ao mesmo tempo em que projetam objetivações que tomamos pelas coisas mesmas.

Em ***Dos Corolários***, explicito algumas deduções, conexões implícitas e explícitas da proposição, numa conjugação selecionada de argumentos, levando em conta as recomendações da Banca do Projeto de Tese, buscando evidenciar a possibilidade e a efetividade da proposição desse trabalho.

Essa possibilidade e essa efetividade estão relacionadas de modo a constituírem uma outra latitude e uma outra longitude, no sentido de Deleuze, em relação à leitura enquanto problema. Aquilo que Espinoza, em sua *Ética*, observa

como uma composição de velocidades e lentidões que alteram o mobiliário do mundo, o modo como significamos sua ocorrência, as relações de poder que afetam e são afetadas sobre um plano de imanência ou consistência, onde não há dimensão suplementar a ser descoberta, organizada ou desenvolvida, mas, sim, composta.

Ou seja, intenta-se oferecer uma leitura sobre leitura que realize a proposição dessa tese pelo simples fato de que essa proposição já estava prevista lá, no plano da página, da mesma forma que, à sua época, a laranjeira produz laranjas<sup>13</sup>.

Em **Da Peroração**, concluo com uma espécie de exórdio, uma invocação à confirmação do meu argumento.

Em relação ao estilo formal da tese, é preciso chamar a atenção para uma espécie de dificuldade que, à saída, se apresentou à sua escrita e vai se apresentar aos leitores desse trabalho: o grande volume e extensão de entradas de notas.

Em primeiro lugar, essa modelagem se justifica na medida em que esse texto foi produzido sobre outra coisa que não a página de papel, fugindo, flexionando suas coordenadas físicas, mas ainda tentando mimetizá-la, o que vai dar numa espécie de frankensteinização da página.

Produzida assim, porque pensada mais noutra intensidade de configuração e noutra arquitetura, diferente daquela da página desenvolvida a partir do códice do século V, mais precisamente na configuração de hipertexto, ainda que sem possibilidade de lê-lo, tendo em vista os requisitos acadêmicos, tal arquitetura funciona como o modo de produção da própria tese, definindo, assim, uma identidade, ou melhor, uma objetivação que, talvez, possa oferecer problemas de continuidade para a sua leitura.

Assim, as **Notas** . onde se procura explicitar ora direções que se busca detalhar mais especificamente, ora oferecer outras direções além daquela tomada no corpo de texto, ora ainda, e apenas, sinalizar alguma decisão sobre como se toma esse ou aquele conceito . estão mais próximas dos links de um hipertexto do que das notas de uma página ou de um capítulo de livro.

Nas **Referências**, gostaria de salientar alguns autores que considero chaves para a viabilização de certos caminhos e não outros. De tal forma eles são importantes que, em certos trechos, chego a calçar suas botas. Isto porque melhor

forma me pareceu impossível para tornar mais claro o trajeto, além de servirem de álibis ao uso de recursos e posições pouco usuais. Entre eles, saliento: Cristina Bertoli Ribeiro, Laymert Garcia dos Santos e Luiz Percival Leme Britto.

Além disso, essa formatação, diferente da forma clássica utilizada na confecção de uma tese, não se liga a uma dificuldade restritiva no estilo de redação desse trabalho, ligando-se, antes, a uma tentativa de tornar visível, dando-lhes materialidade, alguns dos efeitos que esse estudo desenvolve em relação à idéia da página enquanto dispositivo central de governo da leitura. Deve ser tomada, assim, mais como um exercício na arte de beber do próprio veneno.



## **2** DA PROPICIAÇÃO (DAS MARGENS DO PROBLEMA)

*Í Sofro por este chão que aos pés se me pegou*

*Ë Sei que não vou por aí*

José Régio<sup>14</sup>

As dificuldades de se ter a leitura como problema de estudo são de cunho *quase metafísico* e, freqüentemente, fascinantes.

Segundo Marcel Proust (1998.p.62), a leitura como arte pela arte da leitura, conduziria a uma certa nobreza e, para tanto, exigiria certo protocolo:

Se o gosto pelos livros nasce com a inteligência, seus perigos, como vimos, diminuem com ela. Um espírito original sabe subordinar a leitura à sua atividade pessoal. Ela não é para ele senão a mais nobre das distrações, sobretudo a mais enobrecedora, pois somente a leitura e o saber dão as *belas maneiras* do espírito. O poder de nossa sensibilidade e de nossa inteligência, não podemos desenvolvê-lo senão em nós mesmos, nas profundezas de nossa vida espiritual. Mas é nesse contato com os outros, contato que é a leitura, que se faz a educação das *maneiras* do espírito. Os letrados permanecem, apesar de tudo, como pessoas de qualidade de inteligência, e ignorar um certo livro, numa certa particularidade da ciência literária, sempre permanecerá, mesmo num homem genial, uma marca de plebeidade intelectual. A distinção e a nobreza consistem, também na ordem do pensamento, numa espécie de franco-maçonaria de usos, e numa herança de tradições.

Para o possível desgosto de Proust (1998, p. 4), há entre nós, há algum tempo, um modo de ver usual, utilitário que privilegia uma leitura com ares *menos nobres*, precisamente mais plebeu e até mesmo *proletarizante*, enquanto habilidade funcional, produto do alfabetismo escolar. Portanto, produto de um dispositivo de poder, de um lugar onde ocorrem relações capazes de produzir a alavancagem dos índices de desenvolvimento humano, pessoal e social.

O sujeito leitor suposto nesse modo de ver seria capaz de análises críticas envolvendo diferentes textos, de diferentes níveis de complexidade. Ou seja, um sujeito capaz de não apenas resolver, mas resolver melhor, problemas de diversas ordens, tais como conquistar e exercer sua cidadania de forma participativa, desenvolver um caráter solidário com a comunidade em que vive, além, é claro, de adquirir uma *forma culta* de abordagem da vida com proficiência oral e escrita na língua materna o que, fatalmente, o tornaria *um pensador, um falador e um escrevinhador* competente.

Todas essas qualidades, e outras mais, teriam o efeito de produzir cidadãos com um nível crítico suficiente e, assim, capazes de perceberem na *leitura útil* continuada, uma possibilidade de *alargamento de horizontes*, de pertencimento a uma *civilização* distante da barbárie, além de uma fonte de prazer inesgotável e do

acesso a baixo custo a viagens inesquecíveis. Afora a impossibilidade de manipulações outras que a leitura escolar magicamente esconjuraria, favorecendo, assim, melhores e acertadas escolhas de toda ordem, inclusive eleitorais, garantindo, por conseqüência, um continuado aperfeiçoamento da democracia.

Esse modo de ver dualístico joga para o lado do mal (à maneira socrática) e aponta como o causador de todos os males, o infortunado e inconsciente leitor leigo. o não leitor escolar . , e para o lado do bem, o consciente e iluminado leitor clerical<sup>15</sup> ou escolar. A facilitação das regras desse jogo garante sua ampla disseminação tanto em termos de política de relações internacionais, como de políticas públicas nacionais, locais, relações paroquiais, sociais, entre outras possibilidades. No caso em particular dessa mitificação evangelizadora da leitura, temos como sacerdotes militantes desde o adulto recém alfabetizado, que se declara um novoidente, já que somente agora percebe o quanto eracego, até estamentos intelectuais tidos como altamente sofisticados<sup>16</sup>, que se comprazem em levar as luzes ou a consciência científica para os ingênuos e pobres de espírito.

Esse cânone do senso comum é produzido como jargão civilizatório, veiculado em campanhas públicas de cunho ecumênico-sanitaristas<sup>17</sup>, e produz um sujeito ávido por leitura, em constante "déficit" com a sociedade. Com um título primoroso, Máximas Impertinentes, Britto põe em cheque alguns tópicos recorrentes da longa lista desse cânone do senso comum, concluindo que que interessa não é o que um sujeito lê, se gosta mais disso ou daquilo, se encontra ou não prazer na leitura, mas sim se pode ler, e ler quanto e o que quiser (BRITTO, 1999, p. 86). Aqui, o autor decalca três qualidades características das diretrizes de uma política pública que levasse em conta a aprendizagem escolar da leitura como um centro de investimento estratégico. Simplificar, clarear, economizar, ou seja, com um objetivo estratégico de instituir e garantir acesso amplo, irrestrito e continuado. Contudo, mesmo a máxima do poder (de) ler continua impertinentemente presente quando relacionada ao ideário de desenvolvimento. *Se pode ler, e ler quanto e o que quiser* são ações que supõem um sujeito com uma autonomia de autodeterminação e de recursos, além de uma liberdade crítica que o campo da economia política, construído exclusivamente sobre dois valores, o de troca e o de uso, não autoriza nem facilita, mesmo com muita imaginação. Ainda mais se levarmos em conta a leitura enquanto relação que realiza um produto cultural ilustre do pensamento

burguês<sup>18</sup> na sociedade ocidental, ou seja, o livro<sup>19</sup>. Em relação a essa autonomia, encontramos lá, em Marx (1974, p. 14), mais precisamente em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, outra máxima balizadora: "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem [ . . . ]"<sup>20</sup>. Assim, as histórias das políticas de acesso à leitura dizem muito mais respeito às composições das relações de interesses, do que às possibilidades de se poder ler.

Uma pesquisa recente, publicada no nº 6 do Boletim da Associação Brasileira de Leitura<sup>21</sup>, evidencia, em alguns tópicos, o quanto não se sabe ou como se supõe precariamente sobre as práticas de leitura e seus sujeitos em nosso país, além de quanto e como esse cânone vem produzindo efeitos. De levantamentos de dados feitos por diversas organizações e instituições, nos últimos anos, destaquei os seguintes itens:

|    |  |
|----|--|
| 1) | O faturamento do setor editorial brasileiro em 1997 foi, oficialmente, de US\$ 1.845.467.967,00 <sup>22</sup> ;  |
| 2) | Em 1998, foram vendidos 790.265.430 livros didáticos, 396.774.719 livros técnicos / científicos / profissionais, 147.890.424 livros religiosos e 404.344.561 obras gerais <sup>23</sup> , num total de 1.735.274.704, ou seja, quase dois bilhões de livros vendidos naquele ano;  |
| 3) | Também em 1998, foram vendidos 199 milhões de revistas publicadas pela Editora Abril <sup>24</sup> ;   |
| 4) | Em 1996, os títulos de periódicos mais vendidos em nº de exemplares, no mercado mundial foram <sup>25</sup> : <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Time (EUA): 4.63 milhões;</li> <li>b) Newsweek (EUA): 3.158 milhões;</li> <li>c) U.S.News&amp;World Report (EUA): 2.4 milhões;</li> <li>d) <b>Veja (Brasil): 1.4 milhões;</b></li> <li>e) Der Spiegel (Alemanha): 1.208 milhões;</li> <li>f) L'Express (França): 562 mil;</li> <li>g) Panorama (Itália): 541 mil.</li> </ul> |
| 5) | Em janeiro de 1999, a venda média dominical dos principais jornais brasileiros foi de 4.460.296 exemplares <sup>26</sup> ;   |
| 6) | Em 1986, foi produzido pela Editora Luzeiro 1.106.282 exemplares de folhetos de cordel <sup>27</sup> ;   |
| 7) | Micente, o Rei dos Ladrões, de Manuel de Almeida Filho, vendeu 500.000 exemplares, em 1995 <sup>28</sup> ;   |

8) Em 1999, a tiragem do Almanaque Isa foi de 2.500.000 exemplares<sup>29</sup>.

Um outro mercado leitor, este invisível, passa muito trabalho para ter acesso ao que lê e começou a emergir a partir de uma pesquisa realizada, em 2001, em 45 cidades de portes variados, em todo o país<sup>30</sup>. Tida como a maior pesquisa já realizada sobre hábitos de leitura, envolveu o empenho desde fabricantes de papel até livreiros, concluindo que o brasileiro lê pouco porque não tem como conseguir um exemplar. Existiria, segundo a pesquisa de seis mil entrevistas, uma demanda reprimida pela falta de acesso.

O relatório Retratos da Leitura indica, pois, um universo de compradores de livros menor do que o de leitores. Por volta de 26 milhões de brasileiros declararam ter lido recentemente um livro. Isso é mais do que os 23,5 milhões de leitores franceses que declararam ter lido um livro no mesmo período. No entanto, apenas metade desse contingente pagou pela publicação.

Isso explicaria porque o mercado doméstico está fixado em 17,2 milhões de consumidores, com a compra anual de seis exemplares *per capita*. Por outro lado, cerca de 14% do universo pesquisado não dispunha de um único exemplar em casa.

Quando examinamos a relação entre leitura e eleições municipais brasileiras de 2004, encontramos um caleidoscópio que transita entre a Suíça, uma Academia de Letras e o Código Penal<sup>31</sup>. A questão da capacidade de leitura no Brasil há muito que já foi "medicalizada". A novidade, agora, é sua capacidade de criar jurisprudência eleitoral.

No Brasil, pela Constituição de 1988, os analfabetos são inelegíveis. Nas últimas eleições (2004), a sétima desde a promulgação da Constituição, alguns promotores de Justiça decidiram colocar essa norma em prática e verificar se os candidatos realmente sabiam ler e escrever. O resultado foi a inelegibilidade de candidaturas por todo o país<sup>32</sup>.

No caso do processo eleitoral brasileiro, o viés desenvolvimentista da leitura escolarizada possui contradições continentais, coerentes com as dimensões do país. Uma delas: em 1995, o ministro Sepúlveda Pertence, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fechou contrato com a multinacional Unisys para a construção, em escala industrial, da urna eleitoral eletrônica. O protótipo foi entregue ao TSE em 1996, e o processo de votação eletrônica atingiu 100% dos municípios

brasileiros na eleição de 2000. Por suas dimensões e características, a mudança eleitoral brasileira lembra a mudança da moeda de 1994<sup>33</sup>. Em que pese as críticas em relação às possibilidades de auditoria, os relatórios do TSE dão conta da irreversibilidade do processo, de seu aprimoramento e sua definitiva implantação no país.

Estas foram e são operações públicas que exigiram e continuam a exigir altíssimos investimentos em um tipo de aprendizagem da leitura. Implicam não apenas no envolvimento de toda a sociedade de um país, mas também apostam num massivo envolvimento concreto e correto em todas as especificidades de seus procedimentos. Há e houve um genuíno interesse estatal no sucesso dessas ações.

Também é interessante observar que nos países com população em risco alfabético oficial, os sistemas de televisão (com exceção da Índia) e bancário são largamente desenvolvidos, garantindo acesso a determinado tipo de informação e a recursos financeiros informatizados (pensões, programas sociais, etc.) de modo a incluir os não escolarizados.

No caso, os sistemas nacionais de TV refletem os interesses de seus anunciantes e o sistema bancário deseja o acesso às contas do Estado, ou seja, o trânsito desse capital em suas carteiras. Assim, quando há interesse em incluir outras formas de leitura, não existem empecilhos para pedagogizar o ambiente de uso do aparato de acesso.

Por outro lado, mas talvez nem tanto assim, nos EUA a situação da leitura tem apresentado uma configuração no mínimo inesperada e inédita, muito embora ainda não seja responsabilizada por problemas eleitorais, como, por exemplo, os ocorridos nas eleições de 2000, na Flórida. Em Washington, a National Endowment for the Arts publicou, em junho de 2004, sob o título *Reading at Risk: a Survey of Literary Reading in América* (Leitura sob risco: uma pesquisa da leitura literária na América (do norte))<sup>34</sup>, a investigação considerada a mais detalhada no setor.

Na primeira linha do prefácio de apresentação da pesquisa, de caráter extensivo, o presidente da instituição, Dana Gioia, diz da infelicidade de tornar público e avaliar detalhes do declínio do papel da leitura na cultura nacional: "Pela primeira vez na história moderna, menos da metade da população adulta lê, atualmente, literatura em livro, e esta tendência reflete um grande declínio em outros tipos de leitura"<sup>35</sup>.

A "globalização" dos "problemas" de produção de sujeitos leitores de determinado sentido aparece, igualmente, nos relatórios e comunicados da UNESCO. O estudo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) /UNESCO<sup>36</sup> identifica as desigualdades no desempenho dos estudantes em todo o mundo.

Estudantes da Finlândia estão entre os melhores do mundo em relação a habilidades de leitura, enquanto estudantes do Japão, Hong-Kong e República da Coreia lideram em matemática e ciência, de acordo com a pesquisa realizada com estudantes na faixa de 15 anos de idade, em 43 países. Ao contrário desses, estudantes de diversos países da América Latina ficam atrás nas três áreas, mesmo se levados em conta os níveis de renda nacional baixos.

A seguir, apresento algumas das conclusões de um novo relatório, publicado também em conjunto pela OCDE/UNESCO, *Habilidades de Leitura Para o Mundo de Amanhã*<sup>37</sup>, baseado em dados reunidos no contexto do Programa Internacional OCDE para Avaliação do Estudante (PISA).

O PISA mede quão bem os estudantes de 15 anos de idade estão preparados para os desafios da chamada sociedade do conhecimento atual, por meio da aplicação de testes e questionários em profundidade para entre 4.500 e 10.000 estudantes em cada país participante. Este é considerado o esforço internacional mais global tanto para avaliar o desempenho do estudante quanto para coletar dados sobre os fatores institucional, familiar e do próprio estudante, que podem explicar as diferenças no desempenho. Nesse sentido, fornece aos formuladores de políticas públicas uma lente que reconhece os pontos fortes e os fracos de seus sistemas educacionais.

O último relatório compara e analisa os dados coletados, em 2002, em 15 principais países e economias de renda média - Albânia, Argentina, Brasil, Bulgária, Chile, Hong-Kong-China, Indonésia, Israel, Látvia, Liechtenstein, Macedônia, Peru, România, Federação Russa e Tailândia . com os dados de 28 dos 30 países-membro da OCDE, publicados em 2001 (Slováquia entrou na OCDE em dezembro de 2000 e não participou da primeira rodada da coleta de dados do PISA, enquanto que os dados dos Países Baixos foram coletados mas não publicados, devido a taxas de respostas insuficientes).

Entre os países de economias médias não integrantes da OCDE, os estudantes de Hong Kong-China aparecem como as estrelas do bom desempenho, alcançando marcas globais em proficiência em leitura equivalente aos estudantes que estão entre os principais países membros da OCDE (atrás da Finlândia, Canadá, Nova Zelândia, Austrália e Irlanda). E, juntamente com os estudantes do Japão e da República da Coreia, estão na frente dos restantes em habilidades em ciências e matemática.

Por outro lado, estudantes da América Latina estão muito atrasados em relação a esses índices. O Peru possui a maior proporção de alunos (80%) no Nível 1 ou abaixo, indicando que os estudantes estão tendo sérias dificuldades em usar a leitura como uma ferramenta para avançar e estender seus conhecimentos e habilidades em outras áreas. Brasil e Chile também registraram desempenhos significativamente mais baixos do que muitos outros países do estudo, com a metade de seus estudantes no Nível 1 ou abaixo. Outras nações com baixos índices são Albânia, Indonésia e Macedônia, nos quais muito mais do que a metade dos estudantes também foram incapazes de concluir algo mais do que as mais simples tarefas de leitura.

Segundo esse estudo, a diferença de desempenho das habilidades de leitura entre estudantes de famílias ricas e pobres, foi maior na Argentina, Estados Unidos, Chile, Israel, Portugal, México, Peru e Brasil.

A média mais alta de despesas por estudante tende a estar associada com o desempenho médio mais alto nas três áreas de habilidades, porém não o garante. A Itália gasta cerca de duas vezes mais por estudante do que a República da Coreia, mas uma vez que esse último está entre os países com melhor desempenho em todas as áreas de habilidades avaliadas, a Itália tem desempenho significativamente menor do que a média dos países da OCDE.

O relatório faz uma ligação entre essas tendências com a qualidade dos sistemas de educação nacionais, e conclui que estes podem ser mais importantes para a realização do aprendizado do que o status econômico individual ou nacional. Sistemas bem estruturados e eficientes, dizem os autores da pesquisa, podem ajudar a superar muitas das barreiras socioeconômicas que afetam as habilidades de aprendizado das crianças.



Os dados do PISA mostram que o *background* dos estudantes é uma fonte constante de desigualdade nos resultados de aprendizagem em muitos países. No entanto, o fato de alguns países estarem aptos a alcançar, ao mesmo tempo, elevada média de desempenho em habilidades e menor desigualdade desse desempenho entre estudantes com diferentes *backgrounds*, sugere que a qualidade e a equidade nos resultados da aprendizagem não existem necessariamente relacionadas ao gasto de cada país. Ao contrário, exemplos como o do Canadá, Finlândia, Hong Kong-China, Japão, República da Coreia e Suécia mostram que é possível atingir qualidade educacional e equidade simultaneamente.

O relatório também sinaliza o relativamente alto índice de repetência na América Latina. No Brasil, por exemplo, cerca de 25% dos estudantes do ensino fundamental e 15% do ensino médio repetiram a série durante o ano da pesquisa (1999). Cerca de 7% de estudantes secundários eram repetentes na Argentina e no Peru.

Analisando as diferenças de gênero nos três domínios do aprendizado, o PISA descobriu que as meninas geralmente são melhores do que os meninos na habilidade para a leitura em todos os países, enquanto os meninos tendem a ter índices de desempenho melhores do que as meninas em matemática<sup>38</sup>, exceto na Albânia. Por outro lado, poucas diferenças foram registradas entre os gêneros em relação à habilidade para a ciência. Em outra significativa diferença de gênero, no entanto, a pesquisa descobriu que, em quase todos os países pesquisados, as meninas têm maiores expectativas em relação à sua futura ocupação do que os meninos.

O fato dos meninos não alcançarem bons resultados em leitura está associado com a falta de engajamento. Cerca de 58% dos meninos, comparados com 33% das meninas, disseram que lêem apenas para conseguir a informação que precisam. Em contraste, 45% das meninas e apenas 30% dos meninos declararam passar pelo menos 30 minutos por dia lendo por prazer.

O PISA descobriu que as percentagens de meninas e meninos matriculados nas escolas eram muito parecidas, e levemente a favor das meninas na maioria dos países da OCDE<sup>39</sup>. Isto é interessante, uma vez que dois terços das 113 milhões de crianças que estão fora da escola no mundo, são meninas.

A pesquisa também confirma a importância da educação dos pais . e particularmente do nível de educação atingido pelas mães . nos resultados de aprendizagem dos alunos. Em todos os países, estudantes cujas mães completaram educação secundária superior, alcançam índices maiores nas habilidades para a leitura, a matemática e a ciência, em relação aos estudantes cujas mães não chegaram a tanto. A diferença é mais marcante na Macedônia, Bulgária, Argentina e Albânia e menos evidente nos países da Ásia.

Quando se relacionam os números globais com as condições locais, em especial com o interesse da população brasileira pelos itens que envolvem leitura, observa-se que o brasileiro lê muito, tendo em vista as possibilidades que os relatórios oficiais prognosticam. Não só lê, como também escreve muito.

Em 1994, a Bienal Nestlé de Literatura tinha 15 mil inscrições e decidiu limitar a inscrição aos candidatos com livros já publicados. Sobraram 800 inscritos. Nos seis concursos promovidos pelo evento, entre 1981 e 1997, inscreveram-se 49.342 trabalhos<sup>40</sup>

No mínimo, o que todos esses dados deixam ver é que não lemos e escrevemos mais e melhor pelo simples fato de sermos pobres. A percentagem expressiva da população adulta analfabeta não teve acesso à ou não pôde permanecer na escola, por encontrar-se nos limiares (acima e abaixo) da faixa de pobreza. Assim, vale aqui o que afirmou, anos atrás, Sérgio Haddad: *Não somos pobres porque somos analfabetos; somos analfabetos porque somos pobres*. Muito embora a afirmação de que *somos pobres porque somos analfabetos* continue sendo repetida *ad nauseam* por educadores e políticos, numa outra máxima impertinente:

Todos esses dados põem em questão as políticas e campanhas de leitura, baseadas em diferentes suportes teóricos e desenvolvidas no país nas últimas décadas, as quais partem do pressuposto de que o atraso econômico brasileiro se deve aos baixos índices de alfabetismo e, portanto, de leitores e escritores. O que as pesquisas nacionais e internacionais dizem e evidenciam é que estamos fazendo muito mais do que se supunha, com as condições que temos.

Dados econômicos recentes e históricos sobre a escola, lugar que legitima uma forma de leitura . a *leitura clerical* . , enfatizam esse horizonte.

Para o jornal *Valor Econômico*, de 16 de julho de 2001, fica claro que a distribuição de livros acompanha a distribuição de renda. Ou melhor: a escandalosa concentração de renda no Brasil que aprofunda, cada vez mais, as desigualdades sociais.

No documento *Professores Para as Escolas do Amanhã* (2001), a UNESCO comparou indicadores educacionais dos 30 países da OCDE e de mais dezoito nações em desenvolvimento, onde se observa que o investimento aluno-ano, no Brasil, é de R\$ 653,00 da primeira à sexta série. A média nos países em desenvolvimento é de R\$ 689,00, acima, portanto, do investimento brasileiro. Nos países da OCDE é de R\$ 3.073,00, ou seja, quase cinco vezes mais.

No ensino médio, o valor é de R\$ 900,00 no Brasil, de R\$ 1.006,00 nas nações em desenvolvimento e de R\$ 4.615,00 nos países da OCDE.

Outro item do documento observa que em relação ao índice de repetência no ensino fundamental, apesar da queda de 30,2% para 21,6%, de 1995 a 1999, o Brasil ainda é o país em desenvolvimento que apresenta o pior índice nas seis primeiras séries: 25,1%.

No item sobre formação de professores, o trabalho da UNESCO aponta o Brasil com um dos piores índices neste quesito, melhor apenas que os índices atingidos pela China e Tunísia.

Qual o sentido de todos esses dados?

As conclusões da pesquisa *Reading at Risk: a Survey of Literary Reading in America* recorre ao trabalho de Myron Magnet na busca de sentido para a pesquisa e seu objeto, o alfabetismo (literacy): "Qual a utilidade do alfabetismo? Dados são sem sentido até que nós possamos articular uma história que lhes confira sentido e o alfabetismo fornece sentido aos dados da experiência humana".

Talvez ocorra exatamente o contrário ou, pelo menos, talvez a produção de sentido ocorra bem antes. A decisão sobre o levantamento de um dado, qualquer que ele seja, já é narrativa, já é literatura. Por que esse dado e não outro? Essa decisão já conta uma história sobre nós. O que levantamos depois, apenas nos fornece notícias, nos familiariza, nos costuma com essa maneira de ver. Isto é, produz sujeitos coerentes com o enredo dessa história sobre nós. Por isso, as histórias são sempre histórias de formação, mesmo a história de um dado estatístico.

Em relação às políticas públicas, todas as formas de dados que nos informam sobre como anda a leitura no Brasil, estão atreladas à retórica da *leitura libertadora*, dominante entre nós, e pouco ou quase nada é relacionado ao investimento no aparato escolar, incluindo aí os professores e a distribuição de renda.

Pelos dados citados anteriormente e que indicam as altíssimas tiragens da chamada *literatura popular*, observa-se que as escolhas, os interesses das leituras levadas a cabo e apontados nessas pesquisas estão, em sua maioria, localizados num nicho distante da leitura *alta*, da *alta cultura*, do cânone clássico tão ao gosto dos *Blooms*<sup>41</sup> de plantão. E, no entanto, é esse nicho canônico que garantiria uma espécie de ganho direto, para o leitor devidamente avisado e sinalizado, de desenvoltura intelectual, de *correta autonomia* no uso da língua escrita e falada, enfim de todos os itens que o incluiriam em determinada categoria de *leitor civilizado*, ou seja, aquele que não cometeria atropelos e violências com a língua materna. Mas como as pesquisas têm demonstrado que há muito mais brasileiros leitores do que se supunha, interessa, para os que gostam de falar em nome dos outros, dizer que *eles lêem, mas lêem o que não devem*.

Aqui, trata-se, sem dúvida, não só do governo da leitura para a produção de um determinado e disciplinado sujeito leitor, como também de uma distinção estabelecida a partir de um exame acurado sobre o que se lê, produzindo, a um só tempo, uma separação hierárquica entre o que se deve e o que não se deve ler, a leitura obrigatória e a prazerosa, a leitura de livros e a de revistas, a dos clássicos e a dos quadrinhos, a séria e a divertida, a formadora (ou transformadora) e a alienante, etc., etc., etc.

É, sem dúvida, sobre os efeitos desse governo disciplinador, que produz um determinado sujeito leitor, que os estudiosos e pesquisadores da área têm detido sua atenção. A produção acadêmica nesse campo tem sido tão ampla e diversa, com diferenças de objetos, pontos de vista e objetivos, que torna-se difícil até mesmo fazer um simples inventário desses estudos. Muito menos classificá-los, se esse fosse o caso aqui (o que definitivamente não é), sob um critério comum. Minha intenção limita-se, pois, a apontar sua diversidade, levando em conta uma conjuntura histórica na qual se dissipam os últimos baluartes da sociedade disciplinar, diante dos novos desafios da sociedade do controle. Como diz Deleuze

(2000, p. 224), numa sociedade onde os três quartos mais pobres da humanidade são numerosos demais para o confinamento (disciplinar), o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas.

Diante da advertência proposta por Deleuze, como se coloca, isto é, como se desloca o problema da leitura? E, antes disso, de que leitura se fala? Da leitura leiga e da leitura clerical, à maneira de Ivan Illich (1995)? Da leitura do mundo que precede a da letra, de Paulo Freire (1980)? Da leitura crítica, como enfatiza Marques de Melo (1988)? Da leitura canônica, à moda de Harold Bloom (1995)? Das práticas de leitura, a la Roger Chartier (1998)? Da experiência da leitura, tal como a entende Jorge Larrosa (1996)? Da leitura da mente, como prefere Steven Johnson (2003)? Da interdisciplinaridade da leitura, como quer Regina Zilberman (1988)? Da qualificação da leitura, como anuncia Marisa Lajolo (2003)? Da leitura como aprendizagem formal, da qual trata Marcuschi (1988), entre outros? Da leitura como interpretação, no sentido proposto por Eni Orlandi (1994, 1996, 1998) e pela vertente francesa da Análise do Discurso (Pêcheux, 1994)? Da leitura como atribuição de sentido, de Ricoeur (1995, 1996, 1997), retomada pela estética da recepção (Zilberman, 1989) e pela hermenêutica? Da comunidade de leitores, no sentido de Maurice Blanchot (2001) ou na compreensão de Roger Chartier (1997)? Da desconstrução da leitura, à maneira de Derrida (1999)<sup>42</sup>? Etc., etc., etc.<sup>43</sup>

Como problematizar um objeto . a leitura . tão variável nas suas formas contemporâneas de objetivação?

Aliás, como bem o demonstra a profusão de abordagens da leitura existentes na atualidade e que coexistem num mesmo espaço globalizado, se há um objeto que não se fecha numa explicação dominante, este é a leitura. Ela nos coloca frente a uma complexidade de modos de ver e dizer que não se opõem, não se contradizem, nem são complementares.

Isto não ocorre somente no âmbito da pesquisa sobre o tema, mas no próprio contexto escolar. Como ensinar, pedagogizar, escolarizar a leitura alfabética oficial em meio a toda essa diversidade de concepções de leitura? Qual delas a pedagogia deve eleger, isto é, a qual delas deve se prender? Feita a opção, devidamente justificada por um critério (científico, político-ideológico, estético, pedagógico, etc.), que a constitui como uma narrativa, como proceder à sua operacionalização, ou seja, a uma transposição didática capaz de produzir tal leitor? Como levar em

conta tudo isso sem deixar de supor, como Daicy Maria Cardozo Miranda (1987) supõe, com muita imaginação, como *Lucinha*, a menininha sem letras, conseguiu alfabetizar-se?

Além disso, é possível, hoje, não se ser de algum modo letrado numa cultura urbana essencialmente letrada? A questão parece ser a de adquirir as *letras certas da escola*<sup>44</sup>, não propriamente porque elas são *certas*, mas porque elas carregam consigo toda uma forma (disciplinada) de pensar. Se não, como explicar a introdução *customizada* do computador na escola, reduzido, assim, a uma mera sofisticação tecnológica? O problema, para esse modo de ver, é que a arquitetura da linguagem computacional produz efeitos (afetações) que, certamente, mais cedo do que se possa imaginar, vão acabar impondo uma outra forma de ler e de escrever, que desestabiliza as *letras certas* e que produz uma outra forma de pensar. Como lidar, então, com essa leitura?

A leitura enquanto objeto de estudo coloca, desde logo, uma dificuldade: não tem um *corpus* (corpo), mas *corpi* (corpos), já que tomada numa determinada abordagem, esta não dá conta de todas as suas *variáveis*, remetendo-as como, por exemplo, na abordagem semiótica, ao contexto de sentido dos signos. Ou seja: o difuso é remetido ao contexto. Acontece que, na leitura, tudo é difuso, a começar pela sua história, da qual, segundo se costuma dizer, não se tem registro nem rastro. E isto porque este rastro e este registro não estão nela mesma, mas disseminados por vários outros lugares e acontecimentos.

Não interessa, portanto, fazer uma história da leitura no sentido da tradição histórica; nem dar visibilidade a uma outra abordagem, como quem olha e vê diferentes soluções para um mesmo problema e lhe adiciona outra com pretensões inovadoras. Como o poeta, *sei que não vou por aí...*

O que interessa nesse estudo é o esforço para capturar essa dispersão, não para ordená-la, mas para se perder nela, em todos os *lugares* da leitura e, paradoxalmente, buscando a coisa leitura lá onde ela é tão óbvia que não se vê, feito a tal *Carta Roubada* de Edgar Allan Poe (2003).

*Perder-se nela*, longe de constituir uma facilitadora saída acadêmica, tão em moda hoje em dia e, sem dúvida, um recurso de licença poética menor, significa se perder da *doxa*, no que ela possui de *doctrina*. Significa, quase no sentido budista do termo, escapar da opinião, da perspectiva e compreensão *corretas* e

hegemônicas que, num efeito de circularidade, acabam sempre por legitimar a mesma forma de leitura.

O interesse aqui é investir em diferentes lugares (incomuns) de leitura, girando sobre si mesmos sentidos canônicos, máximas impertinentes, óbvios resplandecentes. Enfim, correr o risco de outras perdições, de outros desvios, negando-me à comodidade da *doxa*, ao menos como caminho habitual de *fuga* ou de (única) perdição.

Parodiando Valadier (2000), não se pode escrever um elogio da leitura senão pelo paradoxo, e talvez até mesmo por provocação. Assim, a escrita é tomada, aqui, apenas e tão somente como o resultado do que se leu, como o resultado de acontecimentos e de cenários cotidianos, longínquos ou imaginários: é um registro limitado da leitura. E os diferentes pontos de vista sobre a leitura são tomados, doravante, como uma estratégia para a produção de leitores diversos, ainda que muitos deles tenham a pretensão de ser uma tática de homogeneização de sujeitos leitores.

### **3** DAS PROPOSIÇÕES

*Há momentos na vida  
onde a questão de saber  
se podemos pensar de outro modo  
e de perceber de outro modo  
é indispensável para continuar a olhar e a pensar*  
Michel Foucault



Ao me aproximar de um modo de investigação do meu objeto de estudo . a leitura -, vou recorrer ao que Foucault (1999) chama de uma %história de problemáticas+. Para defini-la, ele começa por distinguir uma história do pensamento, enquanto análise das problematizações da objetivação do pensamento, da história das idéias enquanto análise dos sistemas de representação e da história das mentalidades enquanto análise de atitudes e esquemas de comportamento. Daí ter mudado o nome de sua disciplina, no Collège de France, para %história dos Sistemas de Pensamento+. Tratava-se, portanto, de analisar as problematizações que constituíram, historicamente, os sistemas de pensamento.

Assumindo, de saída, um *a priori histórico*, %que não seria condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados+, na medida em que se trata de %uma história determinada, já que é a (história) das coisas efetivamente ditas+, ou seja, %os enunciados em sua dispersão+, Foucault (1987, p. 146) afirma que esse *a priori* %em que dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho+. Isto lhe permite %compreender como a história pode ser não uma contingência absolutamente extrínseca, não uma necessidade da forma que desenvolve sua própria dialética, mas uma regularidade específica+(FOUCAULT, 1987, p. 147). Trata-se, então, %do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, [ . . . ] tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo+. Em suma, %que se há coisas ditas . e somente estas . , não é preciso

perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e impossibilidades enunciativas que ele conduz+(FOUCAULT, 1987, p. 148-149).

Conhecer seria, então, para Foucault, mostrar a emergência histórica de um objeto, chegar a ele atravessando a espessura dos discursos que lhe deram visibilidade, interpretar<sup>45</sup> o discurso para fazer através dele uma história do referente+(FOUCAULT, 1986a, p. 8). Assim, pensar um objeto, produto ele mesmo de uma objetivação do pensamento no e pelo discurso, é interpretar o discurso, um sistema de regras, submetendo-o a novas regras, a um outro jogo que lhe é, portanto, estranho.

Em Canguilhem (2002, p. 15), encontramos a idéia de que, para o pensar, qualquer matéria estranha serve ou, diríamos mesmo, para o qual só serve a matéria que lhe for estranha: um pensamento estranho ao pensamento, estranho a uma forma de pensar, a uma determinada prática discursiva. Relacionar-se, dessa maneira, com um tal objeto, é fazê-lo perder a coerência confortável do lugar de sua experiência, entendê-lo na perspectiva de uma história específica que lhe conferiu um determinado sentido e não outro, investigar os efeitos que foi capaz (teve o poder) de produzir, problematizar a configuração da sua representação invocando múltiplas ausências, tal como num *blow up*<sup>46</sup> que ampliasse indefinidamente suas possibilidades de criação e invenção, ao potencializar outras visibilidades.

É, aliás, o disciplinamento do pensamento num sistema formal, que não tem como referência senão o próprio pensamento e cujo critério de verdade é a identidade consigo mesmo, o que faz com que nos esqueçamos+ que estamos lidando com um campo de ação, um comportamento, uma prática que é histórica. Talvez isso explique a insistência de Veyne (1998) em lembrar que pensar é uma prática+e que a prática não é outra coisa senão aquilo que se faz.

Mas o que é essa prática de pensar? Melhor dizendo: o que é a prática, no sentido foucaultiano de pensar o pensamento+? Segundo Foucault (2000, p. 240), o pensamento tem a pensar aquilo que o forma, e se forma do que ele pensa. [. . . ]: o pensamento diz o que ele é+. A partir daí, o que seria a prática de pensar o pensamento da leitura, suas objetivações e seus efeitos (afecções)? Relembrando, aqui, de passagem, a extensa produção acadêmica sobre esses efeitos, das quais

as práticas de leitura de que trata Chartier (1998), são apenas o exemplo mais explícito.

Para encaminhar esses problemas, vou me deter, ainda que brevemente, na análise das práticas de pensar, valendo-me do ensaio do historiador Paul Veyne, publicado originalmente em 1978, *Foucault Revolucionaria a História*, e do prefácio ao volume II de *História da Sexualidade . O Uso dos Prazeres*, denominado significativamente de *Modificações*, do próprio Foucault (1985). Em seguida, faço algumas considerações sobre a prática de pensar as objetivações da leitura.

Ao definir a prática, Veyne (1998, p. 248) afirma que ela não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas [ . . . ]+. Daí que o que é, poderia ser diferente+, pois os fatos humanos são arbitrários, no sentido de Mauss<sup>47</sup>, não são óbvios+ e, no entanto, parecem tão evidentes aos olhos dos contemporâneos e mesmo de seus historiadores, [ . . . ]+(VEYNE, 1998, p. 239-240). Assim, [ . . . ] , é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela; [ . . . ]+. Isto [ . . . ] porque esquecemos a prática para não mais ver senão os objetos que a reificam a nossos olhos+(VEYNE, 1998, p. 243) e, devido a esse esquecimento, acabamos por não ver que outras práticas são possíveis+(VEYNE, 1998, p. 244).

Na nossa tradição de pensamento, o objeto determinou nossa conduta: temos o costume de raciocinar em função de um objetivo ou a partir de uma matéria concreta (objeto). Na perspectiva foucaultiana, é a nossa prática (discursiva e não discursiva) que, primeiramente, determina esses objetos. Portanto, como diz Veyne (1998, p. 249), partamos, antes, dessa própria prática de tal modo que o objeto ao qual ela se aplique só seja o que é relativamente a ela [ . . . ]. A relação determina o objeto+. Ou, em outras palavras, o objeto não é senão o correlato da prática+(VEYNE, 1998, p. 250).

Segundo Veyne (1998, p. 254), o método consiste, então, para Foucault, em compreender que as coisas não passam de objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas à luz, já que a consciência (o sujeito) não as concebe<sup>48</sup>. A partir daí, a consciência não tem como função fazer-nos apreender o mundo, mas sim permitir-nos que nos dirijamos neste mundo+. Assim, um rei não tem que conceber o que ele próprio e sua prática são: basta que o sejam. [ . . . ] O

leão também não tem que se saber leão para comportar-se como leão: tem, simplesmente, que saber onde está sua presa+ (VEYNE, 1998, p. 253). Da mesma maneira, um alfabetizado não tem que se saber alfabetizado para comportar-se como alfabetizado: tem, simplesmente, que ler e escrever.

Mas como expor à luz+as determinações das práticas? Para Veyne (1998, p. 255), esse é o momento em que a densificação se produz; não há uma tomada de forma, pelo contrário: é, antes, como um desprender. [ . . . ] E, então, no lugar ocupado pelo grande aquilo-que-é-óbvio, aparece um pequeno objeto de época estranho, raro, exótico, jamais visto+, o que nos leva a lamentar melancolicamente a condição humana, as pequenas coisas inconscientes e absurdas que somos, as racionalizações que fabricamos para nós próprios e de que o objeto parece zombar+ (VEYNE, 1998, p. 255).

O que nos move, então, para uma situação, no mínimo, tão desconfortável? Foucault (1985, p. 13) diz que o que o impulsionou foi um motivo muito simples: a curiosidade . Em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação+:

Não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. Talvez me digam que esses jogos consigo mesmo têm que permanecer nos bastidores; e que no máximo eles fazem parte desses trabalhos de preparação que desaparecem por si sós a partir do momento em que produzem seus efeitos. Mas o que é filosofar hoje em dia . quero dizer, a atividade filosófica . senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe? Existe sempre algo de irrisório no discurso filosófico quando ele quer, do exterior, fazer a lei para os outros, dizer-lhes onde está sua verdade e de que maneira encontrá-la, ou quando pretende demonstrar-se por positividade ingênua; mas é seu direito explorar o que pode ser mudado no seu próprio pensamento, através de um exercício que lhe é estranho.

É esse exercício estranho ao pensamento, que produz uma outra forma de pensar os objetos, produzindo-os como correlatos de uma outra prática (de pensar).

Em qualquer caso, o objeto é o que é **em relação à prática** que o produziu. Até há pouco tempo, estávamos na situação confortável de que a distância e a separação (entre sujeito e objeto, teoria e prática) garantiam a possibilidade do conhecimento. Firmados nas duas extremidades, tentávamos por todos os meios (atividade do sujeito sobre o objeto, determinação do objeto sobre o sujeito, relação dialética, etc.) reencontrar a unidade e a síntese perdidas. Como diz Veyne (1998, p. 255-256), **para no meio que começava a confusão: como fazer para que tudo isso se harmonize?**+. Agora . acrescenta .

[ . . . ] o difícil seria que não se harmonizasse: a ~~boa~~ forma está no meio e ganha rapidamente as extremidades do quadro. Pois, desde que historicizamos nosso falso objeto natural, ele, agora, só é objeto para uma prática que o objetiva; é a prática, com o objeto que ela se atribui, que vem em primeiro lugar, é ela que é una: [ . . . ] (VEYNE, 1998, p. 255-256).

Ainda mais:

[ . . . ] é, na verdade, a partir dela que as bordas do quadro se tornam inteligíveis. Então, por que a obstinação em cortá-la em dois pedaços? É que não víamos outro meio de nos safarmos da falsa situação em que nos tínhamos metido, por termos tomado o problema por suas duas extremidades e não pelo meio, como diz Deleuze (VEYNE, 1998, p. 256).

Assim, pensar as formas de objetivação da leitura é uma prática de pensá-las pelo meio, pela relação que objetiva e produz, de uma determinada forma, as extremidades texto/leitor. Além disso, essa é uma prática que se relaciona com outras práticas e é por elas afetada. Para que esse campo de ação se configure e efetivamente entre no âmbito do pensamento, é necessário que ganhe ares de estrangeiro, que seja visto como ex-ótico e, assim, evidencie problemas e deslocamentos.

Essa configuração só é possível quando se questiona uma verdade que se tornou óbvia, naturalizada, porque hegemônica. Tornou-se comum entre nós, por exemplo, dizer que o ensino da leitura deve formar leitores críticos. Prescrevem-se os efeitos dessa ação sem problematizar a própria ação que os produziu, sem levar em conta a constituição histórica dessa ação, tão datada quanto seus efeitos. A possibilidade de problematizá-la surge, sobretudo, quando os processos sociais, políticos e econômicos cumprem seu papel de instigação prática, quando exigem uma resposta às suas próprias crises. E, desde que a história não é mais entendida como uma continuidade, o problema como diz Foucault (1987, p.6) , **o . . . ] não é mais unir a tradição e o rastro, mas (é) o recorte e o limite; não é mais o fundamento**

que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos+.

É, então, nesses %casos dos começos+<sup>49</sup>, onde se dão a %fundação e renovação dos fundamentos+, que sobrevém um período de %des-in-corporação+ de uma determinada prática que, no princípio, passa a ser estranha e, por fim, passa a ser extemporânea. Aí, sim, é possível pensar a história dessa prática que, por estar agora estranha ao corpo, pode bem estar no âmbito do pensamento, apresentando-se necessariamente multifacetada e, mesmo, contraditória. O que nos obriga a prestarmos uma atenção cada vez maior aos jogos da diferença.

Isto remete ao aparente %desligamento+ entre as questões desse estudo, onde me preocupo com apontar algumas objetivações do pensamento da leitura, numa espécie de formação em icebergs<sup>50</sup>, desprezando, aqui, qualquer conotação de busca das razões ocultas q mas levando em conta suas ligações, seu solo comum q melhor dizendo, seu oceano comum q capaz de ser problematizado. Como diz Foucault (1999, p. 24), %temos que compreender o ponto [o problema] em que está enraizada a simultaneidade das respostas, o solo que as nutre em suas diversidades apesar de suas contradições+.

É a problematização, segundo Foucault (1999, p. 25), %que responde a essas dificuldades (de precisar o ponto, o problema), fazendo, porém, algo distinto de simplesmente expressá-las ou manifestá-las+. Diante delas, a problematização elabora as condições em que as possíveis respostas podem ser dadas, ao definir os elementos que irão constituir o problema a que as diferentes soluções procuram responder. Portanto,

%a . . .], essa transformação de um conjunto de obstáculos e dificuldades em problemas . para os quais as diversas soluções vão tentar produzir uma resposta . é o que constitui o ponto de problematização e o trabalho específico do pensamento+(FOUCAULT, 1999, p. 25).

Sabemos que não existe a pergunta totalizante, aquela pergunta que uma vez proferida dá conta de todas as outras, sabidas, adivinhadas, ignoradas ou ainda por serem feitas, e que, quando formulada, traria em si todas as respostas, dissipando todos os problemas.

Assim:

Longe de ser a imagem ainda incompleta e embaralhada de uma Idéia que, lá de cima, eterna, deteria a resposta, o problema é a própria idéia, ou melhor, a Idéia não tem outro modo de ser senão o problemático:

pluralidade distinta cuja obscuridade sempre insiste de antemão, e na qual a questão não cessa de se deslocar. Qual é a resposta para a questão? O problema. Como resolver o problema? Deslocando a pergunta. O problema escapa à lógica do terceiro excluído, já que ele é uma multiplicidade dispersa: ele não se resolverá pela clareza de distinção da idéia cartesiana, já que ele é uma idéia distinta-obscura; ele desobedece seriamente ao negativo hegeliano, pois é uma afirmação múltipla; ele não está submetido à contradição ser-não-ser, ele é ser. É preciso antes pensar problemáticamente do que interrogar e responder dialeticamente. (FOUCAULT, 2000, p. 246)

Pensar problemáticamente é, pois, um trabalho sobre nós mesmos, sobre o modo de produção do acontecimento pelo pensamento. Trata-se de problematizar por que pensamos o acontecimento dessa forma e não de outra. Em outras palavras: trata-se de problematizar como chegamos a pensar o que pensamos. E, mais radicalmente ainda, como chegamos a ser o que somos. Isso modifica óbvios passados, desloca impertinências e faz aparecer alguma coisa que, mesmo não estando oculta, não está visível. E, aí, o pensamento é pura imaginação, criação. Nesse sentido, o saber não é produzido para compreender, ele é feito para cortar. Saber do recorte, portanto, saber recortar, transformar as metáforas em esquemas operatórios para as relações que objetivam práticas, numa trajetória de abertura e indagação.

Uma prática de pensar, quando não é ao mesmo tempo uma tentativa de modificar o que se pensa e mesmo o que se é, não nos leva a nos desprender de nós mesmos. Já que pensar é conseguir pensar algo que não é o que se pensava antes. É, portanto, arriscar-se, e é nesse risco que ancoo a idéia de problema desse estudo. Assim, parto do pressuposto que o pensamento é a liberdade com relação ao que se faz, o movimento pelo qual se toma distância desse fazer, constituindo-o como objeto e refletindo sobre ele como problema (FOUCAULT, 1999, p. 24).

Desde que a aventura humana começou a ser datada de uma forma que reconhecemos como nossa, se registra a memória de si e de como nos relacionamos com nosso pensamento. Essas narrativas são materializadas em tecnologias que nos conformam e têm nos produzido enquanto pensantes de determinada maneira. Isto significa levar em conta o quanto essa tecnologia que utilizo nesse trabalho, o *écran* do computador, conforma, fusiona meu modo de pensar a questão da leitura.

O pensamento, então, não é o que produz determinado comportamento e lhe confere sentido+. E, dessa maneira, as teorias da leitura, suas práticas e os sentidos que elas possam ter não é o que será aqui estudado.

Trata-se, sim, de problematizar como as objetivações do pensamento da leitura acontecem como um instrumento de consciência crítica e de cidadania; de interpretação e de interdisciplinaridade; de experiência, de aprendizagem e de qualificação, simultaneamente. Em suma, trata-se das objetivações dos modos de pensar a leitura. Mais precisamente, da produção da leitura como um objeto a ser problematizado tanto em relação às suas condições de possibilidade históricas, quanto aos efeitos que produz.

### 3.1 SOBRE A PRÁTICA DE PENSAR A LEITURA

O que se pode dizer num domínio como a leitura, onde tudo parece já ter sido dito, onde o acúmulo de escritos parece ter esgotado tudo o que se pode dizer sobre esse campo da experiência da leitura+?

Sem dúvida, trata-se de ver como, nas sociedades ocidentais modernas, constitui-se uma experiência+ de tal ordem, que somos levados a reconhecer-nos como sujeitos leitores, o que nos possibilita investir em espaços de conhecimentos bastante diversos. Essa experiência se articula num sistema de regras e coerções, onde as tecnologias, resultados de relações práticas, têm a função de as amalgamar numa determinada forma, configurando-as na sua arquitetura.

Ora, as relações são práticas quando atuam de forma social e política, isto é, quando produzem efeitos, inclusive pedagógicos. Ao observar que as máquinas são sociais antes de serem técnicas. Ou melhor, (que) há uma tecnologia humana antes de haver uma tecnologia material+, Deleuze (1995, p. 49) aponta os efeitos de nossas relações práticas, que transitam por uma espécie de diagrama entre o que chamamos de genética, antropologia e história, e que são operadas em práticas de linguagem e, portanto, em relações de poder. A função da máquina é, então, disseminar determinada relação prática. Ou seja: produzir subjetividades.



Ao problematizar, então, o pensamento moderno da leitura enquanto experiência . no sentido foucaultiano de experiência, qual seja: a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade . , a pretensão, aqui, é a de constituir como um problema de investigação o modo **como a página se tornou, historicamente, um dispositivo de governamentalidade (governo dos outros e de si) e está, há algum tempo, deixando de funcionar como um tal dispositivo, deslocada pela page no écran do computador.**

O recorte que proponho nesse trabalho diz respeito a algumas objetivações da prática de pensar a leitura, restringindo-se, portanto, a algumas pontas de *icebergs* que visibilizam a leitura enquanto prática de relacionamento e estratégia pedagógica civilizatória. Tal recorte diz respeito, portanto, à leitura como participante da tarefa de toda educação: a de humanizar as novas gerações. Como em todo humanismo, o tema latente é a civilização, ou seja, o desembrutecimento do ser humano, e sua tese latente é: as boas leituras conduzem à domesticação+ (SLOTERDIJK, 2000, p. 17). É esse humanismo que, segundo Sloterdijk<sup>51</sup> (2000, p. 12), fez com que as nações modernas não sejam senão eficazes ficções de públicos leitores que teriam se transformado, pelos mesmos escritos, em uma associação concordante de amigos+.

É evidente que essas práticas de leitura, ao serem produzidas na conjuntura social, política e epistemológica da modernidade, são perspectivadas segundo o problema que a leitura coloca em relação à administração da leitura às populações (leitura como governo dos outros: políticas de leitura) e segundo o problema que a leitura coloca aos próprios indivíduos (leitura como governo de si: experiência da leitura). Nesse caso, trata-se, ao fim e ao cabo, de saber como se governam+ leitores e como governar-se+a si próprio como sujeito leitor.

A partir daí, é preciso deitar o olhar na constituição da experiência de si mesmo como leitor no quadro da leitura (com sua prática leiga e sua prática escolar). Quadro este que se constitui como uma espécie de *mainframe*<sup>52</sup>, onde saberes e diagramas de relações de poder engendram tecnologias que enredam outros saberes, outros *habitus*, outros enquadramentos produtores de sujeitos, no fatiado histórico de uma determinada geopolítica.

Por exemplo, quando penso a %leitura enquanto experiência+posso chegar a conclusões e respostas que perspectivam essa experiência num registro aristotélico, como formadora ou transformadora, ou, então, no registro da %leitura ruminante+de Nietzsche (1998) ou da %leitura cortês+de Steiner (1996)<sup>53</sup>, entre outros. Mas quando problematizo as objetivações do pensamento da leitura, imaginando-as como acontecimentos, caracterizo-as como a irrupção de uma %singularidade original e aguda no lugar e no momento de sua produção+(Foucault, 2000, p.202). Meu ponto de partida, portanto, não foi tratar do problema da leitura para verificar ou chegar a alguma verdade. Minha intenção ou, talvez, pretensão, foi tratar da leitura como uma prática que funciona como um dispositivo de subjetivação a favor de determinada racionalidade. Racionalidade entendida como uma determinada ordem lógica que programa, disciplina e orienta práticas de conduta.

Não atrelo esse %breve elogio da leitura+a um protocolo crítico que promova e reivindique uma análise metodológica de todas as possibilidades do objeto, e não perspectivado a leitura de modo a responder a uma pergunta ou a verificar a verdade de uma hipótese. Aliás, se não há coisas, se só existem práticas, a leitura não existe como objeto a não ser a partir de e mediante uma prática de pensamento que a objetiva. Mas essa prática não é, ela própria, a leitura, ainda que esta seja um correlato da prática e só exista, assim, em relação a essa prática. A idéia de uma leitura em si é puramente metafísica, mesmo que familiar ao senso comum. É meramente verbal representar uma leitura que %existiria materialmente+fora de uma forma que a informa como leitura.

Foucault certamente diria, como disse da loucura a Paul Veyne, que a leitura não existe, mas que, por isso, ela não deixa de ser algo. O que quer dizer, segundo Veyne (1998, p. 267), %o. . . ] que as coisas só existem materialmente: existência sem rosto, ainda não objetivada<sup>54</sup>. E falar dessas coisas é, como diria Nietzsche (s/d), falar por metáforas, como alguém que %oca um teclado virado de costas para as coisas+ (VEYNE, 1998, p. 90). Porque o objeto . aquele do qual se pode efetivamente falar . só é objeto para uma prática de pensamento que o objetiva.

Ora, dizer que a leitura não existe não é afirmar que os leitores não existem. Tal negação da leitura não se situa ao nível das atitudes diante do objeto, mas ao nível de sua objetivação; ela não quer dizer que só é leitor aquele que é julgado como tal, mas que, a um nível que não é o da consciência, uma certa prática é

necessária para que haja somente um objeto, %o leitor+, a ser considerado como tal em toda consciência, ou para que a sociedade possa %o tornar leitor+(VEYNE, 1998, p. 266).

O que aqui se tentou foi problematizar algumas objetivações do pensamento da leitura, que se apresentam, na atualidade, num processo de degelo que põe em risco sua incontroversa solidez e estabilidade. É bem verdade, para continuar nessa metáfora, que novos icebergs se formam, só que eles parecem compartilhar um outro oceano, à deriva de outras correntes marinhas, formando uma outra configuração. Interessa-me, por isso, saber como se organiza essa outra topografia, que dispõe e põe em obra uma nova forma, uma nova arquitetura de racionalidade e de ordem, que esse deslocamento inaugura: Que efeitos são possíveis de perceber, sondar, antecipar? Que outras relações de poder, de subjetivação, são estabelecidas a partir dessa nova objetivação do pensamento da leitura? Que objeto está aí sendo produzido?

Essas indagações sobre a leitura como correlata de uma nova prática de pensá-la, estabelecem uma relação entre o que está sendo problematizado e a problematização propriamente dita, já que a problematização se refere a um domínio de atos, de práticas, estabelecendo, assim, um problema de domínio político. Sendo a problematização uma resposta material e uma forma de criação, isto quer dizer que, dada uma determinada situação, não se pode inferir que este ou aquele tipo de problematização se seguirá. A partir de determinada problematização, apenas se pode compreender porque este tipo de resposta aparece como uma resposta a algum aspecto concreto e específico do que está sendo analisado. E é este tipo de relação específica entre as possibilidades de um modo de problematização que tentei analisar.

## **4** DOS COROLÁRIOS

## ***Firme no leme que a reta é curva***

Lulu Santos

O lugar arquitetado pela página que, ao longo de quinze séculos, assegurou a centralidade da escrita na cultura ocidental, está a se deslocar e, com ele, a própria página enquanto dispositivo de racionalidade e governamentalidade, capaz de produzir uma experiência singular de subjetivação leitora.

O deslocamento da centralidade da página escrita em papel ocorre, na atualidade, em virtude da especial configuração dos efeitos produzidos pelo lugar arquitetado pela **page** no écran do computador. A racionalidade da produção e de governo de subjetividades ganha outros contornos de tempo e espaço, garantindo novas economias e, portanto, outras formas de raciocínio, assim como outros modos de produção de sujeitos e outra experiência da leitura. Esse deslocamento se constitui, assim, como uma inflexão na prática de produção de sujeitos, no seu modo de pensar e, em consequência, na produção das habilidades leitoras, afetando sobremaneira as práticas escolares e, para além delas, a pedagogia de transformar a espécie humana em seres educados e civilizados.

Da materialidade do lugar arquitetado pela página, de seu mobiliário variável mas perfeitamente limitado por seus pontos cardiais, o pensamento passa, então, a habitar prioritariamente outras coordenadas, que o produzem de outro modo. Tal qual, ao longo do tempo, a prática do pensamento definido e gerenciado pela

oralidade cedeu sua centralidade à prática do pensamento enquadrado na e pela escritura na página, a **leitura das trajetórias ou redes de leitura**, isto é, a prática da leitura da leitura é a que procura se estabelecer agora como hegemônica, enquanto procedimento mestre de produção e controle do pensamento.

Da mesma forma que a oralidade foi perdendo, lenta mas inexoravelmente, sua centralidade operativa em relação aos procedimentos de pensar, ao ser resignificada pelos dispositivos da escritura, ganhando, assim, um outro lugar, com outras especificações, a escritura, agora, também não corre o risco de desaparecer: ela é apenas descentralizada, tendo de se estabelecer e se alocar de outro modo. Em relação ao deslocamento da oralidade pela escrita, Street (1995) argumenta que as práticas escritas, que passaram a dominar com a invenção da página e o estabelecimento do texto escrito, estão sempre embutidas nos usos orais, e as variações entre culturas são geralmente variações no *mix* de canais oral/escrita+ (STREET, 1995, p. 157). Pode-se dizer o mesmo em relação ao deslocamento da escrita pela leitura, na atualidade: uma descentralização tão infletida quanto a que atingiu a oralidade na história da cultura ocidental; tão silenciosa quanto passou a ser a leitura após o século XII; e com urgências inéditas em seus protocolos e procedimentos.

A escrita, como a conhecemos hoje no ocidente, isto é, como a representação dos sons da fala<sup>55</sup>, levou vários séculos para lograr uma centralidade que só a estabilização do texto escrito, possibilitada e assegurada pela página, pôde lhe conferir (MORRISON, 1995). Já a escola, que surgiu nas últimas décadas do século XIX, não precisou se pensar em relação à página, porque foi organizada panópticamente+no seu espaço. No entanto, a posição central que a leitura passa a ocupar na contemporaneidade, ao produzir e controlar efeitos tão imediatos e em tamanha extensão, ainda não conta com referenciais de análise capazes de evidenciar como o projeto ontológico da escola se relaciona com esse outro modo de produção de subjetividades. Em outras palavras: a produção de sujeitos leitores num modo de ler que parte dos pressupostos da própria leitura e não mais dos da página.

A maioria das reflexões sobre esses pressupostos possui, de fato, equívocos que podemos classificar de, no mínimo, ingênuos e facilitadores. São ingênuos porque identificam a nova ordem como uma seqüência sofisticada da anterior, cuja diferença estaria atrelada apenas a questões de velocidade, de espaço e de

aprimoramento midiático. São facilitadoras pela prevaricação com referenciais elaborados pela e na antiga ordem, estabelecendo ambivalências mimetizadoras.

No desdobramento da chamada sociedade do controle, a instituição ou sistema que está a dar conta, mesmo que para alguns provisoriamente, da centralidade da leitura, é a própria *WEB*. Portanto, é nela, e não fora dela, que se devem buscar elementos para pensá-la com maiores chances de explorar sua racionalidade produtiva. Para isso, é preciso pensá-la enquanto ordem que ordena outra forma de ordenar os outros e a si mesmo.

Essa é uma dificuldade razoável visto que, dentre o aparato das instituições estabelecidas para vigiar e punir os desvios na sociedade disciplinar, a escola foi a que melhor se especializou, constituindo-se como um centro de excelência na pedagogização e disseminação dos procedimentos de uma forma de pensar, orientada e contida por uma determinada arquitetura da escrita . a página . e na leitura que tal arquitetura impõe. Assim, a crise da escola, hoje, confunde-se com a própria crise da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2003, p. 267-269) e possui, portanto, contornos que a ultrapassam em muito, tornando ilusórias as costumeiras soluções pedagógicas (endógenas). A racionalidade governada, agora, pela *page* do computador está no centro dessa questão e precisa ser pensada não tanto como uma ruptura com a ordem da página escrita (e da escola), o que a remeteria para fora da cena, mas como uma flexão que lhe assegura um outro lugar num jogo de relações de poder dominado por uma outra racionalidade. A questão é, portanto, de deslocamento, de deslizamento, de flexão, e não de rompimento ou ruptura com as formas anteriores.

Ora, as rupturas são práticas discursivas que estabelecem determinadas formas de pensar, que nos fazem crer em grandes divisões (oralidade/escrita; página/*page*). Não são, assim, meras estratégias didáticas, mas estratégias que solicitam a prática da fé (o crer), a fim de imporem uma determinada forma de pensar que só passaria a dominar a partir da extinção de uma outra. Por isso a ruptura não faz parte do jogo das relações de poder, já que, por ela, o advento de uma nova ordem cessa os efeitos da ordem anterior. Cada começo é, assim, inaugural e sua condição de possibilidade é o esquecimento, levando-nos, inclusive, a esquecer que esquecemos. O que é, em si, um contrasenso, pois a política,

como sabemos, tem sua materialidade, muito embora a sua submissão à racionalidade instaurada na modernidade possa colocá-la em risco.

Foi Tocqueville (1805-1859), talvez, quem primeiro se opôs a essa idéia de ruptura, ao defender, em sua obra *O Antigo Regime e a Revolução*, a tese de que não foi a Revolução Francesa que produziu a centralização do poder, mas a centralização que deu origem à revolução. Segundo Frias Filho (2005, p. 7), «nas revoluções, em que o senso comum vê a ruptura, Tocqueville distingue os veios ocultos de continuidade». E, para exemplificar, acrescenta: «Tocqueville enfatiza que a ordem feudal fora mantida nas aparências e ao mesmo tempo esvaziada entre os séculos 16 e 18, à medida que o rei enfeixava uma soma crescente de poderes» (FRIAS FILHO, 2005, p. 7). Referindo a metáfora usada pelo autor, Frias salienta que

[ . . . ] a imagem que ele usa é a de um edifício novo e invisível que fora construído aos poucos por baixo do velho. Quando sobreveio a revolução, em 1789, tudo o que ela precisou fazer foi sacudir o edifício antigo, que se desmanchou em pó, revelando o verdadeiro aparelho governamental, cujo controle então é transferido das mãos de um monarca reformista para uma assembléia irresponsável e soberanaq disposta a implantar o terror como política a ser executada em nome da razão, da liberdade e da igualdade. (FRIAS FILHO, 2005, p. 7)

#### 4.1 COROLÁRIO 1: Do Lugar Arquitetado pela Página ou Da Ordem da Página

Para falar do surgimento da página, vou me valer do trabalho de Ken Morrison (1995)<sup>56</sup> sobre o estabelecimento/estabilização do texto escrito. E isto porque sua pesquisa, de cunho bibliográfico, levou a uma problematização da visão lingüística que inventou e fundamenta uma tradição que se tornou hegemônica no ocidente, e que se faz presente, ainda hoje, tanto nos estudos acadêmicos quanto no senso comum.

Segundo Morrison (1995), os adeptos da visão lingüística do desenvolvimento do texto escrito distinguem dois estágios essenciais: o surgimento, na Grécia do século VII a.C., de uma língua escrita oriunda do alfabeto grego, e as inovações semânticas que ocorreram nos textos escritos como resultado da tecnologia da imprensa surgida no século XV (Cf. OLSON, 1977, p. 258-266).



Além de afirmar que a invenção do alfabeto estabeleceu a prioridade do texto escrito sobre o oral (OLSON, 1977, GOODY; WATT, 1968, MCLUHAN, 1962, INNIS, 1951), tal tese admite um texto escrito estável na Grécia do século VII a.C., seguido de um período no qual nada ocorreu de relevante até o século XV. Ou seja, durante 22 séculos, até o surgimento da imprensa, que possibilitou as inovações semânticas, nada teria acontecido de realmente importante em relação ao texto escrito, a não ser as mudanças produzidas pela escrita em relação ao oral, na comunicação e registro de mensagens e narrativas.

Assim, a escrita teria possibilitado, pela primeira vez, a separação entre os discursos e as circunstâncias particulares em que foram gerados, bem como a separação entre emissor e receptor. E é a partir dessas separações que tem início um modo de reflexão teórica e a pretensão à universalização do conhecimento<sup>57</sup>. E isto porque o vestígio escrito é literal, contrariamente ao sinal fonético, que é mnemônico. Como seu sistema de armazenamento fixa idéias, pode-se dizer que estas não sofrem deformações provocadas pelas elaborações dos leitores. Daí a afirmação corrente de que foi a partir do desenvolvimento da escrita que a história ocidental determinou o início do que se entende por civilização: o conhecimento armazenado em forma escrita e estocado nas bibliotecas serve de critério para a determinação das várias fases do desenvolvimento da humanidade.

Ainda mais: historicamente, o domínio da linguagem escrita conferiu atributos de poder e superioridade às pessoas, às classes sociais, às nações. No início, como diz Sloterdijk (2000, p. 11), [ . . . ] os humanizados não são mais que a seita dos alfabetizados, [ . . . ]<sup>58</sup>.

#### 4.1.1 A Grande Divisão

Já lá em Platão vamos observar um curioso esforço de desvalorização da oralidade, mais precisamente no *Timeu*, na fala do sacerdote egípcio, quando este reduz os gregos à infantilidade de seus mitos por não dominarem a escrita. O contrário ocorreria com os egípcios que, em seus escritos, registravam sua história para a posterioridade de suas gerações. O curioso é que o sacerdote ressalta que, nesses registros, estão também anotadas as grandezas do saber grego, tido como

ímpar e de origem divina. Assim, os gregos ágrafos, mesmo com um lugar mais próximo dos deuses do que os egípcios, lhes eram inferiores por não controlarem suas memórias pelo rigor da escrita, o que, ao fim e ao cabo, conferia a esses últimos o poder de relação com a escritura da memória dos primeiros.

Segundo autores como Goody, Havelock e Svenko (*apud* MORRISON), um certo tipo de pensamento racional ou crítico só pode desenvolver-se ao se relacionar com a escrita<sup>59</sup>. Por outro lado, e na compreensão de Ong (1996), o alfabetismo (*literacy*), no ocidente, teria inviabilizado sobremaneira o entendimento do acontecimento do pensamento num tempo em que tudo era memorizado, sem que houvesse uma materialidade que confirmasse e fixasse a presença desse pensamento. Estabelece-se, assim, uma ruptura, um divisor de águas entre oralidade e escrita . a grande divisãoq de Ong, criticada por Street (1995) . separando de uma forma irreconciliável os dois modos de pensar, já que o pertencimento à cultura escrita não permitiria qualquer tipo de acesso à e compreensão da cultura oral.

Se, num exercício de %transposição selvagem+<sup>60</sup>, nos imaginarmos num tempo grego em que não havia escrita, provavelmente teremos um pensamento cuja aparência ganha importância estratégica, a ponto de sinalizar a identidade entre o real e a manifestação, onde a linguagem não evoca senão a aparência e esta é legitimada como uma ilusão justificada. Aí, os poderes da linguagem estão centrados na recepção, pela alma, da musicalidade das palavras, no que os gregos chamavam de %psicagogia+, já que a alma era essencialmente passiva, a mercê do %lora+. De certa maneira, as idéias eram vistas como de certa forma sempre o foram, ou seja, coisas de outro mundo (fora da caverna).

Como explicaríamos nossas idéias, memórias, pensamentos, sonhos? A ciência contemporânea oferece dados %larwinianos+ interessantes sobre os possíveis efeitos da escrita no funcionamento do cérebro humano. Jaynes<sup>61</sup> (1990), por exemplo, provocou muitas discussões com um livro fascinante que trata da origem da consciência e da mente bicameral. Depois de fazer uma crítica quanto ao que se compreende por consciência psicológica e as tentativas de compreender o seu surgimento ao longo da evolução da vida, chama a atenção para o grande salto qualitativoque o ser humano dá no momento em que passa a lidar com a escrita.

A transferência da prática predominantemente oral de pensar, para pequenas marcas ou sinais em pedras, cerâmicas e mesmo papiros, de tal modo que a fala podia ser vista e não simplesmente ouvida, e vista por qualquer um, e não somente por aqueles que estavam ao alcance do som da fala quando esta era proferida, produzia uma forma de circulação e distribuição do pensamento muito mais econômica e generalizada. A questão que se coloca, então, não é tanto a de quando surgiu a consciência, mas que tipo de consciência começa a surgir neste momento, isto é, a partir do momento em que o ser humano passa a praticar um pensar orientado pela escrita e para o escrever.

Visto como uma ruptura com a oralidade, de um certo modo para sempre perdida no tempo, mas que para a ciência e a grande história é apenas de difícil datação, nos defrontamos com várias dificuldades. Como podemos saber como se pensava aquele ser-grego? Como seria a prática de se significar oralmente? Como já referiu Jorge Luis Borges, o original é sempre infiel à tradução. Talvez por isso mesmo se erija a tradução<sup>62</sup>, ignorando-se que o principal dos seus problemas é esquecer que os primeiros escritos gregos foram elaborados dentro de um tipo de consciência ou mentalidade radicalmente diversa da nossa.

Num exercício temerário, Jaynes (1990) tenta analisar o funcionamento de um cérebro grego sem o recurso de uma ressonância magnética, que, de resto, de nada lhe serviria, uma vez que esse cérebro está, de todas as formas, irremediavelmente morto. Mesmo assim, vai buscar indícios em outra espécie de ressonância, mais precisamente num texto que é tido como uma testemunha do momento de passagem da mentalidade ou consciência pré-escrita para a pós-escrita, a *Ilíada* de Homero, cuja tradição narrativa certamente remonta a um período anterior ao século VII a.C., época da invenção do alfabeto grego.

Jaynes (1990) necropsia este poema do ponto de vista da subjetividade, tendo como questão de fundo o tipo de mente ou tipo de consciência que está presente nela, e, por decorrência, o modo de ver o mundo de seu redator e leitores. A primeira coisa que chama a atenção, é que significados que hoje subjetivamos como abstratos, tais como mente, alma, emoção, etc., aparecem na *Ilíada* com sentidos bem concretos: a vida e a vitalidade estão no sangue, no hálito, no movimento. A emoção ou *tymos* confunde-se com movimentos e parece ser um órgão como o estômago ou pulmão, ainda que não tenha uma localização clara. O

*tymos* impede ou propõe ao guerreiro que lute, que coma ou beba. Mas não é só o ser humano que tem *tymos*: o mar, o céu, etc., também se comportam como se o tivessem. Contudo, o termo que Jaynes (1990) tem em mente é *noos* ou *nous*, que seria a compreensão que a consciência daquele tempo teria, e que se confunde com 'ver'. Ter consciência, então, é ver, prestar atenção ou cuidar. De uma certa maneira, esta terminologia dá conta de um modo de subjetividade e de um modo de leitura. Platão vai dizer que entre o ente e o ser existe o lugar. E esse lugar precisa ser visto, conhecido com atenção e cuidado, em suma, pensado. Platão diz também que o nosso pensar é como que um diálogo, ou é sempre uma tarefa feita a dois.

Jaynes (1990) acredita que o modo como pensamos atualmente começou a surgir naquele preciso momento, isto é, quando tivemos que aprender a viver um novo modo de consciência produzida na e pela escritura. Antes, as idéias, os pensamentos, os sentimentos eram experienciados como vindos de fora ou, pelo menos, como objetos estranhos. A fisiologia e o funcionamento dos hemisférios cerebrais eram diversos do nosso, com predomínio do hemisfério direito, e com isto acreditava-se que as vozes, palavras, idéias que as pessoas experienciavam vinham de deuses, ou, pelo menos, de alguém fora de nós. Era como se os seres humanos tivessem dois espaços ou âmbitos no cérebro, um que falava - ou por onde alguns seres falavam - e outro que ouvia. Essa especialização era fácil de se admitir antes da escrita.

Com o aparecimento e a disseminação da escrita alfabética dos gregos, esta maneira de ver entrou em colapso e surgiu aos poucos um estilo de consciência capaz de solucionar problemas sem necessitar das vozes do além, ou de nenhuma outra. Mais objetivamente, uma vez que uma mensagem está escrita, todos podem 'vê-la' e não se necessita mais da 'fala' dos espíritos<sup>63</sup>. Com isso queremos dizer que a escrita ensejou o surgimento de um grande desafio, isto é, o de instituir um novo mundo transcendental, que os filósofos vão chamar de metafísica.

O que interessa, aqui, é a idéia de que, uma vez que passamos a escrever nossos pensamentos, estes começaram a gerar um novo mundo, um novo modo de ver as coisas e, portanto, um novo modo de ver o ser humano. Sua consciência específica decorreria, então, de sua capacidade para se especializar na economia da tecnologia da escrita, fato inicial, tido como deflagrador de um processo civilizatório que levou a humanidade ao domínio científico da natureza. Isto faz da

escrita um elemento chave da modernização e do progresso da sociedade, ao mesmo tempo em que o não domínio da escrita equivaleria a uma exclusão dessa civilização moderna e progressista.

Para que tal narrativa se impusesse, foi preciso esquecer que o domínio da escrita só começou a se generalizar, entre as populações, a partir das últimas décadas do século XIX, com o surgimento da escola pública nos países europeus e nos Estados Unidos. Portanto, 26 séculos após o aparecimento da escrita alfabética grega. Nesse tempo todo, a cultura oral não só conviveu com uma cultura escrita restrita, como era predominante na maioria das nações civilizadas.

#### 4.1.2 Virando a Página

Tal como Morrison (1995), consideramos que os atributos da linguagem escrita na página, tais como a linearidade, o encadeamento lógico-sequencial, a autoria, os pressupostos de veracidade, entre outros, constituem pilares semânticos e lógicos que se estabelecem lentamente, ao longo de séculos, e passam a sustentar muito amplamente a civilização ocidental.

Contrariamente à vertente dominante no discurso da escrita, Morrison (1995) defende a tese de que o texto escrito completo, longe de ser um fenômeno exclusivamente lingüístico, cuja primazia se julga repousar em um grau superior de especialização semântica, na verdade evoluiu ao longo das mudanças específicas na estrutura geral da forma do livro, iniciadas no século V da nossa era.

Essas mudanças não apenas modificaram a maneira pela qual os textos eram ordenados como também provocaram uma alteração concomitante na estrutura pedagógica do texto, que levou a um maior aprimoramento técnico do trabalho científico e acadêmico. Julgamos que este fato constitua forte indício de que o nível de clareza atingido em nossos próprios textos é, particularmente, em função das mudanças na organização social, e não na lingüística.

Essas mudanças na organização social+ vão ser materializadas na página, como elemento síntese capaz de explicitar, exercer e disseminar sua racionalidade.

Talvez seja, então, lá, onde a prática do pensamento escrito começa a deslocar a prática do pensamento oral, que tenha se iniciado a produção de uma

outra configuração de funcionamento cerebral+, de subjetividades sem vozes audíveis %lo fora+, o que se materializou no aparecimento do %leitor silencioso+.

Em suas *Confissões*, Santo Agostinho (1980, p. 354-430) refere-se ao bispo de Milão, Ambrósio, observando que era um leitor cuja voz se mantinha %em silêncio e sua língua não se movia+, acrescentando que %muitas vezes, quando o vínhamos visitar, encontrávamo-lo a ler assim, em silêncio, pois nunca lia em voz alta+. Tal forma de ler era tão estranha no século V, que mereceu um registro na autobiografia de Agostinho (MANGUEL, 1998).

Isto quer dizer que, nos 12 séculos que decorreram desde a invenção da escrita alfabética pelos gregos, no século VII a.C., até as %mudanças específicas na estrutura geral da forma do livro iniciadas no século V d.C.+ que se consolidaram na escrita impressa, a partir do século XV, várias inovações tecnológicas, com seus efeitos na organização da escrita, possibilitaram, por fim, que a escrita se transformasse em texto, ou seja, numa escrita subordinada a um espaço e tempo determinados, estabelecidos a partir de determinadas práticas textuais produzidas e convencionadas historicamente. Assim, a passagem da tecnologia do rolo de papiro para os códices latinos nos séculos IV e V, seguida dos aperfeiçoamentos dos séculos XII e XIII, propiciados, sobretudo, pela prática da exegese, teriam sido momentos decisivos para essa transformação.

O espaço escrito cercado pelos códices, cujo formato se aproxima da forma do livro atual, criam a página como um lugar capaz de impor determinada racionalidade leitora. Para regular a escrita e a leitura nessa nova geografia, prescrevem-se convenções, inventam-se gramáticas, mapas e orientações diferentes das existentes até então.

A fundação desse lugar . a página . requereu, como toda fundação, um ordenamento específico, com a determinação de novas latitudes e coordenadas que permitissem e assegurassem uma orientação rápida e segura para a locomoção do viajante . agora, um leitor silencioso . por entre as palavras e frases de um texto, de modo a permitir a comunicação das proposições e dos argumentos escritos a um número cada vez maior de indivíduos. Daí Morrison (1995, p.146) afirmar que %o texto só começou a existir quando a página . e não a frase ou a declaração . tornou-se a unidade predominante de sua organização+<sup>64</sup>.

O estabelecimento, nos tempos medievais, da página como espaço textual, como o lugar do texto, trouxe consigo toda uma série de regulações e procedimentos destinados a um melhor aproveitamento, uma maior economia e, portanto, a um uso mais racional desse espaço.

A disposição da estrutura textual em capítulos e parágrafos, o índice alfabético para a localização dos textos e a distribuição dos títulos para se marcar as etapas de uma argumentação são recursos inventados naquela época, quando modelos fixos de classificação textual começaram a surgir como forma de se facilitar a apresentação (PARKES, 1976, ROUSE; ROUSE, 1979 *apud* MORRISON, 1995).

Esses recursos, que constituíram a arquitetura da página que conhecemos, surgiram, segundo Morrison (1995, p.147), *à luz dos novos métodos de estudo e de ensino medieval [nas universidades] (LECLERCQ, 1961; SMALLEY, 1952)+, e possibilitaram as mudanças na aquisição do conhecimento, à medida que este começava a se subordinar a modelos inteligíveis e visuais de apresentação+ (MORRISON, 1995, p. 147).*

Assim, a página, ao dar uma determinada visibilidade à linguagem escrita<sup>65</sup>, transforma-a em texto, isto é, numa forma de racionalização da escrita capaz de produzir um determinado conhecimento e um modo correlato de conhecer. Considerando, então, o lugar arquitetado na página, temos que observar que sua configuração sempre esteve intrinsecamente alocada com os *costumes* de época+das práticas discursivas que os produziram. E, isso, pela absoluta impossibilidade de se estabelecer de outro modo que não o constituído pelo jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo (FOUCAULT, 1987).

Pode-se dizer, assim, que o texto se constituiu como uma escrita racionalizada pela arquitetura da página e que a leitura do texto é produzida por uma educação (regulação) do olhar para capturar e ser capturado por essa arquitetura. Assim, pois, a estrutura formal do texto, produzida pela página, elabora, garante e privilegia uma forma de raciocínio, uma forma de racionalidade narrativa e uma forma de subjetivação de leitores.

Ainda mais: ao funcionar e operar enquanto *frame*, a arquitetura da página aloca um sentido e uma racionalidade econômica que põem em ação dispositivos de governo que visam a produção de uma subjetividade *apropriada* para uma leitura igualmente *apropriada*. Em outras palavras, as mudanças históricas na estruturação

do texto . a invenção da página com suas convenções textuais . ampliaram sua organização no sentido dessa racionalidade, produzindo um modo de ler onde a economia e o sentido corroboram a fidelidade do original apontada por Borges.

Daí que os dados históricos indiquem uma conjugação entre o domínio de práticas textuais estáveis e as mudanças na forma de conhecimento, os quais caracterizam uma sociedade cada vez mais preocupada com a precisão e a acuidade empírica no conhecimento de *corpus* coerentes e homogêneos.

Em suma, a adoção de normas textuais estáveis, produzidas pelo formato da página, ocorreu muito mais tarde do que se supunha<sup>66</sup> e teria desempenhado um papel fundamental na institucionalização do conhecimento e do aprendizado, tal como eles se processam entre nós.

#### 4.2 COROLÁRIO 2: Da Ordem (das Páginas) do Livro

O interesse em tratar aqui, ainda que brevemente, da leitura da palavra impressa, propiciada pela emergência de uma nova tecnologia . a imprensa . , deve-se à intenção de problematizar a relação usualmente estabelecida entre leitura, tradução e disseminação da Bíblia, e alfabetismo (formação de leitores).

Tendo essa relação se tornado hegemônica, passando a funcionar como a explicação verdadeira . e a universalização do alfabetismo na Suécia do século XVIII é o seu exemplo mais vivo (JOHANSSON, 1977), sobretudo se não se levar em conta que esse acontecimento é, também, uma exceção no quadro europeu daquela época . , cabe perguntar como essa verdade chegou a se estabelecer, confinando a leitura no Livro. Levando-se em conta, evidentemente, que a primazia do registro da escrita na página foi constitutiva da sociedade disciplinar que, então, emergiu, e que, nela, o livro se constituiu como um dispositivo de confinamento da leitura.



Elizabeth L. Eisenstein (1998) sugere que a transição dos manuscritos para a cultura impressa levou cerca de dois séculos para se processar, desde que as primeiras impressoras começaram a ser instaladas entre 1460 e 1480. De acordo com Kernan (*apud* EISENSTEIN, 1998), apenas no século XVIII a tecnologia de impressão possibilitou que a Europa se transformasse de uma sociedade oral em uma sociedade impressa e, portanto, leitora.

O ímpeto evangélico, que alimentou os primeiros prelos, não poderia ter, portanto, todo o impacto alfabetizador (e leitor) que se lhe atribui. Aliás, teríamos uma idéia perfeitamente falsa do que foi na realidade o comércio do livro entre os séculos XV e XVIII (FEBVRE; MARTIN, 1971, p. 338), como salientam Lucien Febvre e Henri Jean-Martin,

[ . . . ] se pensássemos que o mercado do livro não tinha entraves, que a ação dos editores era protegida por uma legislação apropriada ou que o livro circulava livremente. Não existia nenhum acordo internacional nestas matérias, a proteção contra as contrafacções [reimpressões, cópias sem autorização do autor] era sempre imperfeita, as legislações eram locais e incompletas, a polícia quezilenta e incapaz de refrear os abusos e ilegalidades, as censuras inumeráveis e contraditórias [ . . . ]<sup>67</sup> (FEBVRE; MARTIN, 1971, p. 338).

Para McLuhan (1969), a imprensa também teve a sua fase da carruagem sem cavalos. Mesmo no início do século XVIII, um livro de texto ainda era definido como de autor clássico, espaçadamente escrito pelos estudantes, para que espaço reste à interpretação ditada pelo mestre, e outros, e a ser inserida nas entrelinhas (MCLUHAN, 1969, p. 198). Antes da imprensa, a maior parte do tempo de aula era gasto na produção desses textos.

A classe tendia a ser um scriptorium com um comentário. O estudante era um compilador editor. A cultura do manuscrito alicerçou os progressos orais na educação . o escolasticismo . ao nível máximo; mas ao colocar o mesmo texto diante de um número qualquer de alunos ou leitores, a imprensa acabou logo com o regime escolástico das disputas orais. Forneceu uma memória enorme e nova para os escritos do passado, tornando a memória pessoal inadequada (MCLUHAN, 1969).

Efetivamente, a nova tecnologia, com sua capacidade de duplicação e disseminação de textos e imagens, produziu toda uma série de efeitos sociais, religiosos, econômicos, científicos e literários.

O argumento adotado, aqui, é o de que a leitura (silenciosa) da escrita impressa significou, antes de tudo, a possibilidade de generalização de uma racionalidade constitutiva da configuração arquitetônica do livro, tornando-a portátil. Nesse sentido, este não foi um mero instrumento ou meio para a divulgação da racionalidade científica emergente, uma idéia formulada por Kant (1785) e Fichte (1791), que viam, no livro, o núcleo de organização e apresentação do conhecimento.

Ao contrário, essa configuração é vista como condição necessária para a produção dessa racionalidade, na medida mesma em que a forma de impressão da escrita (contida na página) inventa uma nova forma de pensar. Tal tese, defendida também por McLuhan<sup>68</sup>, inverte, de certa maneira, o pressentimento manifestado por Victor Hugo (1971), em *Notre-Dame de Paris*, de que o pensamento humano, mudando de forma, ia mudar também o seu modo de expressão.

Certamente, o salto do manuscrito para o impresso de caráter massivo provocou mudanças no sistema de comunicação, alteração de tradições textuais, reorientação do processo de informação, com a sua capacidade de produzir imagens idênticas, sob rótulos idênticos, para leitores espalhados em pontos geograficamente remotos. Mas para que esse poder de universalização do conhecimento fosse produtivo, foi necessário fixá-lo, torná-lo estável, ou seja, foi preciso construí-lo dentro de critérios e padrões objetivos, independentes das circunstâncias locais e temporais. Assim é que, como observa Eisenstein (1998, p. 280), todo um processo imemorial de adulteração [de textos e imagens de plantas, animais, territórios, etc.] foi detido de modo decisivo e finalmente revertido.

Também os métodos de medição, os modos de registro das observações e todas as formas de levantamento de dados foram diretamente afetados pela disseminação dos conhecimentos possibilitada pela arquitetura do livro, na medida em que se tornava possível a sua homogeneização, dada a capacidade de reprodução e difusão ilimitadas do livro<sup>69</sup>.

A natureza, vista como suporte de uma linguagem universal . a linguagem matemática, linear e ordenada em que estaria escrita . , se transformava num Livro aberto à leitura. Mas não a qualquer leitura, já que, para ser rigorosamente correta (científica), esta deveria ser controlada por instrumentos e convenções que garantiam sua exatidão e veracidade, e cujos usos deveriam ser aprendidos. Quer

procurando nas estrelas, nas plantas ou nos animais, os cientistas passaram a conhecer/ler a realidade através de métodos (regras) que produziram esse conhecimento/leitura como preciso e estável.

E eles o fizeram a partir dos pressupostos de autoria, sentido, início, fim, seqüência, ordem, completude, unidade, em cada campo da atividade humana. Ou seja, a partir da arquitetura do livro.

Esta mesma necessidade de estabilização do texto (e da leitura) atingiu a Bíblia . primeiro livro impresso e o mais vendido da história da humanidade . dissipando os receios da Igreja em relação ao ~~pr~~o luminoso de Gutenberg~~+~~, que criaria uma humanidade emancipada da sua autoridade (FURTADO, 1995).

As traduções sucessivas do texto bíblico traziam problemas para o estabelecimento da verdadeira palavra de Deus. A dificuldade que implicava traduzir textos p~~re~~nhes de sentido figurado, de metáforas, digressões e ambigüidades, mais próximos da arquitetura da linguagem oral, logo colocaram essas edições sob suspeita. O problema, no entanto, foi rápida e eficazmente equacionado, a ponto de transformar tal discussão num debate bizantino próprio dos primeiros tempos da imprensa. E isto porque sua estabilidade logo foi assegurada pela presunção de um autor verídico, anterior à obra editada, existindo à margem e acima do próprio texto, Autor que confere veracidade à descrição de uma seqüência ordenada de frases que perfazem a história do homem, desde a sua criação até o fim dos tempos.

Foram, portanto, princípios alheios à análise textual da linguagem que transformaram a Bíblia em O Livro<sup>70</sup>, isto é, na essência do livro. A partir dessa idéia, os livros são vistos como geradores de um conhecimento . teoria ou hermenêutica, gêneros canônicos nascidos da escrita . que visa à verdade<sup>71</sup>. Assim, pois, o livro foi constituído como uma escrita estabilizada por princípios transcendentais (Deus, Homem, Autor, etc.) e por convenções sociais . a ordem dos livros . , o que lhe dá um poder de imposição da verdade e de disciplinamento dos leitores em relação a essa verdade.

Tendo emergido como um acontecimento da civilização judaico-cristã (e não greco-latina), o livro surge marcado pela dicotomia corpo/espírito, a ponto de ser considerado por alguns autores, como Artur Anselmo (1991), como uma ~~me~~rcadoria espiritual~~+~~, sem que haja entre os dois termos uma oposição excludente, mas, ao contrário, interrelacionando-os numa unidade exemplar. Isto quer dizer que as duas

acepções em que, para efeitos de análise, o livro é tomado . uma material (papel, etc.) e outra espiritual (pensamento do autor) . , exercem, uma sobre a outra, um efeito de integração e de indissociabilidade. E não só no sentido de que o espírito necessitaria da matéria para se fazer presença.

A materialização do espiritual em páginas encordoadas, que seguem uma ordem seqüencial e linear entre elas, do começo ao fim, da primeira à última linha, uma ordem estabelecida pela página e que é característica da %cultura da página impressa+, dá acesso a um bem (a Deus, ao Conhecimento, à Verdade) que é transmitido e adquirido pela leitura.

Por outro lado, ao sacralizar o material, um mero objeto físico e, mais ainda, uma mercadoria destinada à venda para obtenção de lucro, o livro é canonizado, esquecendo sua origem mercantil e produzindo uma atitude de reverência por parte de leitores e não-leitores. Surge, assim, um mundo ancorado no livro, o totem sagrado de uma nova civilização. Como diz Federico Mayor (*apud* FURTADO, 1995, p. 14), %os livros oferecem um enquadramento único para as maneiras de ver e entender o mundo de hoje+.

Muito provavelmente, foi no século XVIII, que este %enquadramento+começou a surgir. O aparecimento de uma classe burguesa, o desenvolvimento do saber científico e um período de particular expansão da edição se conjugaram para fixar-lhe o seu contorno. O início da publicação da *Encyclopédie*, em 1751, coordenada por Diderot e D'Alembert, tornou-se o símbolo do Iluminismo, do império de uma nova ordem: a da razão científica.

O ideal de sistematicidade da obra concentra-se na ordenação alfabética (recensão empírica das conquistas humanas) e no sistema de remissões no interior de cada artigo, o que permite relacionar os mais diversos saberes e métodos, para uma circulação do sentido sistemático. E esta organização racional do texto produz uma interpretação semelhante da realidade. Encerrando nessa ordem, ou seja, produzindo os %desejos+dos leitores de sentido, completude, qualificação, cidadania, etc. Esta civilização foi considerada por alguns %autores, como Jacques Derrida, %a civilização do livro+.

As religiões, a filosofia, a literatura, a ciência, enfim, toda a concepção de mundo ocidental está intimamente ligada à língua escrita, sendo o livro considerado sua expressão essencial. Além de um apanhado físico, um %todo+feito de folhas de

papel impressas e organizadas linearmente, o livro pode ser considerado um modelador (disciplinador) de anseios, ritmos e pensamentos humanos, durante os últimos cinco séculos.

Para McLuhan (1969), o livro foi a primeira máquina de ensinar e também a primeira utilidade produzida em massa. Nessa ordenação de máquinas de ensinar, talvez seja interessante lembrar de outro totem, que ordenava e dirigia a vida há bem pouco tempo, a catedral, que agora se torna móvel, portátil..

A idéia do livro como uma totalidade que unifica e sintetiza, que determina o sentido e orienta a leitura, faz com que a própria polivalência da língua possa ser resumida em uma certeza. E isto porque a escrita supõe um determinado governo, um domínio. Não apenas o domínio dos instrumentos de escrita mas, sobretudo, da arquitetura do seu lugar (tijolo, papiro, códice, página do livro, écran do computador). E cada uma dessas arquiteturas restringe (delimita e ordena) o que pode ser escrito (e lido).

É esta restrição que é preciso dominar, governar, para se poder escrever, já que a escrita está contida no e pelo meio<sup>72</sup>. De tal modo que escrever é selecionar o que se pode escrever, o que cabe escrever, dentre muitas outras possibilidades. O que fica de fora da escrita, o que não coube nela, o que transbordou dela, é todavia leitura, ou seja, o que se é capaz de ver em determinadas circunstâncias e que foi preterido na escrita. Daí que a escrita seja um vestígio, uns poucos rastros da leitura. Isto explica, talvez, o conforto quase transparente da leitura do livro.

Já se afirmou que os gregos achavam que o conhecimento era expresso pela linguagem e, portanto, escreviam sem levar em consideração o texto (MORRISON, 1995). Como novos gregos, continuamos achando que o conhecimento é expresso pela linguagem e, assim, não costumamos lembrar que o texto é arquitetado pela página e pelo livro. Por isso, contentamo-nos em tomar o texto em si mesmo para submetê-lo a análises lingüísticas. Contudo, esse esquecimento é uma forma de produção de sujeitos própria da civilização ocidental e, portanto, própria de um determinado governo dos outros e de si, que torna invisível (mas não oculto) o que foi esquecido. Isso porque a página não é suporte: ela é texto.

Segundo Morrison,

o texto projetou-se para além da linguagem, não apenas porque instituiu métodos pelos quais as disciplinas podiam seguir uma argumentação técnica coerente, mas também porque ofereceu um meio de confirmação que aproximou o conhecimento do texto. (MORRISON, 1995, 192)

Isso ocorreu à medida que o texto começou a acomodar suas formas de exposição em disciplinas, cujas exigências pedagógicas passaram a depender da forma do texto para a produção das estruturas disciplinares do raciocínio teórico e demonstrativo. A leitura, então, se desespiritualiza, mas não se dessacraliza.

A racionalidade científica hegemônica passa a produzir uma leitura dos livros dentro dos seus parâmetros e a reconhecer como leitura a que obedece aos seus critérios. As exigências da ciência de objetividade, neutralidade, exatidão, correção, passam a ser os critérios da leitura. E assim como se aprende o caminho da ciência, o dessa leitura também precisa ser aprendido.

Ao contrário do que diz o poeta<sup>73</sup>, nas sociedades disciplinares ninguém se perde. Pois há um único, válido, correto e seguro caminho para achar: o que garante a rota em direção à certeza e à verdade. Caminho este que é aprendido na escola.

#### 4.3 COROLÁRIO 3: Do Mobiliário da Página

***Í Os teus olhos iluminam-se como as vitrines das lojas***  
Baudelaire

Em *Papel-Máquina*, uma coletânea na qual reúne diversos ensaios, cartas e entrevistas, Jacques Derrida (2004) joga com a idéia do papel como lugar, construindo uma espécie de genealogia descontínua dos efeitos imanentes do papel enquanto suporte. Daí que muitas de suas reflexões vão importar sobremaneira a esse trabalho, ainda que para truncá-las em favor do nexo dessa tese.

Quando Derrida aí se ateu a significar a palavra livro, observou quão difícil era delimitar esse significado e quanto era difícil também significar a questão da materialidade do livro. Isso se desejássemos conferir a essa materialidade uma especificidade impressa e conseguíssemos enquadrá-la no que ela tem de indivisível

e irreduzível, ali onde ela resiste a tantas questões próximas, conexas, até mesmo inseparáveis. Para ir ao ponto,

a questão do livro, e da história do livro, não se confunde com a da escrita ou das técnicas de inscrição. Há livros, coisas legitimamente chamadas livros. Ora, eles foram e ainda são escritos de acordo com sistemas de escrita radicalmente heterogêneos. O livro não está, portanto, ligado a uma escritura. A questão do livro também não se confunde inteiramente com a das técnicas de impressão e de reprodução: havia livros antes e depois da invenção da imprensa, por exemplo. A questão do livro não se confunde, enfim, com a dos suportes (DERRIDA, 2004, p. 19).

No que concerne às dificuldades de determinação e, portanto, de cercamento de seu significado, elas advêm certamente de características próprias da página. Mas ao contrário do livro, a página apresenta, logo de imediato, uma especificidade que a diferencia, o que impossibilita que nos refiramos a ela da mesma forma.

A idéia de página se caracteriza enquanto unidade e identidade da coisa que significamos como página, a partir da possibilidade de uma superfície que vem a estar-com+, de fusão, de irreduzibilidade, de conexão singular, particular e íntima com a escritura, seja ela de que natureza for, e de tal modo inseparável, que se confunde com ela. Mais do que isso: não apenas essa superfície se confunde com a escrita, como desaparece ou se reduz até mesmo como pano de fundo, a ponto de, na leitura, localizarmos ou virarmos a página e não o papel.

O próprio Derrida (2004) adivinha a sua presença, mas prefere se fixar nas possibilidades da materialidade e imanência do papel. No entanto, não é o papel que vai estabelecer o texto, mesmo levando em conta o bloco de notas mágico+ de Freud ou a dupla inscrição+ de Lacan. Apenas para registro, uma vez que não é o meu foco nesse momento, é preciso que se observe a presença indefectível das palavras ou das idéias: *notas* e *inscrição* em conjugação a *bloco* e *dupla*. Estes supõem algum tipo de escritura, mesmo em sua ausência, da mesma forma que o mais prosaico caderno, diário, etc. Já o nexa da página, porque supõe sempre uma superfície com alguma escritura, não se reduz ao papel. É, com efeito, o lugar do texto. Ou melhor: é o modo de ser do texto.

Não sendo o papel, a página não é redutível a um espaço midiático, na medida mesma em que a folha de papel em branco não é uma página. Ao se transformar em página, o papel é esquartejado+, loteado, classificado e mobiliado. Vira lugar. E esse modo específico de ser lugar diz respeito ao nexa irreduzível da página, de onde emana uma ordem arquitetural particular de espaço e

temporalidade, uma ordem de governo (dos outros e de si), que define uma experiência particular de representação e funda uma configuração da linguagem . o texto . , que assegura a condição de possibilidade hermenêutica. Uma tal forma solicita, produz e replica um modo de subjetivação definido em práticas sociais e históricas.

Ao ser arquitetura, isto é, um espaço organizado e animado para abrigar palavras e imagens, a página adquire vida com **cabeçalho**, **corpo** do texto e notas de rodapé. Por vezes tem **orelha**. E pode até **sangrar**.

%Sangrar a página+, para os diagramadores (de páginas), é não respeitar as fronteiras das margens (da página). Diz respeito a um não dar mais conta do estabelecido: ultrapassar os seus limites, ainda que a custo de um %sangramento+. E ao ultrapassá-los, estende também os limites da leitura. Já a leitura da e na *Page* não é %sangrenta+, porque ela %ola+ (barra de rolagem), muda de lugar (URL), se desvanece (*Data no found*) e desaparece (*Delete*).

Enquanto coordenada de tempo e espaço, a página organiza silenciosamente a função e o significado do discurso escrito, dispondo e dispersando sua temporalidade, posta em seqüência numa topografia (títulos, subtítulos, parágrafos), que materializa um *inicio*, um *meio* (seqüências, continuidades, descontinuidades, intervalos) e um *fim*, que encerra ou, paradoxalmente, dá continuidade a uma narrativa, sem deixar de ter um final imposto pelos seus limites (número de páginas).

#### 4.4 COROLÁRIO 4: Da Temporalidade da Página

Importa, então, ver como o tempo ordena e faz emergir, ordenadamente, toda uma materialidade temporal . o discurso . , essa espécie de testa de ferro da invisível, mas não oculta, %página-máquina+, mesmo quando aparentemente airado, aparentemente fora dela.

Na linguagem, o tempo ganha ares e (cata)ventos ordenadores. O tempo acontece na linguagem como dispositivo lingüístico, uma vez que a própria linguagem é construída em relações específicas de conjugação e expressão de tempos, que a página fisiologiza em sua seqüência.



A temporalidade acontece na prática da linguagem, e de um modo nunca dantes imaginado, com o evento da escrita em superfícies, engendrando e estabelecendo protocolos para dispor o discurso em seus tempos<sup>74</sup>.

Para Franzini (1999), as dimensões de tempo, na linguagem, dão conta de sentimentos, e os sentimentos produzem efeitos. O sentimento é sempre uma afetação em relação a alguma coisa, seja ela interna ou externa, concreta ou abstrata, presente ou ausente. Os sentimentos promovem uma estética, isto é, suscitam uma diversidade de emoções que situam o ser humano diante do mundo e de si mesmo; promovem um estilo de vida na vida. Daí porque, de um modo geral, a narrativa oral e escrita foi o principal instrumento pedagógico usado pela humanidade para fazer com que as novas gerações se tornassem humanas.

Para Rapport e Overging (2000), a narrativa está por toda parte e acontece na linguagem de imagens, de gestos e de situações, constituindo um mundo a partir de uma rede de narrativas ou de paródias. Com Roland Barthes (1968), chega a acontecer uma transcendência, uma substancialização da narrativa, já que a narrativa está presente em todas as épocas, em todos os lugares, em todas as sociedades... A narrativa é internacional, trans-histórica, trans-cultural: ela simplesmente está aí, como a vida.

Produzir o sentido das coisas é engendrar-las numa narrativa histórica, capaz de dar-lhes a utilidade dos nomes. Essa prática pretende fixar um pertencimento de modo mais amplo, uma produção do sentido da própria vida numa época. A narrativa é, de modo usual, uma história com começo, meio e fim, e tecida no fio do tempo, mesmo quando busca transgredi-lo.

Heidegger (2001) vai relacionar ~~o~~ cuidado<sup>75</sup>, ~~o~~ existência e ~~o~~ ser-para-a-morte. O que vai importar aqui é não tanto o que nos aconteceu, mas o modo como inventamos o futuro: o cuidado, ou a atenção, que permite que possamos com certa segurança ~~o~~ proceder de um futuro, pertencer a um futuro, decidir o futuro. O ser humano, enquanto ~~o~~ ser-no-mundo, lê cuidadosamente o futuro, buscando constituir-lo o mais previsivelmente possível, inclusive seu limite: a morte. E é essa previsão do fim que dá conta do início e do meio. E que constrói uma narrativa.

Umberto Eco atribui o sucesso popular do gênero narrativo da novela à sua capacidade de contar com a convivência do leitor para a sua contínua previsibilidade,

o que lhe asseguraria o conforto da segurança de, podendo prever para onde se vai, saber de onde se veio e onde se está.

A idéia de tempo pode ser levada em conta nas dimensões de eternidade, cronologia, cairologia, eventualidade, fatualidade, calendário, idade, horário, e ainda ser relativizada, sobreposta com muitos outros modos. Bluedorn (2002), por exemplo, trabalha a noção de tempo funcional e tempo epocal. O tempo funcional é o tempo do calendário, do relógio, da movimentação dos astros, etc. Possui características uniformes: é o mesmo para todos e até poderia ser confundido com o tempo absoluto de Newton, pois ocorre de modo independente. Apenas para mensurá-lo é que vamos necessitar estabelecer uma referência estranha a ele. Por sua vez, o tempo epocal ocorre na oportunidade dos eventos. Aí, o tempo aparece nos acontecimentos, e não o contrário. Assim, é o evento e, portanto, uma referência estranha, que define o acontecimento.

O tempo epocal vai produzir, então, uma espécie de acidente, uma novidade prevista ou casual. Os sujeitos, quando sofrem esse tipo particular de tempo, se tornam outros, diferentes de antes. Por exemplo, virar a última página do primeiro livro que li sozinha, me significou de outra forma, diferente de antes, no mínimo autônoma em relação ao domínio do código escrito, mesmo que esse acontecimento não tivesse sido previsto. No entanto, isto foi de tal forma significativo, que me ficou na memória do tempo funcional, cronológico, a ponto de se constituir numa época ainda hoje lembrada. Os ritos de passagem, que costumam ser, ao contrário, previstos e com datas marcadas, são também, todos eles, ocorrências epocais. A data, aqui, determina a época e todo o seu cortejo de passagem de um tempo a outro.

A página vai condensar o tempo cronológico, na sua disposição seqüencial, com o epocal, na sua condição de possibilidade de uma ocorrência que estabelece algo muito novo, muito diferente, entrecortado por silêncios de um tempo morto. O tempo cronológico faz com que sejamos inteiramente habitados pela arquitetura da página, enquanto a epocalidade fica por conta da capacidade de afetação e significação dos eventos que ali ocorrem. O espaço em branco não é vazio. É repleto de silêncio: tempo morto previsto na potência da seqüência.

A presunção da escola é tornar a leitura cronológica da página numa leitura epocal. Que esta tenha como efeito a afetação do leitor escolar, ou seja, torná-lo um

outro+ após o seu evento. Assim, se toda leitura, seja ela escolar ou não, é de formação, nem toda formação é epocal. A diferença se dá precisamente pela inversão de como o tempo ocorre na idéia de formação, ou seja, de como os eventos de formação ocorrem no tempo (cronológico ou epocal).

Na epocalidade, é o tempo que ocorre no evento. O tempo cronológico continua lá, mas perde centralidade e referência. Não é o tempo que vai significar o evento, é o evento que passa a significar aquele tempo. É aí que vai se constituir todo um esforço para se definir a experiência estética e a estética da recepção.

Na página, temos, pois, um tempo morto, um tempo de suspensão do tempo cronológico, e que entremeia sua tessitura. Ou seja, a frase que acabamos de ler e a seguinte, que ainda não lemos. É um tempo onde as pretensões de juízos, de explicações e até mesmo de construções ficam em suspenso. É um tempo em que a experiência, as palavras, a memória são pura potência de re-significação.

Daí que o que nos interessa aqui sublinhar seja o nexos epocal da página em papel. É esse nexos que vai potencializar a *page* do computador, que é predominantemente epocal, já que é o tempo que vai ocorrer nos seus eventos. Sua condição+ vai definir um tempo que necessita ser sempre referido para que ela tenha validade, uma vez que ela pode já não estar mais lá, numa outra ocorrência e, portanto, num outro tempo. E se a *page* tem sua condição de possibilidade lá, na página, ela significa, contudo, uma flexão e um deslizamento em relação ao modo de ser da página.

#### 4.5 COROLÁRIO 5: Do Governo da Página

A noção de *governamentalidade*, na qual me atendo nesse trabalho, está desenvolvida nos estudos teóricos e nas análises empíricas de Michel Foucault, mais especificamente, mas não apenas, no Curso do *Collège de France* de fevereiro de 1978.

Sua pesquisa vai localizar dispositivos de poder desenvolvidos em países europeus, a partir do século XVI, no sentido de disciplinar e possibilitar o governo da vida das populações e de cada um em particular. Foucault vai estabelecer aí um

território de problematizações, procedendo a um cruzamento permanente entre os domínios da política e da ética.

As noções de *governamentalidade* e *tecnologias do eu*, ou ainda, de *cuidado de si* (esta desenvolvida nos dois últimos volumes de sua *História da sexualidade*), conjugadas de maneira a relacionarem-se e atualizarem-se mutuamente, são as que melhor visibilidade oferecem das coordenadas sobre as quais a modernidade vai estabelecer práticas para uma determinada forma de *subjetivação*.

A *governamentalidade* e as *tecnologias do eu* são um misto de arte e tecnologia que inauguram um aparato de intenção totalizante, e, portanto, econômico, das relações de poder. Esse aparato garante e torna explícita a operacionalidade de um tipo de governo, tanto na perspectiva micro ou tática, quando individualiza e disciplina o sujeito de determinado modo, quanto macro ou estratégica, quando organiza e controla populações a partir da produção de determinada forma de poder-saber. É como se as dinâmicas da individualização e da totalização correspondessem a um só processo, daí a economia. E é como se a individualidade se estabelecesse, enquanto subjetividade, como um problema de relações.

Na sociedade governamental ou disciplinar, que atinge o seu apogeu no século XIX, há o aparecimento de um determinado *regime dietético e ético* de relações de poder, relacionado à soberania do Estado. Caracteriza-se por uma arte e uma técnica na constituição heterogênea de autoridades, instituições e agências, produzindo e utilizando formas de conhecimento (científico) destinadas a avaliar e a gerir a saúde, a educação, os costumes e os hábitos da população, a partir dos princípios de uma economia que se tornou, irredutivelmente, política, como bem apontou Marx (1974).

A partir do século XVIII, essa configuração de disciplinamento bio-político foi se sofisticando e as correspondentes operações de poder-saber se tornaram mais complexas, de modo a estabelecer um dispositivo eficiente e eficaz para o governo das nações, ao mesmo tempo em que disponibilizaram critérios e normas para o desejo de aperfeiçoamento ético individual (*cuidado de si*).

Quando confiro características de dispositivo de governamentalidade à página, não estou metaforizando o significado cunhado por Foucault. Ao contrário, estou colocando a página numa posição central e estratégica, tomando-a como um

dispositivo disciplinar capaz daquelas operações de poder-saber que estabelecem critérios e normas singulares para uma %correta+ formação de determinado sujeito leitor.

#### 4. 6 COROLÁRIO 6: Da Representação na Página

A concepção moderna clássica de um mundo projetado pelo ser humano como coisa fora de si, configura-se na forma de uma representação, e acontece com três dimensões ao mesmo tempo: 1 - é um simples objeto (qualquer coisa pode vir a ser uma representação: uma fotografia, um monumento, um texto, uma montanha etc.); 2 - que representa algo diverso de si mesmo; 3 - e que, além disso, apresenta-se como um instrumento de processamento de informações, carregando interpretações. Isto vale tanto para uma simples palavra quanto para uma sofisticada obra de arte ou uma idéia de sujeito, de si e dos outros.

Nessa caracterização, a representação se dá, então, num lugar determinado (um simples objeto, qualquer que ele seja), que leva, necessariamente, a um outro lugar (o de um outro objeto, diverso do primeiro), cujas informações (as desse outro lugar) trazem consigo interpretações que podem, por sua vez, ser interpretadas.

As análises usuais da representação têm se prendido à questão do objeto representado e daquilo que o representa. Quero salientar, aqui, os %lugares+ da representação, não só porque eles são o espaço ocupado pelos objetos, mas porque eles são o *habitat* dos objetos, na medida em que, como móveis variados, as coisas se alocam no espaço, fazendo dele o seu lugar. É essa indissociabilidade entre objeto e lugar que produz a invisibilidade do *habitat*, fazendo dele um lugar esquecido. Ao expor à visão o lugar da representação, não vejo outra alternativa senão a de analisá-lo em termos arquitetônicos.

Nada, pois, mais conveniente para isso do que ir buscar o testemunho de um arquiteto para ajudar-me na empreitada. Como todos sabemos, Le Corbusier (apud COLOMINA, 1994), foi um hábil produtor de lugares. Em suas obras, pressupõe-se determinado olhar ou movimento do observador que define uma centralidade visual variada. Sua arquitetura solicita, assim, diversas vistas, onde a luz, as cores e os

acontecimentos das formas arquitetônicas definem a experiência espacial. O olhar é, então, um olhar em perpétuo movimento, sem um ponto de vista fixo. Daí ele afirmar que: "Qualquer um pode observar quão mais facilmente a arquitetura pode ser apreendida nas fotografias do que na realidade" (LE CORBUSIER, apud COLOMINA, 1994, p.133). Acrescentando a seguir: "Mas o efeito da fotografia é sempre distorcido e ofensivo para os olhos de quem viu os originais" (LE CORBUSIER, apud COLOMINA, 1994, p.133). E isto certamente acontece porque "toda construção é máscara e ilusão".

Nesse sentido, a fotografia apreenderia "mais facilmente" a arquitetura ao fixá-la a partir do ângulo da câmara. Em consequência, Le Corbusier vai considerar a representação fotográfica como um modo de representar que "esquece" o lugar, apreendendo apenas fragmentos fora do seu contexto. Não leva em conta, no entanto, que não se trata, na fotografia, como em qualquer outra forma de representação, de "tratar" o lugar, mas, antes, de produzir outro lugar, outra contingência de memória narrativa, outro discurso, onde o recordar - como refere a palavra: remeter ao coração - implica num processo de recorrência, que tem o poder de reorganizar e de redistribuir, segundo relações novas, um campo de elementos antecedentes. Em relação a todas essas possibilidades de recorrência, a memória e o esquecimento não passam de figuras singulares (FOUCAULT, 1987).

Era, assim, essa pretensa precariedade da fotografia em representar "verdadeiramente" a alocação do espaço que fez o arquiteto "desprezá-la" como modo de representação. Contudo, é a percepção dessa "falha" que vai permitir a Le Corbusier jogar com a imagem, manipulando-a, e, assim, buscar produzir no observador uma percepção, conduzindo-o a uma interpretação, ou seja, à leitura desejada por ele. Como se tudo se assentasse numa "escolha", de um "autor", do que evidenciar, do que ocultar, do que acrescentar num determinado espaço.

Desconsidera-se aí, que são as coordenadas da página que inventam uma escrita e um desenho, a começar pela forma bidimensional de suas representações. Não há como escapar dessa forma que, por si só, impossibilita outras opções, ao nos aprisionar em seus eixos. E essa capacidade existe desde que uma superfície, independentemente da materialidade com a qual se apresenta, foi transformada em página, isto é, em lugar de inscrição.

Para inventar outras possibilidades, foi preciso que esse lugar se deslocasse, que alocasse outro espaço, que mudasse de lugar. Portanto, que o lugar não fosse mais definido pela arquitetura da página, agora desmaterializada nas imagens do *écran*. A representação e a interpretação passam a funcionar, então, numa arquitetura de eventos: o próprio lugar passou a ser epocal. Mas ainda assim, estar dentro desse lugar é *ver* e *ser visto*; estar fora é *ser visto* e *ver*. É ser parte da ambigüidade da narrativa da imagem, porque produzido sempre em relação a ela. Ou seja: é na relação com essa ambigüidade que se dá, agora, a produção da humanidade no humano. E a arquitetura, aqui, se constitui numa metáfora de como alocamos, produzimos, representamos, interpretamos os espaços de nós, em nós, dos outros e nos outros.

#### 4.7 COROLÁRIO 7: Da Subjetividade Leitora

Os discursos sobre leitura supõem uma idéia de determinado sujeito leitor e seus pressupostos teóricos são os mais diversos e diferentemente datados. Consagrou-se, como boa prática acadêmica, uma espécie de *perpetuo retorno* aos gregos. Então, vamos começar por eles, ainda que sucintamente.

Encontramos, de saída, duas vias: a de Heráclito, que remete a questão do ser à natureza do conhecimento, e a de Parmênides, que remete à percepção do ser enquanto Ser. Baseada nessa percepção, a escola de Eléia . de Parmênides e Zenão . trabalhava com a idéia do ser real, ontológico, negando a multiplicidade e a transformação do ser, colocando essa possibilidade como atributo da ilusão, uma vez que o que se transforma ou era ou não era. Se foi, não se transformou; se não era, nada era. Como do nada, nada surge, o ser é imutável. Aqui, a razão se estabelece dicotomizada dos sentidos e funda um sujeito único e imutável, negando o conhecimento que advém da *ilusão dos sentidos*. Já na Escola de Éfeso (Séc.V a.C.), de Heráclito, trabalhava-se com a idéia de um sujeito sob o império do empirismo, da experiência, onde a plasticidade do ser era puro devir.

A dialética<sup>76</sup> platônica, no entanto, excluiu a arte da sofística para quem, como vimos, a única via possível de conhecimento está nas aparências, no fenômeno, nas

contradições, nos equívocos, nas mutações e na diferença. Tudo isso, numa perspectiva de processos, devires e movimentos.

Condenando o pensamento sofista a uma pseudofilosofia, a metafísica aristotélica, vai trabalhar a idéia de ato, potência e causalidade, onde o empirismo da percepção se conjuga com a evidência da razão, resolvendo, assim, a questão da multiplicidade e da identidade do ser material. O ser mutável é, aí, composto e causado. Potência e ato são o que compõe o ser. Uma modificação não significa ausência. Uma mudança, operada dentro de um mesmo ser, transforma potência em ato. Trata-se, então, de atualizar o ser.

Na Idade Média, já é possível haver, num mesmo pensamento, resquícios de teocentrismo racional num universo de antropocentrismo sensível. A "Cidade de Deus" e a "Cidade do Demônio", de Santo Agostinho, vão conjugar um teocentrismo e um antropocentrismo que podem ocorrer ao mesmo tempo e no mesmo local. Daí que o princípio que governa esses dois pólos ou essas duas cidades não seja físico ou temporal, mas Transcendental.

A razão clássica, que acaba se impondo no ocidente, busca a unidade e a ordem para explicar o mundo, e se estabelece lá, onde a verdade das coisas e o ser aí, incluído, possuem estabilidade. O saber pode, então, ser produzido na segurança da ordem e na imutabilidade do não movimento da identidade. O sujeito dessa razão clássica se inscreve e é produzido enquanto saber estribado na não-contradição e, portanto, na semelhança, fundando a identidade do sujeito racional.

O pensamento reducionista<sup>77</sup> cartesiano, aliado a abordagem %elojoeira<sup>78</sup>+, mecanicista, de Newton, vai incrementar, cientificamente, a idéia da soberania de um sujeito racional, capaz de dominar e domesticar uma natureza hostil, inclusive a sua própria, através do progresso tecnológico. Enquanto metáfora, essa racionalidade de identidade contratual ilumina a vontade do movimento e a diferença numa direção estruturante e %civilizada+.

No entanto, essa racionalidade, na qual a diferença é cercada pela alteridade de Platão<sup>79</sup>, pela contradição de Aristóteles<sup>80</sup> e pela negação de Hegel<sup>81</sup>, já no meio do séc. XX não dá mais conta de aprisionar todos os tempos num único relógio, a matéria numa única definição e de confinar o sujeito na estabilidade de uma identidade.



O pensamento e o real, o tempo e o espaço, depois dos trabalhos de Mileva Maric e Albert Einstein<sup>82</sup>, entre outros, ficaram abalados estruturalmente e, por ironia, pela mesma racionalidade que, no iluminismo e na modernidade, instituiu a ciência como seu aval e álibi. O sujeito dessa ordem é ao mesmo tempo mecânico e quântico. É fixo, mas sempre em relação a alguma coisa, e é, ao mesmo tempo, uma probabilidade semântica.

Da mesma forma, e de um modo geral, o arcabouço das ideologias não vai permitir explicar um sujeito produzido em relações de poder, um pensamento em movimento, que circula, ainda que tentativas a respeito<sup>83</sup> tenham sido realizadas. Isso porque esse sujeito não é produzido na órbita da valoração moral política, mas, sim, numa prática ética e estética. A questão ideológica não vai dar conta da mobilidade das práticas de produção de sujeitos<sup>84</sup>. Muito embora possamos considerar também essa, uma afirmação ideológica.

No célebre artigo de Kant (1995), *O que é o Iluminismo?*, os três domínios de tutoria que indiciam a menoridade do homem são a leitura, a dietética e a direção espiritual. A ordem estabelecida entre esses três domínios de um cuidado de si – a leitura, a alimentação e a sexualidade – tem uma dimensão comum. Assim como a dietética e o regime sexual rarefazem as fronteiras de domínio do indivíduo, também a leitura propicia esse mesmo risco.

É, pois, a partir desta imputação isomórfica que se estabelece a possibilidade do desgoverno, da perda de si. Kant afirma, ainda, nesse mesmo artigo, que a possibilidade institucional da maioria decorre da possibilidade de um uso público da razão, o qual implica a liberdade de escrever, publicar e ler sem os constrangimentos de uma censura, a não ser aquela que resulte do uso privado da razão.

A idéia da perda de si tem e teve vários significados. O que ameaça os epicuristas, por exemplo, a perturbação, não é o mesmo que ameaça o cristão da Idade Média, a perdição, nem é o mesmo que ameaça o homem contemporâneo, a desrazão. Assim, e de um ponto de vista kantiano, é possível reconhecer na história das formas de subjetivação ocidental, as várias práticas de governo de si e os riscos que a leitura traria para esse governo.

Lynn Fendler (1998), ao propor uma genealogia do sujeito educado, retoma essa história das formas de subjetivação ocidental. Em sua análise histórico-

genealógica dos sistemas de pensamento, leva em conta a idéia de subjetivação de Foucault, ou seja, a idéia de que o sujeito não é a condição de possibilidade de uma experiência. Ao contrário: é a *experiência*, enquanto racionalização de um processo, ele próprio provisório, que produz um sujeito:

Chamarei de subjetivação o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais exatamente de uma subjetividade, que evidentemente é uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si. (FOUCAULT, 1984, p.137)

A partir daí, Fendler (2000) analisa os sistemas de pensamento que constituíram diferentes formas de ver e produzir o *sujeito educado*, da antiga Grécia aos dias de hoje. Ao descrevê-las, mostra como a modernidade inventou um *sujeito educado* como uma forma de consciência de si suscetível de aprender um modo de governo de si, tornando-se capaz de *se ler* (ler o si mesmo) com determinada competência, ou seja, segundo as regras do pensamento moderno.

Assim, quando a página surge como uma experiência narrativa que racionaliza um processo com temporalidades, ao mesmo tempo, provisória e perene, buscando e obtendo a constituição de determinada possibilidade organizacional de uma dada consciência, ela passa a funcionar como um dispositivo de subjetivação. Mais precisamente, como produtora de uma subjetividade leitora. Uma subjetividade, portanto, livre dos *discos* da leitura, já devida e anteriormente exorcizados pela regulação e pelo enquadramento da e na página.

## **5** DA DIVISÃO: DOBRANDO A PÁGINA

*Í Teus sinais  
me confundem da cabeça aos pés,  
mas eu te devoro por dentro!*  
Djavan

*Í Nasce um Deus.  
Outros morrem.  
A verdade  
Nem veio nem se foi:  
O Erro mudou. Í*  
Fernando Pessoa

Quando um lugar, no caso a página, é um dos principais fundamentos de uma racionalidade, a arquitetura aí é a possibilidade de arranjos que já estão delimitados. Ao mesmo tempo, é a partir da experiência desse lugar que a produção de sentido vai se construir e ganhar ares de aparência. Ou seja, acaba circulando exatamente a partir do seu estabelecimento em contraponto. Senão vejamos.

O texto, enquanto objetivação material da prática do pensamento, apenas muito recentemente, em nossa história ocidental, constituiu-se como um objeto de estudo, extrapolando e contrapondo-se à concepção grega de um discurso fixo, que encarna idéias e realidades sobre o homem e o mundo. Nesta, o espírito precede a letra, que não passa de um suporte gráfico e de um substrato material que registra, memoriza e salvaguarda da desapareição e do esquecimento a pureza de uma idéia. O pressuposto, aqui, é que o significante escrito seria derivado, ou seja, seria sempre técnico (convencional) e representativo, não possuindo nenhum sentido constituinte.

Foucault (2004) observa que, nos diálogos platônicos, a verdade é sempre dita pelo mestre . Sócrates . e, por isso mesmo, seu discurso está ligado a um atributo moral. Isto é, a atribuição moral do mestre, sua virtude, é a de dizer a verdade, e é daí que deriva sua autoridade. Esse dizer a verdade requer uma técnica (*techné*), um modo de dizê-la de uma maneira exata (léxico), constituindo-se, assim, o discurso filosófico. Ou seja: uma vez que se utiliza o logos, é preciso, concomitantemente, utilizar tal léxico. Não há, portanto, logos filosófico sem esse corpo de linguagem, que é a forma como o discurso de verdade será proferido. A técnica desse discurso, fundada na palavra exata, substituiu, então, a arte do som e do ritmo da palavra na retórica sofística, feita para seduzir e convencer. Daí o discurso filosófico, que então se estabelecia, ser visto por Foucault (2004, p. 442) como uma *retórica não retórica*. Daí também Platão e, sobretudo, Aristóteles terem condenado a sofística como uma pseudofilosofia.

Aristóteles, por exemplo, considera que *os sons emitidos pela voz são os símbolos dos estados da alma e as palavras escritas, os símbolos das palavras emitidas pela voz (Da Interpretação 1, 16 a 3)*. Com isso, como afirma Derrida (1999, p. 12), manifesta *o ideal da escritura fonética e toda a sua metafísica*

implícita (a metafísica), [ . . . ]+ Ou seja: %proximidade absoluta da voz e do ser, da voz e do sentido do ser, da voz e da idealidade do sentido+(DERRIDA, 1999, p. 14).

Assim, nessa forma de escrita que registra e preserva o conteúdo da reflexão, o investimento do texto filosófico era de ordem transcendental, na medida em que a comunicação e o diálogo entre os indivíduos e os textos se davam ao nível do espírito (produção e troca das idéias) e visavam a unidade pletórica do sentido e a produção proliferada da verdade. Dessa maneira, e durante muitos séculos . como afirma Zine (1999) . , o texto em si não se constituiu em objeto de exame, visto que a unidade do sentido e a produção da verdade percorreram, ao longo do tempo, um trajeto inexorável rumo ao saber absoluto enclausurado por Hegel. É somente na segunda metade do século XIX, que o texto começa a ser investigado, e é com a descoberta de suas lacunas, de suas pretensões metafísicas e de seu jogo de dissimulação que o significado triunfa (imagem, representação, conceito) em detrimento do significante (escrita, acontecimento, metáfora).

É com Nietzsche que acontece essa prática de decifração do texto e de determinação dos signos de uma metafísica escondida. Derrida (1999) vai partir da genealogia nietzscheana, ao adotar a desconstrução como um deslocamento do campo conceitual do sistema metafísico. A diligência arqueológica-genealógica de Foucault (1987), por sua vez, vai focalizar o discurso como uma prática constituinte, que produz as coisas de que fala. Já Gadamer<sup>85</sup> vai tornar a buscar um fundamento de todas as práticas éticas, sociais e intelectuais, o qual reside, segundo ele, no princípio da compreensão (do texto, dos fenômenos sociais, das obras de arte, das histórias), chave da abóbada da hermenêutica filosófica, numa clara inspiração na tradição grega (Platão e Aristóteles) e no pensamento alemão (Schleiermacher e Heidegger).

Para deslocar e ultrapassar os propósitos metafísicos do texto filosófico, foi preciso, portanto, criar um dispositivo crítico-metodológico para desmontar e demonstrar as bases fictícias sobre as quais ele se articula e se constrói. Submetido a esse dispositivo, o discurso filosófico aparece, então, comandado por uma lógica da identidade, pelo postulado de uma ordem já dada e pela crença em uma verdade inscrita desde sempre nas palavras. O texto, aí, apenas re-apresentaria uma verdade engendrada fora dele.

Mas se, como dizia Jacques Le Brun (1998), o trabalho do filósofo deve se ater à letra, sendo necessariamente filológico, então a filosofia, como prática da leitura e da escrita do texto, produz um deslocamento no interior mesmo do texto metafísico, inaugurando novos modos de filosofar. Assim, ao escolher uma decifração, uma leitura de ordem genealógica, Nietzsche pode considerar o texto não mais como uma expressão, mas como um sintoma que se dá a descrever. Como sua genealogia consiste em examinar as transformações e os deslizamentos que afetam os valores, os modos de conduta e os sistemas de pensamento, ela se opõe frontalmente ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e suas teleologias indefinidas. Ela se opõe, portanto, à procura da origem do valor e da verdade. E nesse sentido, como afirma Derrida (1999, p. 23-24), a leitura e, portanto, a escritura, o texto, seriam para Nietzsche operações originárias [. . .] com respeito a um sentido que elas não teriam de transcrever ou de descobrir inicialmente, [. . .]. Assim, segundo Derrida (1999, p. 23-24), para Nietzsche, a escritura não está originariamente sujeita ao *logos* e à verdade e não há, portanto, porque buscar sua origem fora dela.

O trabalho genealógico de Nietzsche (1999) determina os elementos significantes de um texto localizando e recuperando, em suas lacunas (elementos não fonéticos, tais como sinais de pontuação, espaços entre as palavras, margens, etc., elementos esses determinados pela ordem da página e que asseguram a inteligibilidade do texto), núcleos de sentido que ocorrem pelas evidências, sem origem e incondicionados. Esse trabalho nomeia e produz uma sintaxe que é posta em operação na arquitetura da prática que chamamos de interpretação. Assim, sinaliza e evidencia a partir de quais substratos os conceitos de um texto ganham status significativo no interior de um sistema, de modo a produzir modalidades na significação das palavras e, assim, determinar sua articulação sintática. São estas modalidades que permitem seus deslocamentos e suas substituições de sentido.

No trabalho de decifração do texto, a genealogia busca instâncias sedimentadas onde o encontro do significado é tão intangível como a procura pela arca perdida. Aí, a história do texto é a história dos apagamentos, dos esquecimentos, das descobertas aproximadas, desviadas, dos equívocos de interpretação, das criações obliteradas e das metáforas que se desespistam a si mesmas. A genealogia aparece, então, como uma leitura minuciosa orientada para

os sintomas do texto, que deve situar o lugar onde se jogam as metáforas como um trabalho de significação, ou seja, uma sintomatologia do texto que vai solicitar um olhar clínico, educado.

Desde que os germanos e outros %atravessaram o rio+ que separava os bárbaros da civilizada Roma, a radicalidade parece a tônica que, entre outras formas de ser, produziu uma língua que não admite a mínima ambigüidade de sentido. Em alemão, é necessário criar um vocábulo para cada significado descoberto, elaborado. Depois disso, e talvez por isso mesmo, Heidegger (e não Caetano Veloso) sinalizou que só é possível filosofar em alemão. Talvez por conta desse privilégio do bárbaro de radicalizar as verdades do outro. A referência ao ser, à noite metafísica, à essência da técnica, são marcos do pensamento proveniente da Floresta Negra. Não por acaso, então, a imprensa dos tipos móveis se consolidou, primeiramente, na Alemanha de Lutero que, traduzindo, nada mais, nada menos, que a palavra do deus cristão, deu um incremento monumental ao processo %civilizatório+ germânico, ao possibilitar a tradução da bibliografia universal para o alemão. Essa prática de radicalidade dá conta de uma forma de pensar, filosofar, que %atravessou o rio...+

## 5.1 DO SENTIDO DO TEXTO

Graças a Nietzsche, Jacques Derrida, Michel Foucault e Gilles Deleuze, entre muitos outros, fizeram a travessia em caminho inverso. Derrida . um argelino que, como ele próprio diz, é um %pensador francês+. empreende um retorno muito bem acompanhado. Suas leituras de Hegel, Nietzsche, Heidegger, Husserl e Saussure, entre outros, vão levá-lo a discernir as lacunas no âmago dos seus textos, ainda que, do ponto de vista de Zine (1999), tais lacunas não tenham podido cercear a astúcia metafísica, ou seja, a relação conceito/metáfora no texto nietzscheano; a nuance originária do ser e do estar-sendo do texto heideggeriano; a problemática do sentido e da expressão no texto husserliano; o sistema diferencial da língua no texto saussureano.

Derrida (1991) vai sinalizar que a tendência fenomenológica de Husserl se lê na procura dos fundamentos objetivos de uma ciência, já que esses fundamentos

serão, em última análise, as idealidades, e, eventualmente, nos fundamentos rigorosos da filosofia, ou na filosofia como uma ciência rigorosa. Ao apontar o caráter duplo do signo, em Husserl, vai mostrar que é a expressão, como manifestação de uma formação espiritual e presença a si da consciência, que guarda, graças à voz interior (o querer-dizer), o sentido na sua pureza originária. Assim, um objeto do pensamento (*noeme*), antes de ser expresso, produz nesse objeto do pensamento, quando expresso, sua marca conceitual: o conteúdo do querer-dizer. Concluir daí que a expressão é uma mera atualização da voz interior, seria certamente uma não compreensão do aporte husserliano, já que a voz interior, sendo uma sinalização e não a essência da significação, pode ocorrer, numa espécie de solilóquio, sem indicar coisa alguma, sem comunicar do que se trata, sem, no entanto, perder sentido. Enquanto articulação e cristalização da impressão, que ocorre em torno do querer-dizer, o sentido da expressão é produzido pelo entrelaçamento da linguagem e das experiências como um tecido. E, efetivamente, *texto quer dizer tecido*+ (BARTHES, 2002, p. 71).

Assim, para Derrida (1991), não há, em Husserl, a precedência do sentido em relação à expressão: o querer-dizer fica no meio do caminho entre a sua anterioridade e o conceito na sua exterioridade, e o sentido fica sendo um desdobramento conceitual que se produz sobre o querer-dizer. É aqui que Derrida ultrapassa essa descriptografia, essa decodificação do sentido, substituindo a lógica de uma escritura como um espaço *topológico*, numa espécie de topos sem logos, onde se tecem, se sucedem, se superpõem uma rede de significantes sem que para isso se tenha um significado, enquanto coisa pré-existente como uma entidade mental.

A leitura que Derrida (1999) faz de Saussure parte dos pressupostos estabelecidos pelo criador da lingüística moderna, que atribui à escrita não mais que uma função *estrita e derivada* da fala: *língua e escritura são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro*+ (SAUSSURE, 1973, p. 34). A partir daí, Saussure define o projeto e o objeto da lingüística geral: *o objeto lingüístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última por si só constitui tal objeto* (SAUSSURE, 1973, p. 45).

A escritura, em Saussure, será, pois, *fonética*+, será o fora, a representação exterior da linguagem e deste *pensamento-som*+. Deverá necessariamente operar a



partir de unidades de significação já constituídas e em cuja formação não tomou parte. Tal entendimento permitirá a Derrida (1999) proceder à desconstrução do signo arbitrário de Saussure, onde o significante e o significado são correlatos como a cara e a coroa de uma moeda. Ou seja: no signo, não há significante sem significado e vice-versa. Dá-se, então, o aniquilamento da construção clássica e metafísica do signo.

Aqui, o significante enquanto sentido, conceito mental, é uma questão de pele, de superfície, um espaço topográfico sem esconderijos, transcendências ou equívocos.

Na física mecânica, as probabilidades de lançamento de uma moeda se esgotam na possibilidade excludente de cara ou coroa. Na física quântica, as possibilidades não são excludentes. Há uma espécie de dança de elétrons que possibilita o evento cara-coroa ao mesmo tempo. Cara não remete a coroa; uma possibilidade não ~~esconde~~ a outra.

É assim que podemos entender a afirmação de Derrida sobre o caráter singular da interação da escritura, sua condição de risco que leva a uma perda provável. Ela é, assim, essa coisa esquizofrênica, onde o autor é já o destinatário, porque escrevendo, ele se lê, ele lê se lendo na sua própria escritura. Em Derrida (1999), a presença do escritor e do leitor, na pessoa do autor, acontece no entrelaçamento (e não no diálogo) entre a escritura e a leitura. E se não existe, então, uma ancoragem de sentido segura na escritura do texto, se a moeda dança, se cada leitura é outra viagem, uma nova leitura asseguraria sempre uma nova autoria.

Para além das diferenças no sistema da língua que inspirava Ferdinand de Saussure, Derrida (1999) se refere a uma difer(a)nça, sugerida, desde logo, pela radicalidade do sufixo ~~ança~~+ (indeciso no espaço da indecibilidade, como a diferencialidade das diferenças . sua produção . , e como a força que mantém o sistema reunido na sua dispersão . sua conservação. A diferença, aí, é uma estratégia (e um estratagema), por constituir, no âmago do seu campo, uma força centrífuga que exclui toda verdade transcendental que, fora desse campo, guiaria sua totalidade intrínseca. Ela é, ao mesmo tempo, temporização (espera que recua) e espaçamento.

Assim, o signo é o suplente da coisa mesma, o representante do presente e sua ausência. Seria, então, essa presença diferida: %Desenhamos por *différance* o movimento segundo o qual a língua, ou todo código, todo sistema de devolução (adiamento) em geral, se constitui %historicamente+como tecido de diferenças [ . . .]+ (DERRIDA, 1991, p. 43). A *différance*, sendo uma força não-substancial, é sempre aquela que está em vias de se constituir, se criar, se produzir, mas numa presença diferida, num retardamento e num recuo originários, num traço como o simulacro de uma presença, um deslocamento, uma ultrapassagem, um apagamento nunca alcançado, uma marcha anônima fazendo uma marca nos confins de uma margem, num aqui e agora enfiado.

É por e através dessa *différance* (forças diferentes, diferenças de forças) que, segundo Derrida (1991), uma desconstrução e, notadamente a desconstrução do discurso metafísico, pode se efetivar. Ela consiste em abalar os fundamentos míticos e derrubar as oposições metafísicas para percorrer um campo de indecibilidade, deslocando o sistema, o texto ele mesmo. Nesse sentido, trabalhar um conceito %culto+no texto é desmontar todos os sistemas conceituais subjacentes que aí se encontram implicados. É prever não uma unidade conceitual, mas uma rede de conceitos e metáforas: o texto metafísico, com o reino egocêntrico do logos e fazendo uma apoteose para o estatuto onto-teológico do sujeito, se impõe; e sob o golpe de martelo de um des (-locamento, -construção, -centramento, -passamento), implode .

O prefixo %des+é, ao mesmo tempo, a contra-corrente, o símbolo de um jogo de probabilidade que inclui o azar, a fortuna, a ocorrência, a necessidade, o símbolo do tecer e da resistência face a esse jogo aleatório que embaralha os fios. Ou ainda, se o texto é uma máquina díspar, recorre-se à des-construção, não como destruição, mas como des-montagem, desconectando esse conjunto, que pretende ser estável e homogêneo, em suas peças elementares, para examinar de dentro sua estrutura e sua função, e localizar de fora as relações possíveis que ele pode ter com outras articulações textuais, institucionais, fantasmáticas e gnoseológicas. É como uma autópsia de um corpo decomposto.

Para Derrida (1991), essa prática desconstrutiva estabelece a produção, a circulação e o investimento de um centro estrutural sistematizado pela disseminação de uma multiplicidade de centros dispersos e dispersados. O discurso metafísico no

texto pretende determinar um centro absoluto. A astúcia dessa presunção desaparece uma vez que se prove a existência de uma infinidade de círculos adjacentes determinando, eles mesmos, os centros disseminados. E, nesse caso, não há nem centro nem margem, nem dominante nem dominado. O que era um centro absoluto no discurso metafísico (logos, consciência, presença, ordem, cogito), excluindo a margem acidental e acessória, permanece, de agora em diante e desde já, como a margem de um outro círculo que determina um outro centro. Ele é, ao mesmo tempo, centro e não-centro, porque ele é margem e é, ao mesmo tempo, margem e não-margem porque ele é centro. Ele é, ao mesmo tempo, centro e margem e não-centro e não-margem. Como no nexo da moeda quântica.

Desconstruir, como um dispositivo estratégico e um estratagema, será, então, uma nova prática que avalia o texto e as implicações ideológicas e onto-teológicas que se teceram. O jogo nessa tessitura textual é o simulacro. Este desorganiza a relação de dois sentidos paralelos. Ele é o resto, um vestígio de uma binariedade rompida. Não há nenhuma identidade nesse jogo textual, mas somente uma decalagem ligeiramente perceptível, que faz balançar o primeiro no segundo, a sabedoria do primeiro na tragédia do segundo, o ensino-jogo apolíneo do primeiro no jogo-ensino dionisíaco do segundo.

Tudo isso para dizer que a constituição do texto aqui, na página, tem já uma tradição de oposição ao caráter metafísico e dualístico, que daria conta dos protocolos que buscam simbolizar e mediatizar a produção de significados. Ainda que o sentido, o significado assim produzido pareça garantir um texto que nos tranqüiliza sobre os fins de nossas leituras.

## 5.2 DO SENTIDO DO DISCURSO

Foucault (1987, p. 27), por sua vez, e na esteira de Nietzsche, recomenda uma última precaução para colocar fora do circuito as continuidades irrefletidas pelas quais se organizam, de antemão, os discursos [ . . . ]. Trata-se de renunciar à busca por uma origem secreta . tão secreta e originária que dela jamais poderemos nos reapoderar inteiramente+ (FOUCAULT, 1987, p. 28), ligando esse tema a um

outro, segundo o qual todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; [ . . . ] um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro+ (FOUCAULT, 1987, p. 28). Assim, para Foucault (1987, p. 28), não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância+, ou seja, no jogo discursivo.

Em contraposição à definição saussureana da língua como um sistema para enunciados possíveis . um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos+, Foucault (1987, p. 31) define o campo dos acontecimentos discursivos como o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas seqüências lingüísticas que tenham sido formuladas+. Enquanto a análise lingüística se propõe saber segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos+ (FOUCAULT, 1987, p. 31), a descrição de acontecimentos do discurso, proposta por Foucault, coloca uma outra questão bem diferente: Como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?+ (FOUCAULT, 1987, p. 31). Em suma:

Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte? (FOUCAULT, 1987, p. 31-32)

Por tudo isso, o enunciado não sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente+ (FOUCAULT, 1987, p. 32). Assim, de um só golpe, Foucault procura mostrar tanto a insuficiência da análise lingüística quanto da hermenêutica. E, ao tomar o enunciado como um acontecimento, ligado a um gesto da escrita ou à articulação de uma palavra+ (FOUCAULT, 1987, p.32), mas abrindo para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro+ (FOUCAULT, 1987, p.32), mostra como, apesar de singular, esse acontecimento está aberto à repetição, à transformação, à reativação+(FOUCAULT,

1987, p.32). E isto porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem+(FOUCAULT, 1987, p. 32). Pretende, assim, tornar-se livre para descrever, nele e fora dele (do espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos), jogos de relações+(FOUCAULT, 1987, p. 33). E aí, os enunciados não parecem se engendrar necessariamente segundo regras de mera sintaxe+(FOUCAULT, 1987, p. 34).

É em *A ordem do Discurso* que Foucault (1996) vai demonstrar as regras não meramente sintáticas do discurso e, portanto, a insuficiência da análise lingüística do texto<sup>86</sup>, partindo do pressuposto que o discurso é votado ao acaso dos acontecimentos e às incertezas dos percursos. Etimologicamente falando, discurso (do Lat. Discursus: de cursus, ação de correr+, e do prefixo Dis, de diversos modos+) é um percurso, um trajeto não linear e, por seu caráter e função, é uma entidade flutuante e disparatada que dá lugar a uma relação heterogênea com outros discursos. Ele é, assim, cercado por uma série de ambigüidades e de equívocos (um certo quiproquó, um certo bric-a-brac discursivo), no sentido em que ele demonstra uma perplexidade a respeito da ordem das palavras e do estado das coisas.

Da mesma forma que o signo na sua concepção lingüística, o discurso nasce e surge de uma maneira arbitrária, já que toda uma série de procedimentos (desejo, poder...) se obstinam em se articular e cristalizar em torno de sua natureza complexa, ambígua e díspar. A ordem da sociedade e a lógica da instituição controlam sua produção e sua colocação em jogo no campo social. Elas praticam uma espécie de domesticação do discurso e seu assujeitamento a normas estritas e rigorosas. Votado ao acaso do desejo e à violência das palavras é, então, fechado nas células da linguagem e condenado pelas instâncias de uma polícia+ da linguagem:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1996 p. 8-9).

Foucault define, com efeito, os procedimentos de exclusão que permitem assujeitar e controlar o discurso, entre os quais figura a instância da interdição. Esta

tenta executar o princípio segundo o qual não se tem o direito de dizer tudo+, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância+ e qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa+.

Três tipos de interdição . tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala+. que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma rede complexa que não cessa de se modificar+ (FOUCAULT, 1996, p. 9).

O discurso manifesto não é, afinal de contas, senão a presença repressiva do que ele não diz; e este não-dito (o que se viu/leu), este silêncio, mina do interior tudo o que se diz (o que se vê/lê). E isto porque a existência dessas interdições revela, desde logo, sua ligação com o desejo e com o poder+, visto que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar+ (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Ainda mais: é no interior da reflexão sobre o signo e o sentido (que inclui Nietzsche, Saussure, Freud, Husserl, entre outros) que o discurso enosou as relações específicas com o desejo e o poder. Os técnicos do signo (o médico, o psicanalista, o professor...) procuram controlar os desvios de sentido (o louco, o doente, o aluno...), fazendo aparecer um outro procedimento de exclusão, encarnado na divisão razão/loucura, certo/errado, permitido/interditado. E, se é necessário o silêncio da razão para curar os monstros, basta que o silêncio esteja alerta, e eis que a separação permanece+(FOUCAULT, 1996, p. 13).

Mas há ainda um outro procedimento de exclusão que fecha o discurso e desencadeia seus poderes mais ferozes, a manifestar-se na oposição verdadeiro/falso. É esta separação, historicamente constituída, que rege nossa vontade de saber e na qual o pensamento ocidental se viu encarcerado:

Uma vontade de saber que impunha ao sujeito cognoscente (e de certa forma antes de qualquer experiência) certa posição, certo olhar e certa função (ver, em vez de ler; verificar, em vez de comentar); uma vontade de saber que prescrevia (e de um modo muito mais geral do que qualquer instrumento determinado) o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis. Tudo se passa como se, a partir da grande divisão platônica, a vontade de verdade tivesse sua própria história, que não é a das verdades que constroem: história dos planos a conhecer, história das funções e posições do sujeito cognoscente, história dos investimentos materiais, técnicos, instrumentais do conhecimento (FOUCAULT, 1996, p. 16-17).

Essa vontade de verdade, que se cristaliza em torno dos procedimentos técnicos e institucionais, e que, portanto, se exerce no interior do discurso, é reforçada e reafirmada por um conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios de hoje (FOUCAULT, 1996, p.17) e pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, isto é, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 1996, p. 17).

Quanto aos procedimentos de controle que se desenrolam no interior mesmo do discurso, para submeter sua dimensão de acontecimento e de acaso, Foucault distingue o comentário, o autor e a disciplina.

Para Foucault, o desnível entre o texto primeiro (o texto original) e o texto segundo (o comentário) desempenha dois papéis solidários. O texto primeiro é uma proliferação incessante do discurso, uma re-atualização permanente do que ele já dizia, uma emanção múltipla de sentido, etc. O comentário deve repetir incansavelmente o que o texto já dizia e o que permanece aprisionado em seus labirintos. Permite-se dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. [ . . . ]. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta (FOUCAULT, 1996, p. 26).

Em relação ao autor, este é entendido não como o indivíduo que produziu um texto, mas como princípio de agrupamento do discurso. Este princípio não voga nos discursos bastardos, desprovidos de autores, que circulam por toda parte e caracterizam a vida cotidiana (decretos ou contratos que precisam apenas de signatários, receitas, técnicas que se transmitem no anonimato). Mas, como o discurso teve de se submeter, historicamente, aos procedimentos de uma vontade de verdade, o texto dito ou escrito teve de ser identificado para o bem ou para o mal, isto é, para o reconhecimento do autor ou para a sua punição. Assim, pois, o princípio do autor limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu (FOUCAULT, 1996, p. 26-29).

O autor é, então, esse indivíduo que não se contenta em produzir os textos, mas garante-lhes a unidade e a coerência. É aquele que reagrupa a dispersão dos discursos e aprisiona seu furor. Nada há de misterioso na superfície das coisas ditas, pois, para além e aquém do discurso, não há senão o discurso ele mesmo. E o autor, porque seduz o desejo e subverte o poder, é função da obra que articula. Mas

ele não faz nenhum inventário de seu capital semântico e de seu tesouro pletórico: dispõe apenas de sua vacuidade, do seu silêncio, já que tudo não pode jamais ser dito.

O enunciado do discurso se manifesta em conformidade com uma forma canônica e normativa, tomado e delimitado por uma política enunciativa que o constitui como tal. O que é próprio de um enunciado são as coisas que efetivamente são ditas, sem que haja, para além delas, uma instância subjetiva totalizante e, para aquém delas, um núcleo de significância fértil e inesgotável. De golpe, o sujeito do enunciado não é essa instância majestosamente dominante ou essa esfera noético-noemática que projeta as entidades dotadas de sentido para incorporá-las ao arbitrário das palavras, mas simplesmente um lugar determinado e vazio, que pode ser efetivamente preenchido por diferentes indivíduos.

Já a disciplina não joga o mesmo papel do autor e do comentário pela simples razão de que ela é votada ao anonimato, na medida em que ~~se~~ define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos+(FOUCAULT, 1996, p. 30). Quem quer que queira se situar em relação a essa rede conceitual e dela se servir, ocupa uma posição de sujeito relativa. Em troca, a disciplina se abre a uma formulação permanente de novas proposições.

Não obstante, o que é admitido como princípio necessário e suficiente na constituição de uma disciplina é a existência de uma nomenclatura geral que permite a referência a um tal ou qual objeto, a elaboração de um tal ou qual conceito e a disposição com um certo horizonte teórico. Em relação a essa organização rigorosa de uma disciplina, uma proposição deve preencher suas exigências para ser tomada como verdadeira ou falsa, ~~deve encontrar-se~~, como diria M. Canguilhem (1988, p. 34), ~~no verdadeiro~~. Assim, por exemplo, os botânicos e os biólogos do século XIX puderam não ver o que Mendel dizia sobre a transmissão genética dos traços hereditários: ~~Mendel dizia a verdade, mas não estava~~ ~~no verdadeiro~~ do discurso biológico de sua época+ (CANGUILHEM, 1988, p. 35), não era governado pelo discurso de verdade de então, já que as exigências da arquitetura disciplinar implicam a submissão às regras de uma ~~polícia~~ discursiva. ~~Está no verdadeiro~~ implica, pois, em fazer o que Kuhn (1987) chama de ~~ciência normal~~.



Estar no verdadeiro+supõe um campo conceitual associado e constrangente, que remete a um determinado centro. Um campo de relações e regras reatualizáveis constantemente, num processo de modernização ou *aggiornamento*. A regra, dura e rigorosamente aplicada, assujeita o discurso para não (dis)correr anarquicamente, mas para (per)correr sistematicamente os espaços enunciativos, sociais, institucionais, etc. O discurso não é, como diz Veyne (1998, p. 252), nem semântica, nem ideologia, nem implícito: ele é o que é realmente dito, sem que os locutores o saibam+. O discurso é, então, uma prática. E uma prática desprovida de um começo e de um comando que se encarnaria na forma de uma instância transcendental. É também uma prática desprovida do mito de um *telos* colocado nos confins do horizonte e que seria preciso atingir.

A prática discursiva não se contenta em produzir ou fabricar o discurso. Ela se estende até os seus limites, a sua periferia, não só para aceder aos objetos de que fala, às diferentes posições de sujeito, aos conceitos e às estratégias, como também para atar suas relações com as formas não discursivas (as instituições, as relações sócio-econômicas, as figuras pedagógicas, etc.). Assim, a prática discursiva não é simplesmente uma maquinaria que serve para fabricar os discursos: ela também os difunde e comunica. E é modificada constantemente pelas relações que se produzem seja fora dela (nas relações sociais, nas instituições políticas e jurídicas, etc.), seja nela mesma (na determinação dos objetos, na elaboração e ajustamento dos conceitos, nas escolhas temáticas, etc.), seja na sua vizinhança (nas práticas discursivas adjacentes).

Por tudo isso, a idéia do discurso como uma prática que circula vai abolir o nexo das posições de emissor e receptor, de causa e efeito, de objeto e análise, de ver e ler, de texto e sentido. E o faz da mesma forma que uma vez o sentido deslocou as aparências em benefício da representação, da grande história, da crítica dialética. A idéia foucaultiana de prática discursiva provoca, assim, um novo deslocamento, agora o da representação e das grandes narrativas modernas. Como escreveu J.F. Lyotard (1975) no catálogo da exposição *Les immatériaux*: Antes o desenho anunciava (prefigurava) a obra, mas agora essa última ou a maquete estão a serviço do entendimento do desenho, servem para ilustrar o plano, a elevação, o corte. Uma operação em que o edifício representa a representação sobre a folha+

### 5.3 DO SENTIDO DO SUJEITO

Ainda que, do ponto de vista aristotélico, o elogio não constitua um gênero literário, ele não deixa de ser uma forma literária e, como tal, é inserido tradicionalmente no mundo da ficção. A filosofia clássica, aliás, ao propor uma concepção da verdade como *adequatio*, garantida posteriormente pela subjetividade moderna em suas diversas variantes, não só opôs a ficção à verdade como, ao fazê-lo, estigmatizou-a como mentira (*pseudos*).

É somente nos começos do século XIX que Jeremy Bentham recorre às ficções para afirmar que as entidades fictícias, produtos nominais da linguagem, designam indiretamente as entidades reais e justificam-se por sua utilidade. Contudo, a verdade dos filósofos não se constituiu historicamente com a medida da utilidade, mas em termos de uma verdade essencial ou substancial. Isto, após os mestres sofistas terem sido escorraçados, por Platão e Aristóteles, como relativistas e enganadores.

Foi, no entanto, a partir da revolução cartesiana, quando o conhecimento foi produzido como representação evidente e inteligível e a verdade como certeza, que surgiu na cena uma garantia ineludível: o sujeito. E efetivamente, como diz Lamarche,

[ . . . ] tanto o sujeito substancial de Descartes, como o sujeito regulador kantiano, o sujeito da autoconsciência absoluta hegeliano ou o sujeito intencional de Husserl, hegemonizaram o ponto de partida, o fundamento e a condição de possibilidade para a geração, validação e sustentação das representações verdadeiras (LAMARCHE, 2004, p.87).

Tal hegemonia só começou a ser contestada, como apontaram Foucault (1967) e Ricoeur (1973), por Marx, Nietzsche e Freud.

Segundo Foucault (2000), foi a partir de Nietzsche, Freud e Marx que a interpretação finalmente tornou-se uma tarefa infinita porque há, nos signos, uma fenda e abertura irreduzíveis, sob a forma da recusa do começo, o que faz com que nos aproximemos de uma região absolutamente perigosa, na qual a interpretação vai encontrar não só seu ponto de retrocesso, mas onde ela própria vai desaparecer como interpretação, ocasionando talvez o desaparecimento do próprio intérprete. Isto quer dizer que a interpretação é sempre inacabada, inconclusa. E se ela nunca pode se concluir é muito simplesmente porque nada há a interpretar, já que no fundo

tudo já é interpretação; cada signo é nele mesmo não a coisa que se oferece à interpretação, mas a interpretação de outros signos. Assim, as palavras não indicam um significado: impõem uma interpretação. E talvez essa primazia da interpretação em relação aos signos seja o que há de mais decisivo na hermenêutica moderna.

Se a partir do século XIX, com Freud, Nietzsche e Marx, o signo já é uma interpretação, então são as interpretações que precisam se justificar (interpretar) e não os signos. Consequentemente, os signos são máscaras que recobrem a interpretação e o princípio da interpretação nada mais é do que o intérprete, a quem cabe interpretar a interpretação. Para Foucault (2000), tal conclusão diz respeito a duas suspeitas as quais a linguagem foi submetida nas culturas indo-européias. A primeira é a de que a linguagem não diz exatamente o que ela diz. O sentido manifesto seria um sentido menor, que protege, restringe e transmite um outro sentido, mais forte e ~~por~~ <sup>por</sup> baixo+. A segunda suspeita é a de que a linguagem ultrapassa sua forma propriamente verbal, pois há no mundo outras coisas que falam (o sussurro das árvores, o mar, os rostos, as facas cruzadas, etc.). Essas suspeitas, que já aparecem nos antigos gregos, voltaram a nos assombrar desde o século XIX e, muito singularmente, com Marx, Nietzsche e Freud, que colocam diante de nós uma nova possibilidade de interpretação. Por isso mesmo Foucault vai dizer que eles fundaram novamente a possibilidade de uma hermenêutica, ao escalonarem os signos na dimensão da profundidade (desde que não a entendamos como interioridade, mas, ao contrário, como exterioridade) e ao fazerem da interpretação uma tarefa infinita, inconclusa, obrigada a sempre se retomar.

O intérprete é, então, um sujeito que interpreta as interpretações e cuja interpretação será sujeita também a outras interpretações de outros intérpretes, e assim indefinidamente, sem que haja um sentido definitivamente verdadeiro que ponha um fim ao seu destino de Sísifo. Essa retomada do relativismo sofista impõe-se, assim, à prática da interpretação e funda uma hermenêutica que volta as suas costas para o sentido original e para o intérprete todo poderoso. O próprio intérprete é, em si mesmo, uma determinada interpretação, sendo a partir dela que se constitui como intérprete, autorizado ou não.

Ricoeur (1973) corrobora, por seu turno, a distinção que Foucault já atribuíra a Freud, Nietzsche e Marx, apresentando-os como ~~os~~ <sup>os</sup> mestres da suspeita+ que nos fizeram duvidar tanto do sujeito como de suas supostas representações verdadeiras.

Mais ainda: não só o sentido manifesto dos signos é colocado em questão por uma verdade escondida ou dissimulada em sua literalidade, como essa mesma verdade é duvidosa porque há um inconsciente, dirá Freud; há uma vontade de poder, dirá Nietzsche; há uma classe social exploradora, dirá Marx. Instala-se, assim, o reino das interpretações e da construção de regras para essas interpretações. É o tempo das hermenêuticas.

A oposição entre discurso verdadeiro (ciência) e narrativa ficcional (literatura) é colocada em questão, fazendo com que as ficções deixem de ser meras mentiras. As verdades são agora mentiras que dizem algo verdadeiro. Sobre essa relação, Nietzsche escreveu, no verão de 1873, um dos seus mais belos trabalhos em exposição contínua: %Introdução teórica sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral+(NIETZSCHE, s/d). E Foucault, retomando a questão, escreve:

Parece-me que existe a possibilidade de fazer funcionar a ficção na verdade; de induzir efeitos de verdade com um discurso de ficção, e de fazer de tal maneira que o discurso de verdade suscite, 'fabrique' algo que não existe ainda, isto é, ficção (FOUCAULT, 1986, p.114)

Além disso, ao construir seu artista filósofo, Nietzsche (s/d) apresentou uma noção chave para o desmascaramento do sujeito e para a legitimação da ficção: o perspectivismo. Foucault certamente foi buscar aí sua idéia de posição do sujeito como um ponto de vista.

Contudo, Ricoeur (1996) sustenta que a negação do sujeito, por Nietzsche, fez com que a filosofia se instalasse num fenomenismo ou num devir inabordável. Como alternativa, propõe a idéia de uma %Identidade narrativa+ como *ipseidade* ou si mesmo. Essa %Identidade narrativa+ é o equivalente da identidade de um personagem que se constrói em articulação com a unidade temporal da história narrada e que trabalha, portanto, sobre a tradição cultural e inova num trabalho permanente e aberto. Dessa maneira, tal identidade é um produto de uma narração, de uma ficção, em cuja irrealidade há uma relação com a verdade.

Enquanto os sujeitos se interpretam como efeitos discursivos, a ficção deixa de ser a antítese desvalorizada da verdade para relacionar-se com ela como um potente sistema de inteligibilidade. Assim, a tese central de Ricoeur é que o tempo se faz tempo humano quando se articula como narração, e a narração significa amplamente quando é condição da existência temporal. A mediação entre o tempo e a narração é a *mimesis*, conceito chave que Ricoeur foi buscar em Aristóteles,

desdobrando-o em três dimensões: 1) prefiguração prática em torno da vida cotidiana; 2) configuração textual; e, 3) refiguração perceptiva através da leitura.

A configuração narrativa é a mediação, enquanto temporalidade narrada, entre uma prefiguração prática e uma refiguração que acrescenta, através da leitura, novos significados e identificações existenciais. E, para fazer funcionar essa tríade, Ricoeur usa a noção kantiana de esquema, um procedimento geral da imaginação que serve para dar sua imagem a um conceito. O esquematismo da função narrativa vai operar nos três níveis da *mimesis*, permitindo-lhe tomar juntas as ações, circunstâncias, agentes, etc., da *mimesis* I e a trama configurante da *mimesis* II, assim como operar na compreensão da subjetividade como um ego descentrado que, através da trama, dá lugar à mediação entre o homem e o mundo (referencialidade), entre o homem e o homem (comunicabilidade) e entre o homem e si mesmo (compreensão de si).

Segundo Ricoeur, a verdade se entretetece na ficção pela atividade mimética. Enquanto a fábula dá forma a componentes que são imanentes ao texto, mas o transcendem, a leitura torna a transcender e transformar o texto mesmo e o si mesmo do leitor, que não é imune a este jogo de verdade que circula livre e reguladamente nas viagens da trama. O tempo e a verdade, aí, não se deixam definir, mas sim relatar. E esse relato não é pacífico, ao contrário. Como disse Foucault:

Creio que aquilo que se deve ter como referência (para a análise do acontecimento) não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não lingüística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem sentido o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. Nem a dialética (como lógica da contradição), nem a semiótica (como estrutura da comunicação) poderiam dar conta do que é a inteligibilidade intrínseca dos confrontos. A dialética é uma maneira de evitar a realidade aleatória e aberta desta inteligibilidade, reduzindo-a ao esqueleto hegeliano; e a semiologia é uma maneira de evitar seu caráter violento, sangrento e mortal, reduzindo-a à forma apaziguada e platônica da linguagem e do diálogo. (FOUCAULT, 1986, p. 5)

## **6** DA PERORAÇÃO: DAS SOCIEDADES DE CONTROLE

*O espírito de Funes, o memorioso  
assombra este estranho cyberlugar  
Toda a memória do mundo vai ser reinventada...*  
Giselle Beiguelman

Foucault (1986) situou as sociedades disciplinares como a forma de sociedade que dominou entre os séculos XVIII e XX, e que viveu seu apogeu a partir

da segunda metade do séc. XIX. São essas sociedades que inauguram os grandes lugares de contenção como estratégia de governamentalidade, ou seja, de uma forma de governo das populações que se caracteriza como governo dos outros e governo de si.

Nessa configuração, que tem a disciplina como seu ordenador, os indivíduos nunca cessam de passar de um lugar de clausura (dispositivo disciplinar) a outro: da família à escola, ao quartel, à fábrica, eventualmente ao hospital e à prisão. Conforme Deleuze (1995), este último lugar serve de modelo analógico ótimo a todos os outros.

Se, por um lado, foi Foucault quem melhor definiu e analisou as sociedades disciplinares e sua crise atual, sua passagem para uma sociedade de controle tem sido diagnosticada e definida por Deleuze. Num artigo publicado no n. 1 de *L'Autre Journal*, em maio de 1990 . *Post-Scriptum* sobre as sociedades de controle . Deleuze (2000) descreve essa passagem. É, pois, dessa descrição que parto agora para caracterizar as sociedades de controle, ainda que a sua leitura seja da minha responsabilidade.

Desses espaços interiores, todos em crise de governo, a escola e o hospital parecem ser aqueles que desenham, atualmente, o melhor modelo, o mais bem acabado desenho de uma outra forma de governamentalidade. O hospital se desterritorializa com a farmacologia de contenção e a escola se virtualiza com o que se denominou de sociedade do conhecimento e suas artes tecnológicas. E a fábrica, que fornecia a configuração de governo comum a todos esses lugares interiores de produção de determinada forma de subjetividade, perdeu seu lugar e foi suplantada pela corporação, que é, segundo Deleuze (2000), um espírito, um gás.

A fábrica, com sua arquitetura e maquinaria, constituía os indivíduos em um corpo único, onde o patrão tinha a dupla vantagem de poder supervisionar cada um dos indivíduos da massa de trabalhadores, ao mesmo tempo em que era capaz de manobrar com os sindicatos e suas motivações massivas. O princípio de bonificação da fábrica . o pagamento por mérito . estrutura, agora, a configuração da corporação, que impõe, então, uma modulação de cada salário, numa perpétua instabilidade.

Esse princípio, tal como se configura na corporação, adentra agora o sistema educacional e virtualiza-o, na imposição de uma eterna e contínua necessidade de

capacitação de todos os segmentos da população, sejam estes profissionais, sejam estes etários (a educação infantil de zero aos seis anos; as universidades para a terceira idade; os sucessivos níveis de pós-graduação, etc.), e de cada um dos seus indivíduos, criando a necessidade de uma educação permanente.

O que importa nas sociedades das corporações ou de controle é que nunca se dá nada por definitivamente concluído ou terminado, e é essa incompletude que interessa enfatizar. Pois ela vai transformar o exame, que funcionava como um controle central, num continuum de análise, num histórico de percurso, de trajetória (pareceres descritivos, por exemplo).

Ainda mais:

As ferramentas do ciberespaço permitem considerar amplos sistemas de testes automatizados acessíveis a todo o momento e redes de transação entre a oferta e a demanda de competência. Ao organizar a comunicação entre empregadores, indivíduos e recursos de aprendizado de todas as ordens, as universidades do futuro estariam contribuindo para a animação de uma nova economia do conhecimento (LÉVY, 1998).

As sociedades disciplinares possuíam dois pólos estruturantes: a assinatura ou a rubrica, uma espécie de centro de custo individual, e o número administrativo que indica a posição que se ocupa na massa. Não existe aí nenhuma incompatibilidade entre ambos, já que o poder-conhecimento, ao produzir aqueles sobre os quais se exerce, individualiza ao mesmo tempo em que massifica os indivíduos. Transforma-os, assim, em um só corpo, ao moldar a individualidade de cada um dos integrantes da massa: um corpo-massa constituído por uma multiplicidade de indivíduos.

Além disso, como salienta Deleuze (2000, p. 223), o sujeito da disciplina era um produtor descontínuo de energia. A cada etapa ou estágio, que indicava a terminalidade de uma fase, era preciso recomeçar: da família para a escola, desta para a fábrica e assim por diante. Um sujeito que, de um enquadramento ao outro, torna-se cada vez mais homogêneo, cada vez mais educado (capaz de cantar em coro, como diz Aristóteles), cada vez mais sujeito-massa. Assim, a cadeia de produção da fábrica pode se estabelecer como o centro de realização de um capitalismo de concentração e acumulação. Quanto aos mercados, eles aí são conquistados, às vezes com a especialização, outras vezes com a colonização, outras vezes ainda com a redução dos custos de produção.



Em tempos de corporação, a rubrica e o número administrativo (de identidade) dão lugar a um código, uma senha. A linguagem numérica do controle está composta de códigos que dão acesso à informação ou que o negam. Aqui, já não somos produzidos e governados na dualidade massa/indivíduo, mas passamos a ser %individuais+ (DELEUZE, 2000, p. 222), divisíveis ou, ainda, múltiplos em um só corpo individual e configurados, conjuntamente, em amostragens, dados, %bancos+ de dados, segmentos de mercados, consumidores, etc.

O sujeito do controle é, então, um sujeito cuja repetição é sempre diferente. Nunca se conclui, nunca termina nada, nunca dá nada por concluído: é ondulatório, está em órbita, em rede contínua. Opera as máquinas que lhe dão essa configuração, ou seja, o computador, que não pode ser visto apenas como uma inovação tecnológica, na medida em que a comunicação e a informação passam a ser centrais na realização de uma nova forma de capitalismo. E efetivamente, ao buscar uma contínua interatividade ou uma rápida comunicação entre a produção e o consumo, necessária ao modelo industrial da era da globalização, pode-se afirmar, como o fazem Negri & Hardt (2001, p. 311), %que a ação instrumental e a ação comunicativa tornaram-se intimamente interligadas no processo industrial informacionalizado+, ainda que esta seja %uma noção empobrecida da comunicação como mera transmissão de dados de mercado+(NEGRI; HARDT, 2001, p.311). Isto porque os setores de serviço, dominantes na nova economia, apresentam, de fato, um modelo mais rico de comunicação produtiva: %a maioria dos serviços se baseia na permuta contínua de informações e comunicações+ (NEGRI; HARDT, 2001, p.311).

Assim, as chamadas novas tecnologias significam, num sentido mais amplo, a sinalização de uma mutação capitalista resumida da seguinte forma: o capitalismo da concentração e da acumulação era dirigido à produção e à propriedade (dos meios de produção). Atualmente, o capitalismo não atua mais na produção e, freqüentemente, relega e transfere ao terceiro mundo linhas completas de produção têxtil, metalúrgica e até mesmo petrolífera, assim como seu conseqüente custo poluidor. É um capitalismo que não suja as mãos, está em uma ordem superior, na qual %não compra mais matérias primas e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações+ (DELEUZE, 2000, p. 223). Como a

produção de serviços não resulta em bem material e durável, Negri e Hardt (2001, p. 311-312) definem o trabalho envolvido nessa produção como *trabalho imaterial*. Ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação+. Daí esses autores afirmarem que o uso cada vez mais amplo de computadores tende progressivamente a redefinir as práticas e relações de produção, juntamente com todas as práticas e relações sociais+(NEGRI; HARDT, 2001, p.312).

Sendo a natureza do computador dispersa, não tão analógica e essencialmente digital, é com essa forma que ele se integra em nossos corpos e mentes. Negri e Hardt (2001, p. 312) chegam a dizer que hoje pensamos cada vez mais como computadores+. Por outro lado, sua própria operação pode se modificar continuamente mediante o seu uso, o que permite ao computador expandir e aperfeiçoar sua operação a partir da interação com o usuário e com o ambiente+. Assim, o que o distingue de outras tecnologias é uma interatividade contínua, que caracteriza um amplo espectro de atividades produtivas contemporâneas, haja ou não emprego direto de *hardware*+(NEGRI; HARDT, 2001, p.312).

Negri e Hardt (2001, p. 314-315) salientam o aspecto cooperativo dessa interatividade contínua, ao afirmarem que, no trabalho imaterial, a cooperação não é imposta e organizada de fora, como ocorria em formas anteriores de trabalho, nas quais a força de trabalho é concebida como capital variável+, isto é, uma força ativada e tornada coerente apenas pelo capital+. No trabalho imaterial, a cooperação é totalmente imanente à própria atividade laboral+ porque dá ao trabalho a possibilidade de se valorizar. Ou seja: a cooperação dos outros, de que se necessita para produzir valor, não é fornecida obrigatoriamente pelo capital e por sua capacidade de orquestrar a produção. Ao contrário, constitui-se na própria forma do trabalho produtivo, é inerente ao trabalho: a produtividade, a riqueza e a criação de superávites sociais hoje em dia tomam a forma de interatividade cooperativa mediante redes lingüísticas, de comunicação e afetivas+ (NEGRI; HARDT, 2001, p.315).

Essa desterritorialização da produção torna desnecessária a sua concentração, dispersando as fábricas e esvaziando as cidades fabris e os sindicatos. A comunicação e o controle são exercidos eficientemente a distância, por uma rede de informação e comunicação que tende a reduzir todas as distâncias e a

tornar as transações imediatas. Dessa maneira, diferentes instalações podem ser coordenadas para a produção simultânea de uma única mercadoria, com fábricas espalhadas em diversos lugares. Em alguns setores, até mesmo a fábrica pode ser dispensada, e seus operários se comunicam exclusivamente por intermédio das novas tecnologias de informação. Ao substituir a linha de montagem pela *rede*, a produção tende, agora, a ser organizada em redes horizontais de empresas, libertando o capital das coações de território e de regateio: a rede, em si, é o lugar tanto da produção quanto da circulação e é ela, portanto, que precisa ser construída e policiada para garantir ordem e lucros. A construção da nova infra-estrutura de informação, diz Peter Cowhey (*apud* NEGRI; HARDT, 2001, p. 319), está as condições e os termos da produção e do governo globais que a construção de estradas deu ao Império Romano. Contudo, a novidade da infra-estrutura de informação é o fato de que ela está embutida nos novos processos de produção e lhes é totalmente imanente. Como dizem Negri e Hardt (2001, p. 319), a produção contemporânea, a informação e a comunicação são as verdadeiras mercadorias produzidas.

Nas sociedades de controle, a família, a escola, a fábrica deixam de ser, pois, espaços analógicos bem definidos, que convergem para um proprietário, estatal ou privado, para converterem-se em figuras de uma corporação que possui acionistas. Aqui, os espaços de contenção podem abrir-se para os circuitos abertos do sistema bancário e financeiro. O sujeito deixa de ser produzido em lugares de contenção que o disciplinam e se converte num sujeito endividado. Esta é sua outra clausura, sua outra interdição. Esse sujeito se tem em perpétua dívida em relação a tudo que lhe dizem que não sabe, e demanda, então, serviços de contínua e permanente educação, numa espécie de Sísifo kantiano.

É nesse sentido que Levy (1998) afirma, ingênua e triunfalmente, que a *cybercultura* pode ser considerada como herdeira legítima (embora distante) do projeto progressista dos filósofos do século XVIII. Projeto inaugurado por Kant, em 1784, conforme assinala Foucault (2000).

Como observa Deleuze (1992), apesar do capitalismo ter conservado, como uma de suas constantes, a extrema pobreza de  $\frac{3}{4}$  partes da humanidade, demasiadamente pobre para ficar em dívida, demasiadamente numerosa para ser incluída sem inflacionar mercados, o controle não só terá de ver-se com esse

contingente, por conta da erosão das fronteiras propiciadas por esse modelo capitalista, como também dar conta da onda de violência urbana que transborda das periferias.

Na impossibilidade material de incluir os que foram excluídos, o controle se faz, então, pela superexposição, pela devassa de todos os cantos da vida cotidiana, como se tudo precisasse ser mostrado e propagandeado incessantemente. Como afirma Virilio (1999, p. 64), hoje, o controle do ambiente suplanta [ . . . ] em larga medida o controle social do Estado de direito e, para tanto, deve instaurar um novo tipo de transparência: a transparência das aparências instantaneamente transmitidas a distância.

1. Em conferência realizada na 52ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Laymert Garcia dos Santos (2000) fez uma longa citação do autor de ficção científica William Gibson, que descreve, em suas obras, uma realidade que é a epítome do pós-moderno: o universo *cyberpunk*.

Com origem no movimento criado com outros autores, no começo da década 1980, o modelo de mundo *cyberpunk* foi consagrado por Gibson (1991), em *Neuromancer*, o melhor e o pior dos mundos possíveis; o charme das tecnologias do mais alto nível convivendo numa nem sempre agradável simbiose com o estilo *punk* das ferramentas obsoletas e maquinário sucateado.

Trata-se, portanto, da reinvenção ou sampleamento de velhas técnicas para quem não tem dinheiro para pagar os confortos da sociedade futura. O mundo *cyberpunk* é um mundo dividido entre os muito ricos, que dispõem de acesso fácil à comunicação instantânea universal, e os muito pobres, os mendigos e loucos da aldeia global, que lutam nos subterrâneos por esse acesso, criando tribos e subculturas que trocam informações entre si, sem cessar.

A obra de Gibson (1999), *Idoru*, que Santos cita em sua conferência, faz parte da *Bridge Trilogy*, composta pelos romances *Virtual Light*, *Idoru* e *All Tomorrow's Parties*. *Idoru* é um conceito japonês que descreve uma estrela artificial. Mas aqui, o que interessa salientar, através de um exercício de imaginação, é a racionalidade operante nessa narrativa. E é isto que Santos faz ao reproduzir e comentar partes do romance de Gibson, tal como estão descritas a seguir.

Colin Laney, o personagem central de *Idoru*, é um internauta que gosta de ver a si mesmo como pesquisador. Mas não é um *voyeur*. O narrador o descreve da seguinte maneira:

Tinha uma aptidão peculiar com a arquitetura de compilação de dados e um déficit de atenção documentado medicamente que ele conseguiu transformar, sob certas condições, num estado de hiperfocalização patológica. Isso fazia dele [ . . . ] um pesquisador extremamente competente. [ . . . ] O dado relevante [ . . . ] era o fato de ele ser um pescador intuitivo de padrões de informação: do tipo de assinatura que um indivíduo inadvertidamente cria na rede na medida em que vai dando seguimento ao ofício mundano e, no entanto, infinitamente multiplex, de viver numa sociedade digital. O déficit de atenção de Laney, pequeno demais para ser registrado em algumas escalas, fazia dele um zapeador natural de canais, indo de programa a programa, de um banco de dados a outro, de plataforma a plataforma, de um modo, *bem...* intuitivo. (SANTOS, 2000, p. 137-140)

Laney é, portanto, mais do que um navegador competente; ele conjuga seu conhecimento dos processos informacionais a um déficit de atenção que na verdade é um ganho. Assim como o psicanalista, que ouve seu paciente com a atenção flutuante e, por isso mesmo, capta intuitivamente, na trama da fala, a falha de seu discurso e a irrupção do desejo, Laney, zapeando na esfera digital, focaliza **no cruzamento dos padrões e na teia dos dados** uma peculiaridade informacional, a diferença qualitativa que confere novo relevo ao conjunto e conduz o investigador a túneis de informação que poderiam ser seguidos até um outro tipo de verdade, outro modo de saber, bem no fundo de minas de informação. A tais singularidades, o internauta chama pontos nodais<sup>87</sup>. (SANTOS, 2000, p. ..., grifo meu)

E, prossegue Santos:

É importante sublinhar que Laney trabalha para um programa na rede, um certo tipo de noticiário que faz e desfaz celebridades para um público perpetuamente faminto da sua vida íntima; [ . . . ] Ali o internauta integra a equipe que se dedica aos aspectos mais privados das vidas dos ricos e famosos; e no exercício de sua função, uma coisa começa a ficar clara para Laney: a mulher que ele televigia descobre que está sendo controlada. Escreve o narrador: Alison Shires *sabia*, de alguma forma, que ele estava lá, observando. Como se ela pudesse senti-lo olhando para o mar de dados que eram um reflexo da sua vida: sua superfície feita de todos os pedaços que formavam o registro diário de sua vida à medida que ficava registrada na tessitura digital do mundo. Laney viu um ponto nodal começando a se formar a partir do reflexo de Alison Shires. Ela ia cometer suicídio. (GIBSON, p. 46)

O trecho acima merece algumas considerações. Em primeiro lugar, convém notar que Laney **não vê diretamente nem a imagem nem a performance** de Alison Shires, **mas sim o diagrama, isto é as linhas de força e as tendências que se desenham a partir do processamento dos dados que ela vai gerando enquanto vive**. Laney faz uma **leitura** desse diagrama, que torna a vida de Shires transparente para o internauta. (Grifos meus). Escreve o narrador:

Ele nunca a havia encontrado, ou falado com ela, mas acabara conhecendo-a, ele achava, melhor do que alguém já a conhecera ou conheceria. Maridos não conheciam suas esposas deste jeito, ou esposas a seus maridos. Espreitados podiam aspirar a conhecer os objetos de suas obsessões desse modo, mas nunca conseguiam. (GIBSON, p. 53-54, grifos meu)

A vida de Shires tornara-se transparente, mas segundo esse novo tipo de transparência apontado por Virilio (1999): **transparência das aparências instantaneamente transmitidas a distância**. Laney olha o mar de dados que

refletem a vida de Shires, olha essas aparências que são instantaneamente transmitidas a distância, na medida em que vão sendo registradas na tessitura digital do mundo. Laney olha e lê - e é a **leitura** que faz das aparências transparência, é a **leitura** que torna cristalina a evolução de uma vida, é a **leitura** que anuncia através de um ponto nodal a inflexão dessa vida rumo à morte. [ . . . ]

Combinando intuição e análise dos padrões informacionais gerados nas compras, no consumo de músicas ou na mudança de provedor, Laney capta mínimas mudanças na conduta e no estado de espírito da mulher que observa.

Esta é, sem dúvida, uma situação-limite. Mas serve para ilustrar a idéia de leitura das aparências que torna transparente e, portanto, sob controle, a evolução de uma vida (SANTOS, 2003, p. 138, grifos meu)

Quando Gibson concluiu *Neuromancer*, em julho de 1983, a *Internet* havia sido criada exatamente seis meses antes . em 1º de janeiro de 1983, a ARPANet migrou para o protocolo TCP/IP, dando origem à rede mundial de computadores. Mas a *World Wide Web* (www), que só seria criada em 1990, não passava ainda e aí, sim, de uma ficção sem materialidade. Gibson<sup>88</sup> exerceu uma função profética, bastante semelhante à de McLuhan ao criar o conceito de *aldeia global* em *Understanding Media*, em 1964.

No entanto, podemos dizer, no mesmo tom dos comentadores de Erasmo (1469-1536): *vivemos em tempos de grandes e rápidas mudanças*. Senão, vejamos:

Rifkin (*apud* Santos, 2003) vai observar que a natureza e as características da propriedade estão muito diferentes de suas conformações na era industrial. No seu entender, *a* propriedade é uma instituição lenta demais para ajustar-se à velocidade quase aberrante da cultura do nanossegundo+, pois ela *se* baseia na idéia de que a posse de um bem físico ou de parte de uma possessão num extenso período de tempo, tem valor. *Perq* *manterq* *acumularq*são, então, conceitos cultivados. Agora, no entanto, a velocidade da aceleração tecnológica e o ritmo vertiginoso da atividade econômica freqüentemente tornam a noção de propriedade problemática+. Assim, *um* mundo de produção flexível, de contínuas inovações e upgrades, e de ciclos de vida da produção cada vez mais curtos, tudo se torna quase imediatamente ultrapassado+. Dessa maneira, *az* cada vez menos sentido ter, manter e acumular numa economia em que a mudança é a única constante+ (RIFKIN, *apud* SANTOS, 2003, p. 141).

Como comenta Santos (2003), Rifkin percebeu que a performance das empresas e a conduta dos consumidores mudam, ao assinalar que tanto as

primeiras quanto os últimos estão cada vez mais trocando a propriedade pelo acesso, substituindo a relação ocasional de compra e venda pela relação mais estável de fornecimento e uso. Mas isto não significa . enfatiza . que a propriedade seja questionada ou abolida na nova era que Rifkin (2000) anuncia, a Era do Acesso: a propriedade continua existindo mas é muito menos provável que seja trocada em mercados. Nessa nova era,

[ . . . ] os fornecedores, ou provedores, como se diz na nova economia, mantêm a propriedade e alugam, fazem leasing ou cobram uma taxa de admissão, uma assinatura, uma mensalidade para o seu uso no curto prazo. A transferência de propriedade entre vendedores e compradores dá então lugar ao acesso, a curto prazo, entre provedores e clientes operando numa relação de rede. (RIFKIN, *apud* SANTOS, 2003, p. 142)

Segundo Santos, Rifkin define os novos tempos da seguinte maneira:

A Era do Acesso é definida, acima de tudo, pela crescente transformação de toda experiência humana em mercadoria. Redes comerciais de toda forma ou tipo tecem uma teia em torno da totalidade da vida humana, reduzindo cada momento da experiência vivida à condição de mercadoria. Na era do capitalismo proprietário, a ênfase recaía na venda de bens e serviços. Na economia do ciberespaço, a transformação de bens e serviços em mercadorias torna-se secundária face à transformação das relações humanas em mercadorias. Numa nova e acelerada economia de rede em permanente mudança, prender a atenção dos clientes e consumidores significa controlar o máximo possível do seu tempo. Passando das unitárias transações de mercado, que são limitadas no tempo e no espaço, para a mercantilização de relações que se estendem abertamente no tempo, a nova esfera comercial garante que parcelas cada vez maiores da vida diária fiquem presas no final da linha. (RIFKIN, 2000, *apud* SANTOS, 2003, p. 142)

Para Santos (2003, p. 143), com a Era do Acesso, ocorre, portanto, uma mudança de perspectiva que traz para o centro da atividade econômica o controle do tempo do consumidor. Este não é mais um alvo do mercado: torna-se o próprio mercado, cujo potencial é preciso *scanear* constantemente. Santos apóia-se, então, nos argumentos dos consultores de *marketing* Don Peppers e Martha Rogers (2001), para afirmar que não se trata mais de tentar vender um único produto para o maior número possível de consumidores, mas sim de tentar vender para um único consumidor o maior número possível de produtos, durante um longo período de tempo. Em outras palavras, é preciso poder acessar o consumidor e torná-lo cativo. E . eu acrescentaria . numa relação de leitura mútua. É aqui que o saber ler a informação torna-se uma arma fundamental. Pois como escreve Rifkin:

As novas tecnologias de informação e de telecomunicações da economia de rede tornam possível determinar o valor do tempo de vida de uma pessoa. O feed-back eletrônico e o código de barras permitem que as empresas

recebam continuamente informação atualizada sobre as compras dos clientes, fornecendo perfis detalhados dos estilos de vida dos consumidores - suas preferências alimentares, guarda-roupa, estado de saúde, opções de lazer, padrão de suas viagens. Através de apropriadas técnicas de modelização computadorizada, é possível utilizar essa massa de dados brutos de cada indivíduo para antecipar futuros desejos e necessidades, e mapear campanhas direcionadas para engajar os consumidores em relações comerciais de longo prazo. (RIFKIN *apud* SANTOS, 2003, p. 144)

Pouco tempo depois dos romances de Gibson, e bem mais prosaicamente, temos os administradores de cartão de crédito enviando correspondência para oferecer determinada viagem de férias. Esta oferta é o resultado da leitura de determinado padrão registrado em bancos de dados. Leitura dos relacionamentos do consumidor, de suas leituras (dos jornais e revistas que assina ou não), de suas leituras de ofertas disponíveis, já consumidas ou não pelo leitor-consumidor (pedidos de informações sobre produtos; serviços e sites mais visitados na *WEB*; roteiros das mais diversas ordens: das lojas que freqüentou recentemente, saldo de milhagem de viagens anteriores, de fidelidade a fornecedores, perfil de interesses, listas de congelamento de consumo oficiais tais como SERASA e SPC no Brasil, etc.).

Contudo, o pior e o melhor dos mundos de Gibson, McLuhan e Derrida, anunciaram sua possibilidade em livro impresso e não na forma digital. *Ceci tuera cela?*, perguntou Victor Hugo, em *Notre-Dame de Paris*, ao colocar a questão da disseminação e circulação do livro em relação à imobilidade da catedral. Hoje, a pergunta que vem sendo insistentemente colocada é a seguinte: a *WEB* matará o livro? A *idade do livro*, a *civilização do livro* (Derrida, 2004) a *galáxia de Gutenberg* (MCLUHAN, 1972) será substituída pela *galáxia da internet* (CASTELLS, 2003)? A *morte do livro* tem sido temida e prenunciada por alguns dos mais renomados pensadores, num discurso de verdade que, à maneira proustiana, produz a cibercultura como o reino da insensatez: uma plebe insana que desfigura a linguagem, que não respeita a figura do autor, que refigura o texto no hipertexto. Ao temerem o deslizamento da página para a *page*, esquecem que se trata de uma flexão da configuração moderna do pensar e dos saberes, que tem, entre as suas condições históricas de possibilidade, o deslocamento da posição central ocupada pela página que conforma o livro. Tal esquecimento já mereceu entre outros eventos um congresso celebrado no Centro de Semiótica e Estudos Cognitivos da Universidade de São Marino (28 a 30/07/1994), que reuniu estudiosos das mais variadas procedências. Os trabalhos apresentados foram reunidos num



volume organizado por Geoffrey Nunberg (1998), com o sugestivo e original título *El Futuro del Libro: esto matará eso?*<sup>89</sup> O tom dominante desse tipo de abordagem parece estabelecer uma espécie de falso confronto, alimentado, principalmente, pelo marketing da nova era do acesso, estabelecendo falsos jogos de polaridade entre uma cultura impressa, porque paginada, e uma cultura que se instala como digital e se webloga. Isto porque se valem de antinomias inexistentes, tal qual se armava a retórica anti- Galileu. Tais discursos não levam em conta as operações combinatórias das relações de leitura, capazes de engendrar cruzamentos de linguagens, não híbridas, mas totalmente outras; não complementares ou contraditórias, mas interligadas em rede.

A linha, a página, o volume (encordoamento de páginas) não encontram familiaridade na tela do computador. Esta não é um suporte de leitura, mas uma *interface*, que é, em seu cerne, uma metaforma, informação sobre informação, leitura sobre leitura, produzindo uma cultura . a *cultura da interface*, uma celebração do potencial radical da interatividade (JOHNSON, 2001, p. 4-5). Assim, é na interface, uma pós-página, que se materializam as relações de leitura, de co-produções inusitadas e, na maioria das vezes, tão assustadoras quanto o foi a Bíblia impressa em alemão, em sua época. E é o próprio computador que estabelece as condições materiais de sua possibilidade.

Como diz Santos (2003, p. 267, grifos do autor), *na passagem do livro à tela, a imagem deixa de ser uma representação para tornar-se uma imagem operacional, passível de ser desdobrada como um substituto dos órgãos atuais, em cirurgias e endoscopias virtuais*. Daí que na *visão cibernética*, a página tenha perdido seu corpo, por *uma reificação da informação e uma desqualificação da matéria tão intensas, que a incorporação chega a ser considerada um acidente da evolução* (SANTOS, 2003, p. 283).

Da imobilidade da catedral ao portátil livro impresso, que supunham a autoridade de um autor e um circuito de emissão e recepção, olhamos a tela do computador, a mais recente *máquina de ler*, e onde cada leitor é um editor-autor do que lê, ao mesmo tempo em que é lido e, também, editado. Aqui, a questão da autoria desliza e a noção de plágio escapa da noção convencional que opera na doutrina e na jurisprudência jurídicas. Basta ver a dificuldade de se legislar sobre o direito autoral na *WEB*. Nela, não existe infidelidade entre original e cópia da obra de

arte ou, para tornar à expressão de Borges, o original é sempre infiel à cópia. Na arte on-line, a idéia da aura benjaminiana<sup>90</sup> passa a ser um registro histórico.

A tecnologia da sociedade do controle é uma tecnologia de quase replicação, quase clonagem, quase idênticos múltiplos, pela cópia do código que acaba sendo uma outra edição, diferente em cada repetição. É aí que acontece o *original de segunda geração* (LUNENFELD, 1996). A obra acontece na e pela linkagem, perdendo seus limites e sua ordenação tradicionais, transformando-se numa trajetória de combinações, recombinações, edições e re-edições de leitura. Para alguns, a configuração à deriva oportuniza a volta da *instabilidade do significado*, que perdurou por tantos séculos. Perigo à vista!

Na sociedade de controle, linha, frase, parágrafo, capítulo, volume, autoria e significado canônico não encontram mais nem sinonímia nem a centralidade que a página garantia à escrita. Seus deslocamentos contínuos na *page* remetem a uma outra centralidade: a da leitura. Dessa vez, é a leitura que ganha o seu próprio espaço, dispensando e dispersando a arquitetura do texto confinado na página. Ganha ares de *luxo*, segundo Deleuze (2000), e, ao habitar o disperso, é a sua própria mídia.

Tudo, agora, é visivelmente leitura, ou seja, é a leitura que é visível. Trata-se, como diz Santos (2003, p. 136), *do cruzamento e processamento dos dados que cada um de nós gera ao entrar, sair e transitar nos diversos sistemas informatizados e nas diversas redes que compõem a vida social contemporânea*. A fala e a escrita passam a ser, então, apenas e meros registros e rastros de leituras.

**2.** O sujeito do controle precisa estar apto a consumir, descartar e deletar rapidamente bens e serviços, bem como ter competências suficientes para estabelecer conexões e relações configuradas em *padrões Windows* (aqui, uma metáfora...). Ser flexível, móvel, polivalente. Sobretudo, precisa se ter e se governar como se autônomo fosse.

Enquanto nas sociedades disciplinares, a especialidade do conhecimento com um caráter cumulativo era uma centralidade esperada e fomentada, nas sociedades de controle, a especialização é agora a da não-especialização, a da generalidade do conhecimento.

O processo produtivo, na era pós-industrial, voltado para a produção de bens imateriais (valores, serviços, informação, estética, etc.) depende, fundamentalmente da criatividade, que não tinha vez nem lugar na cadeia de produção industrial. Por isso mesmo, diversos teóricos do trabalho como, por exemplo, De Masi, propõe uma revisão das regras que controlam a produção intelectual: «No trabalho manual, dobrando o tempo, tínhamos o dobro de quantidade, mas não se pode dizer o mesmo do trabalho intelectual, que não tem tempo nem lugar. A disciplina, aí, não serve para nada, senão para inibir a criatividade» (DE MASI, 2001). Tal como pensam os executivos das empresas do Vale do Silício.

É também nesse sentido que Beiguelman<sup>91</sup> (1999) lembra que o *to browse* significa, em inglês, ler descompromissadamente, entrar em lojas só para espiar, beliscar comida, atuar sem disciplina, portanto. Não é por acaso, então, que o verbo *to browse* [é] antigo, remonta ao séc XV, anterior, assim, à sociedade disciplinar.

Ora, essa mudança na forma de governamentalidade (governo dos outros e governo de si) que estamos atualmente vivendo, ou seja, essa mudança na produção do sujeito constitui um giro, uma virada sutil e ao mesmo tempo abissal. É sutil porque o que se lê, quanto se lê e onde se lê deixa rastros, registros de relações, produzindo um perfil que, por sua vez, é lido em determinados períodos de tempo e dão notícias estratégicas do e para o controle dos desejos desse sujeito.

Agora o meu jeito de ler (o como eu leio) é perscrutado, pesquisado e classificado em amostragens, editado em dados e incluído em bancos de dados. Se esse jeito for estatisticamente significativo, é classificado e incorporado ao *menu* de procedimentos de busca, por exemplo, o do [www.google.com](http://www.google.com). A leitura, então, objetiva e antecipa necessidades, desejos e intenções do sujeito. E são os seus modos de ler que o definem e o produzem como sujeito consumidor de serviços, inclusive o educacional. Da mesma forma que, como no melhor dos moldes da pedagogia construtivista, as produções do aluno são atribuídas ao resultado de sua ação cognitiva sobre o objeto, o que permite ao professor fazer a leitura do estágio de desenvolvimento alcançado pelo aluno, classificando-o numa determinada etapa do processo de construção de um conceito, definido pela sua psicogênese. Nesse caso, o controle das trajetórias de leitura do sujeito na *WEB* não passaria de uma customização de determinados padrões pedagógicos.

O humano ou o educado, aqui, é um espaço que não é mais possível, nem mais passível, nem mesmo é mais desejável, pelo custo envolvido, ser produzido como um lugar homogeneizado e de universalização. Os vetores organizacionais de ordem mudam de função, mas não perdem sua importância. Pelo contrário, concentram significado numa ordem bem mais econômica, mas não menos dura como centralidade e controle, uma vez que este esquema se aperfeiçoa, se refina, se sofisticada, se aprende e modifica suas limitações. Eis como Laclau coloca a questão:

[ . . . ] É sempre a singularidade que serve de exemplo ao ideal de universalidade. Ou seja, para poder afirmar a universalidade, todo discurso precisa ser primeiramente singular e exemplar (LACLAU, 1996, p. 57).

[ . . . ]

Esta é a origem da tensão e das ambigüidades presentes em todos os chamados princípios universais; todos eles devem ser formulados como princípios ilimitados, que exprimem uma universalidade que os transcende, mas todos eles, por motivos essenciais, antes ou depois, se enredam no seu próprio particularismo contextual e são incapazes de realizar sua função universal (LACLAU, 1996, p.62).

Daí que os Direitos Humanos universais podem ser somente afirmados como direitos civis, nacionais, particulares (LACLAU, 1996, p. 63). E, por isso mesmo, os discursos universalistas são discursos falaciosos que escondem muitas estratégias e interesses particulares: nacionais, étnicos, ideológicos, políticos, econômicos, religiosos, revelando um forte potencial marginalizante (LACLAU, 1996, p. 65)

Em suma:

Apreciando as considerações apresentadas, parece-me mais desejável um particularismo político que permita, em um regime de tolerância, a coexistência de diferentes culturas, cientes de suas diferenças, e no qual nem todos os seres humanos são considerados irmãos, do que um regime universalista que afirme a fraternidade e a igualdade de todos os seres humanos (LACLAU, 1996, p. 65).

Bem sabemos que os espaços agora são muitos, diferentes e móveis. Inclusive o tempo e a velocidade são definidos numa tecnologia que permite a constante redefinição de seus próprios parâmetros. Nesse novo cenário mundial, a economia de escala já não dá conta dos seus propósitos, ainda que com o custo de muita violência, muito embora ainda tente homogeneizar e universalizar uma arquitetura politicamente correta do mundo. Esse é, atualmente, um dos becos sem saída da universalidade do projeto modernista.

Com uma velocidade viriliana, esse projeto perde seu mastro na areia, como anunciado por Foucault (1995), em *As Palavras e as Coisas*. O projeto moderno de

homogeneização e universalização do humano se esgota e se modifica, sendo segmentado em vários lugares. Também esses lugares se multiplicam em vários espaços, de preferência móveis, flexíveis, tal qual a arquitetura de um *loft*, com mobiliários que possuem dispositivos deslizantes, que permitem, assim, a permanente possibilidade de reinvenção, reprogramação, re-produção, re-paginação do espaço, transformando-o constantemente num outro lugar.

3. A escrita na página é rígida, perene demais para esses tempos que solicitam constantes atualizações. Quando se tiver de fazê-lo, que seja sobre uma superfície que permita grandes padrões de flexibilização e uma temporalidade efêmera, porque a mudança contínua está no cerne da nova ordem de produção. E que essa escrita revele, explicita, deixe rastros, dê notícias de como se sentiu o que se leu e, tal como se lê e preenche qualquer formulário, que se assinale todos os indicadores com um x.

Trata-se de comunicar como se interpretou o que se leu, de modo que isso possa ser lido como uma espécie de revelação de desejos, estes, sim, a serem controlados, isto é, moldados e/ou atendidos o mais rapidamente possível, numa trajetória contínua de relacionamento, e não mais como um alvo a ser atingido. A resposta será dada conforme a classificação e o padrão, temporários, nos quais tais desejos se inserem.

Não se espera que se produza nada em linha. A organização agora é em rede e um mesmo sujeito pode ser capturado, conectado, escaneado, enfim, lido em vários pontos dos nós dessa rede. Daí que seja estimulado a ler constantemente as informações, de modo a consumir e descartar o mais rapidamente possível, para voltar a consumir algo mais atual e melhor, com novos valores agregados. Essa habilidade precisa ser ensinada em termos de idéias, teorias e comunicações e, por suas características, necessita ser continuamente continuada e contínua. *non-stop*. Não se trata mais de simplesmente buscar atualizações periódicas, reciclagens. Esse era um procedimento clássico da sociedade disciplinar, na qual a atualização era um recurso de melhoria de *handicap*, um processo de acumulação. Agora, é um dispositivo que funciona automaticamente em qualquer programa de navegação da *WEB*.

Não se deve imaginar que, com isso, a homogeneização e a universalização perderam sua função na produção de sujeitos produtores e consumidores de serviços. Ao contrário, estabelecem uma única diretriz geral a que o processo (e não mais o resultado) deve obedecer para produção de sujeitos educados. A universalização diz respeito, agora, à idéia de globalização de uma racionalidade econômica ecológica. E a homogeneização diz respeito a princípios de segmentação, customização, clientelização, em suma, a divisibilidade do indivíduo em vários espaços. Tais princípios buscam localizar e respeitar as diferenças, produzindo determinados conhecimentos. Esse gerenciamento da segmentação politicamente correta das identidades é possibilitado, entre outros, pelos Estudos Culturais. O teuto-brasileiro, o ítalo-brasileiro, o afro-americano, etc., ganham *status* hifenados, que não definem mais uma identidade local de origem ou de destino, favorecendo uma ou outra conforme o momento histórico, ou seja, conforme a relação custo-benefício da hora. Esse hífen garante, por si só, essa mobilidade (MEDEIROS, 2000).

É, pois, a fragmentação e a fractalidade<sup>92</sup> do humano e, nesse cenário, a leitura é o dispositivo por excelência de uma governamentalidade devotada ao controle dos desejos. A escrita perde, assim, sua centralidade como recurso e repertório da memória (registro do dito, do pensado, do acervo, do arquivo, a arquitetura da biblioteca universal). Beiguelman (1999) observa que aí acontece um paradoxo interessante: nesse espaço, cuja substância é a memória, o que prevalece é a arquitetura do esquecimento [ . . . ]

Passa a ser, centralmente, notícia efêmera do lido, de como se leu, o que se leu e onde se leu, anunciando, assim, os lugares (agora são muitos os lugares de um mesmo sujeito na rede . o lugar dos lugares) onde o espaço humano está localizado nesse momento, melhor dizendo, onde está ancorando sua provisoriedade e, aí, produzindo, organizando, em determinado momento histórico, seu modo, seu estado da arte.

Essa é uma política de economia de produção de sujeitos sempre conjugada no gerúndio: está sempre se realizando. E a leitura é, aí, um relacionamento virtual entre os indivíduos e os acontecimentos.

Minha trajetória de leitura no computador dá notícias de mim e revela minha identidade. Fornece dados sobre como estou sendo, o que me interessa, o que

estou consumindo e como me governo. Se tudo isso for de um jeito escolarizado, minha comunicação é mais universal, facilitando-me o acesso a determinados grupos e a determinados lugares na rede. Assim, é o modo como me comunico e me informo que determina meu lugar nas relações virtuais. Mas como essas relações são dispersas, é preciso embarcar na sua dispersão. O exílio não é mais uma pena a ser cumprida, é um destino desde sempre inaugurado pelo controle. Pertencer agora é não pertencer. Ler é ser lido.

***Q. E. D.- Quod Erat Demonstrandum.***

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Versos do poeta cubano Pablo Milanez, musicados por Chico Buarque, citados de memória.

<sup>2</sup> Referência ao filme de Akira Kurosawa . *Dersu Uzala* (1975) <sup>2</sup> Dados disponível em: <<http://nezumi.dumousseau.free.fr/japon/kurosawa.htm>> - Todas minhas outras gentes: . **Kika** Almodovar, **Zelda** Scott, **Leopoldo** Bismark, **Bruna** Flusch, **Lola** Rennt, **Sofia** Górgias , Guada**Lupi**, **Paco** de Aveyron, **Briza** Garbo, **Lupi** Hunter.

---

### <sup>3</sup> Elogio da Sombra

A velhice (tal é o nome que os outros lhe dão)  
pode ser o tempo de nossa felicidade.  
O animal morreu ou quase morreu.  
Restam o homem e sua alma.  
Vivo entre formas luminosas e vagas  
que não são ainda a escuridão.  
Buenos Aires,  
que antes se espalhava em subúrbios  
em direção à planície incessante,  
voltou a ser La Recoleta, o Retiro,  
as imprecisas ruas do Once  
e as precárias casas velhas  
que ainda chamamos o Sul.  
Sempre em minha vida foram demasiadas as coisas;  
Demócrito de Abdera arrancou os próprios olhos para pensar;  
o tempo foi meu Demócrito.  
Esta penumbra é lenta e não dói;  
flui por um manso declive  
e se parece à eternidade.  
Meus amigos não têm rosto,  
as mulheres são aquilo que foram há tantos anos,  
as esquinas podem ser outras,  
não há letras nas páginas dos livros.  
Tudo isso deveria atemorizar-me,  
mas é um deleite, um retorno.  
Das gerações dos textos que há na terra  
só terei lido uns poucos,  
os que continuo lendo na memória,  
lendo e transformando.  
Do Sul, do Leste, do Oeste, do Norte  
convergem os caminhos que me trouxeram  
a meu secreto centro.  
Esses caminhos foram ecos e passos,  
mulheres, homens, agonias, ressurreições,  
dias e noites,  
entressonhos e sonhos,  
cada ínfimo instante do ontem  
e dos ontens do mundo,  
a firme espada do dinamarquês e a lua do persa,  
os atos dos mortos,  
o compartilhado amor, as palavras,  
Emerson e a neve e tantas coisas.  
Agora posso esquecê-las. Chego a meu centro,  
a minha álgebra e minha chave,  
a meu espelho.  
Breve saberei quem sou. (BORGES, 2001, p. 81)

<sup>4</sup> Refiro o nexos de alguns Elogios como o de Erasmo, além de alguns mais recentes como os de Jean-Luc Godard e Claudio Magris.

Em o *Elogio da Loucura* (Paris, 1509) de Erasmo (1465 -1536), a própria loucura fala na primeira pessoa, defendendo sua posição e reputação como a única capaz de trazer alegria aos deuses e aos mortais, longe da sabedoria, veneno da vida. Em relação aos filósofos, a Loucura diz tê-los em seu reino. Basta tirar-lhes o véu do orgulho e presunção e não passarão de ridículos loucos. A natureza zomba de suas conjecturas. Na verdade, eles não possuem nenhuma idéia segura. A morte a ser celebrada aqui, é a morte desejada de uma certa ordem das coisas.



---

Mais recentemente, Jean-Luc Godard vai trabalhar com a idéia do Elogio em dois de seus últimos filmes: *Elogio ao Amor* (2001) e *Nossa Música* (2004). Nessas duas obras Godard %o rgianiza+ilustrando a imagem do Elogio como uma tragédia da visão, da leitura dessa imagem. %Em relação a ver, diz-se aos outros: olhe lá! Quanto a imaginar, recomenda-se: feche os olhos!+ Godard realiza seus elogios relativizando as possibilidades do olhar: há que se cuidar como se olha, como se ouve e talvez seja melhor apenas imaginar e, para isso, é recomendável fechar os olhos. Ou seja, ver de outro jeito. Aqui, a ironia e o humor são negros. "Matar uma pessoa para defender uma idéia não é defender uma idéia, ainda é matar uma pessoa" . a emblemática frase proferida em *Nossa Música*, traz a ironia da idéia da morte justificada por uma causa justa, o que não lhe garantiria um álibi de isenção. A ambigüidade fica por conta da necessidade de absolutizar a vida e responsabilizar qualquer morte por qualquer causa. Essa responsabilização não possui um imperativo moral, mas uma necessidade de compreender, conhecer, imaginar de outro jeito para ver de outra forma. E para isso é necessário acessar informações múltiplas e multilingües, reunir contradições belas e terríveis, sempre caóticas, relativizando a memória dos encontros, das plenitudes , das separações e das reconciliações na vida e das coisas da vida.

Outra perspectiva sobre Elogios que desejo salientar é a de Claudio Magris, prêmio Príncipe de Astúrias 2004. Em seu *Elogio da Ira*, perspectiva a cólera enquanto forma emergente epopéica, raiz poética fundadora da civilização ocidental já nos primeiros versos da *Ilíada* com Aquiles; a ira de Zeus pelo rapto de Helena; a cólera do Olimpo pela dádiva prometeica que transforma o cru em cozido, possibilitando aos homens se tornarem humanos.

Não se encontra, nas civilizações orientais, a cólera como relação fundante das práticas de conhecimento. Essa é uma prerrogativa ocidental.

No pensamento budista e no taoísmo, a ira é tida como um equívoco, uma ilusão do desejo e é subtraída como percepção objetiva, constitutiva do saber sábio.

No Bhagavad-Gita, Krishna ordena o combate e a morte, mas não é a cólera a relação ordenadora: é apenas a observância a um dever, a um código a ser experienciado.

Aristóteles, ao contrário dos estóicos mais próximos da idéia oriental, assinala na *Ética a Nicómaco*, a ambigüidade da cólera enquanto qualidade irracional da paixão da ira, enquanto nobre indignação mobilizadora da justa medida (Aquiles , p. ex.).

Muito mais recentemente, Adam Smith, na *Teoria dos Sentimentos Morais* refere o domínio da ira como procedimento não menos generoso e nobre do que o domínio do medo, nexos principais da ira. No entanto, esse governo da ira e do medo apenas resultaria eficaz, quando não surgisse em seu lugar uma ira e um medo reprimidos ou deturpados.

Há que se distinguir, então, a ira virtuosa da ira viciosa.

A cólera virtuosa, enquanto paixão controlada, estaria justificada pela possibilidade de estabelecer direito de justiça *per si* ou pela procuração a um deus judaico-cristão. Nesse caso, a procuração teria o efeito da política do ressentimento nietzschiano.

A cólera no ocidente aparece como ordenadora da reflexão filosófica, bíblica, particularizando éticas, sistemas jurídicos, fronteiras nacionais e distinção de grupos culturais, cânones de formação (Shakespeare, Dante, Flaubert, Dickens,

---

Brecht, p.ex.) e psicologias fundadas no recalque (Reich, Freud). Ou seja, existe toda uma prática de conhecimento ocidental produzida pela poética fundadora da cólera. A ira da ignorância, de não saber de onde se vem, o que se é, para onde se vai, acarreta ambigüidade com grandeza trágica, freqüentemente aniquiladora.

Chesterton (1874-1936, disponível em <http://www.chesterton.org>) assinala que se algo no universo nos dá medo, é preciso que nos esforcemos contra e enfrentemos esse algo até desenterrá-lo e golpeá-lo de frente.

Nessa perspectiva, o paradoxo se estabelece quando se chama a atenção para o nexos da utilidade da ira, enquanto *paixão*, como condição de possibilidade da *razão* do conhecimento ocidental.

A cólera de não saber, da impossibilidade do estabelecimento de uma ontologia de racionalidade absolutamente estável, lógica e analítica, está ligada a toda uma produção de conhecimento fundado na vingança do ser por sua própria condição de impotência e mal-estar, de dissimulação do desgosto, concretizado pela metáfora satírica. Essa metáfora em suas diversas nuances, às vezes nem tanto colérica, mas sempre satírica, às vezes grosseira, às vezes sofisticada, traz consigo uma hiperbólica radicalidade de exasperação e, com sorte, às vezes comunica uma tresloucada visão, produzindo conhecimento onde antes não percebíamos sua possibilidade.

<sup>5</sup> Retórica, no dizer de Aristóteles, é a capacidade para descobrir o que é persuasivo, atrativo e verossímil. Parte de um inquérito, de uma investigação sobre os artifícios da articulação e ordenação do discurso (idéia e palavra) pelos quais os falantes ou agentes de outras linguagens, estruturam e reforçam as mensagens que emitem.

<sup>6</sup> Texto completo disponível em: <http://www.consciencia.org/antiga/gorelogiohumberto.shtml>.

<sup>7</sup> A título de ênfase na idéia recorrente que nos remete à eterna dúvida sobre nosso infortúnio, nos detemos um pouco numa outra Helena, não muito notória, a *Helena* de Machado de Assis, tida como obra *menor* do *primeiro* Machado. Se olharmos esse texto com o olhar que a crítica inglesa consagrou, podemos discordar de Rouanet (2004) que coloca Machado na tradição, *que se iniciou no século III a.C.* com o filósofo cínico Menipo de Gandara, prosseguiu, na Antigüidade, com Varrão, Sêneca e Luciano de Samósata, e continuou, na Renascença e no Barroco, com Erasmo de Rotterdam e Robert Burton, antes de chegar, no século XVIII, ao autor de *Tristram Shandy*. Essa filiação é anterior. Pois é em Górgias que essa tradição é inaugurada. E é com Helena, que muitos críticos associam a uma pré-Capitú, filha de um *Salvador* e de uma *Ângela*, portanto uma Helena de filiação *divina*, que Machado vai assinalar, em seu estilo, um certo Elogio, onde encontramos um jogo de disfarces, ambigüidades e interesses, operado no *status quo* vigente. Em Machado de Assis não há uma adesão total ao texto de outro autor. Ele faz um trabalho crítico em cima do texto de que se apropria, é um inter-texto, às vezes chamando a atenção, explicitamente, que vai se referenciar a outro texto. Mas ele o altera ou trunca. E tenta fazer com que esse texto sirva para o interesse da economia narrativa da obra. Não se sujeita ao texto, ele sujeita o outro texto à obra dele. Nesse sentido, a *Helena* de Machado é o próprio cavalo de Tróia do *status quo* da época. Se lido como um mero romance de época, palatável, acontece uma certa traição à inteligência narrativa de Machado. *Helena* é uma tragédia no sentido de que, no pensamento trágico, não há diferença entre o fora e o dentro do e no

---

humano. *Helena* é não é o que dizem que é. E é um Elogio porque guarda toda a estrutura narrativa gorgéana.

Chalhoub vai observar que:

"Um romance como *Helena* é muito mais complexo do que se pode suspeitar à primeira vista. Ela, por exemplo, quando quer conseguir algo de Estácio, trabalha a situação a fazer como se fosse desejo dele, Estácio, realizar precisamente aquilo que ela, *Helena*, espera que seja feito. Enfim, tudo muito sutil, indireto, dissimulado, como a própria literatura machadiana". (CHALHOUB, 2003, p. ...)

Acrescentaria: com toda a sedução que a *Helena* original era culpada por exercer.

Mas agora com uma inteligente sutileza, já que a beleza foi deslocada como atributo da mãe gaúcha de *Helena*, Ângela. Ainda mais, para Chalhoub, ler Machado

[. . .] exige do leitor que decodifique por si mesmo a maior parte dos trejeitos e gracejos que constituem a arte da resistência na rapariga e qualquer leitor do século 19 saberia observar essa aparência a contrapelo, e o bruxo certamente contava com esse olhar (CHALHOUB, 2003).

Assim:

"A história de Estácio e de *Helena*, antes que o drama choroso de um amor impossível, é a descrição do período de hegemonia incontestada da classe senhorial-escravista, cuja crise profunda o romancista vivenciara entre 1866 e 1871, e cujo desmanchar ele assistia com olhar investigativo na década de 1870" (CHALHOUB, 2003),

e lhe prestava uma espécie de secreto e mordaz Elogio.

<sup>8</sup> Obra de Goethe disponível em:

<<http://www.infojur.ufsc.br/aires/arquivos/Fausto%20-%20Goethe%20ebook%20literatura.htm>>

<sup>9</sup> TIRANO, aqui, significa a idéia editada nas Tragédias. Diz respeito ao líder na Grécia Antiga, que, *estranho* a casa real, é indicado pelos oráculos dos deuses para governar e, assim, re- tirar o anátema, a peste, a sêca, enfim o inimigo que afastou a graça dos deuses da Pólis. Exemplo da ambigüidade do tirano é o Édipo de Sófocles.

A palavra, para Górgias, conduziria a essa idéia de paradoxo e ambigüidade, uma vez que também ela é *estranha*: não é a coisa e é coisa, já que é do pensamento, da linguagem. Vem para re-tirar a dúvida do espírito, instaurar a verdade, convencer, mas o que realiza é suscitar mais e novas dúvidas ...

<sup>10</sup> O *Tratado do Não-Ser*, com inspiração na dialética eleática, teria sido escrito no curso da 74ª Olimpíada (444-441 a.C.), na informação dada por Olipodoro.

<sup>11</sup> Foucault teria dito que a ficção consiste não em fazer ver o invisível, mas em fazer ver até que ponto é invisível a invisibilidade do visível. É em Descartes (*Regulae ad Directionem Ingenii*, 1628-1629) que Foucault vai situar as idéias que melhor teriam configurado as possibilidades da *episteme* clássica da representação. E, em *Las Meninas* de Velazquez (1656), vai localizar uma espécie de autoproblematização do jogo da representação. Essa pintura oferece, sutilmente, as normas desse jogo. Assim, Velazquez teria esquematizado, ali, as linhas de força de um sistema epistêmico, onde aquilo em torno do qual gira a representação deve permanecer invisível. A perspectiva desse jogo apenas informa, no espelho, o lugar, a presença, o olhar dos reis. Como expectador, vejo o que está no espelho e quem está no espelho também me vê. Passo a estar assim, incluído no quadro. O que assegura o lugar que será, na *episteme*

---

seguinte - a moderna - ocupado pela figura do homem, do *sujeito*, como um dado acrescentado ao jogo da representação, que acaba por modificá-lo, tornando-o outro. O traço ‘simulacional’ de Velazquez se referiria a uma construção da idéia de representação, indiciada por um recurso característico da pintura barroca, ou seja o olhar enviesado que supõe uma espécie de surpresa, posto fora do tempo e do espaço. Esse olhar é o que produz, estabelece a cena. Assim, o elemento principal é apenas anunciado pela tela. Fica ausente, mas previsto, incluído pelo plano do espelho. A representação finalmente escapa da mimese aristotélica. Vai trafegar aí por uma dissociação da coisa e de si. Detalhe recente sobre a utilização do espelho na arte, disponível em <<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cadernob/2001/12/04/jorcab20011204020.html>>.

<sup>12</sup> Seria, talvez, por demais pretensioso afirmar que este é um estudo não sobre a leitura, mas de leitura, na companhia de sofistas. Até porque . nunca é demais lembrar . as categorias usuais para pensar a linguagem em sua qualidade informativa e comunicativa e em sua função %ficcionalizante+, prendem-se à tradição estabelecida pela filosofia platônico-aristotélica. Produzidos nesse discurso, tendemos a reproduzir %automaticamente+ seus pressupostos, mesmo quando pensamos estar sendo %originais+. Na melhor tradição da filosofia analítica, Copi e Cohen vão assinalar que

[ . . . ] a linguagem neutra é valiosa quando a verdade fatural é o nosso objetivo. Quando estamos tentando apreender o que realmente acontece, ou tentando seguir um argumento, as distrações podem ser frustrantes, e a emoção [ . . . ] uma distração perigosa capaz de anular a razão. (COPPI; COHEN, 1998)

Esta é, sem dúvida, uma %regra de ouro+do que chamo aqui de %hermenêutica da lógica analítica+sobre as possibilidades da %verdade+.

<sup>13</sup> Longe de qualquer insinuação inatista, tal comparação é apenas uma metáfora que elege uma das condições de possibilidade histórica que foi efetivamente realizada.

<sup>14</sup> Pseudônimo de José Maria dos Reis Pereira (1901-1969). Trecho dos poemas *Cântico Negro* e *Do Silêncio*.

<sup>15</sup> As expressões são de Ivan Illich (1995), para quem, numa sociedade letrada, todos, sem exceção, são leitores, mesmo os que não adquiriram a leitura %lerical+ da escola.

<sup>16</sup> Harvey Graff (1990) foi um dos primeiros estudiosos do alfabetismo a questionar as conseqüências desenvolvimentistas de sua escolarização, e a sugerir que uma investigação empírica sobre leitura é o que forneceria subsídios sérios ao estudo do alfabetismo.

<sup>17</sup> Em 23 de abril de 2003, o jornal *Folha de São Paulo* noticiou que o Ministério da Educação usará, neste ano, os agentes comunitários de saúde como %AGENTES DE LEITURA+, para ampliar a abrangência do projeto de alfabetização do atual governo. A medida foi anunciada pelos ministros da Educação e da Saúde. Foi divulgado, ainda, que o ministro da Educação deseja incluir livros na cesta básica de alimentos, ainda que, segundo o jornal, não tenha explicado como pretende fazer isso.

<sup>18</sup> %Sem consumo, o objeto não se completa como produto [ . . . ]. A produção, portanto, é algo além e distinto de uma lógica prática da eficiência material. É uma intenção cultural. O processo material da existência física é organizado como processo social dotado de significado [ . . . ]. Se foi Saussure quem previu o

---

desenvolvimento de uma semiologia geral dedicada ao papel dos signos na vida social, foi Marx quem forneceu a *mise-en-scène*. Ao situar a sociedade na história e a produção na sociedade, Marx delineou a problemática de uma ciência antropológica ainda não nascida. Na pergunta que ele propôs está contida sua própria resposta, na medida em que tal pergunta é a definição do próprio símbolo. Como podemos explicar um modo de existência de pessoas e coisas que não pode ser reconhecido na natureza física de qualquer das duas? Vimos que Marx, no entanto, reservou a qualidade simbólica para o objeto em sua forma-mercadoria (fetichismo). Presumindo que os valores de uso atendem, visivelmente, necessidades humanas . em virtude de suas propriedades evidentes . , ele abandonou as relações significativas entre homens e objetos, essenciais à compreensão da produção em qualquer forma histórica. Marx deixou a pergunta sem resposta:

Quanto ao sistema de necessidades e ao sistema de trabalho, até que ponto deve-se lidar com isso? Com o objetivo de esboçar uma resposta que ofereça uma explicação cultural da produção, é crucial observar que o significado social de um objeto, aquele que o torna útil para uma certa categoria de pessoas, não é mais aparente em suas propriedades físicas do que pelo valor que pode ser atribuído a ele na troca. O valor de uso é não menos simbólico nem menos arbitrários do que o valor-mercadoria. A utilidade não é uma qualidade do objeto, mas uma significância das qualidades objetivas. (SAHLINS, 2004, p. 182-183)

<sup>19</sup> "*Le monde est fait pour aboutir à un beau livre*" (O mundo é feito para acabar num belo livro) . Entrevista realizada por Jules Huret, em 1891 para *L'Echo de Paris*. Em *Magazine Littéraire*, Paris, n. 96, jan. 1975. Disponível em: <[http://www.magazine-litteraire.com/archives/ar\\_malla.htm](http://www.magazine-litteraire.com/archives/ar_malla.htm)>.

Também citado como epigrama por Jorge Luis Borges . *Discusión* (1932), obra publicada sob o pseudônimo de Francisco Bustos.

<sup>20</sup> De acordo com Hobsbawn,

A globalização não é o produto de uma única ação [ . . . ]. É um processo histórico que sem dúvida acelerou muito nos últimos dez anos, mas que consiste numa permanente transformação. Não está claro quando poderemos dizer que chegamos a um ponto de chegada definitivo, ou qual vai ser o momento em que o processo estará completo. Sobretudo porque a essência deste processo é uma extensão da atividade através de um planeta que é, pela sua própria natureza, vário: do ponto de vista geográfico, histórico, climático. Esta realidade impõe certos limites à unificação de todo o planeta. Além disso, a globalização não opera em todos os campos da ação humana da mesma forma. [ . . . ] Por isso, seria um erro dizer que é um fenômeno sem obstáculos [ . . . ]. Antes de mais, penso que não se pode identificar a globalização só com a criação de uma economia global, ainda que esta seja o seu centro e o seu aspecto mais evidente. Temos de olhar além da economia. A globalização baseia-se em primeiro lugar na eliminação de aspectos técnicos, mais do que econômicos, que constituem o seu pressuposto: a distância e o tempo. [ . . . ]. O processo de globalização é sem dúvida irreversível e, em alguns aspectos, independente daquilo que os Governos fazem. Mas outra coisa é a ideologia baseada na globalização, a ideologia do *free market*, o neoliberalismo, o que também foi chamado fundamentalismo do livre mercado. Esta ideologia baseia-se na convicção de que o livre mercado maximiza o crescimento e a riqueza do mundo e produz uma distribuição ótima do aumento. Todas as tentativas de regular e de controlar o mercado devem dar resultados negativos, pois reduzem a acumulação do lucro

---

capitalista, e logo impedem a maximização da taxa de crescimento. [ . . . ].  
(HOBSBAWN, 2000, p. 58-65)

- <sup>21</sup> Dados coletados por Cristina Betioli Ribeiro, como parte de pesquisa desenvolvida no interior do projeto *Memória de Leitura* (IEL-UNICAMP), com financiamento do CNPq. As fontes de dados citadas a seguir são as listadas nesse trabalho.
- <sup>22</sup> Fonte: CERLALC . Centro Regional para o Livro na América Latina e Caribe/UNESCO; CBL . Câmara Brasileira do Livro e ABIGRAF . Associação Brasileira da Indústria Gráfica.
- <sup>23</sup> Fonte: idem a anterior.
- <sup>24</sup> Fonte: ANER . Associação Nacional dos Editores de Revistas.
- <sup>25</sup> Fonte: Mira, 2001.
- <sup>26</sup> Fonte: Instituto Verificador de Circulação a partir das Informações Juradas dos Editores.
- <sup>27</sup> Fonte: Souza, 1995.
- <sup>28</sup> Fonte: Idem a anterior.
- <sup>29</sup> Fonte: IEL-UNICAMP.
- <sup>30</sup> Câmara Brasileira do Livro, 2001, p. .
- <sup>31</sup> Em 16 de julho de 2004, o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre dá notícias sobre os "analfabetos" abandonando a campanha:

O promotor de Justiça de São José do Norte, Everton Menezes, encaminhou ontem à juíza eleitoral Dóris Müller Klug pedido de impugnação de 21 registros de candidatos a vereador no município, com base em **suspeita de analfabetismo**. Comprovações de escolaridade apresentados por esses candidatos, de diferentes partidos, deixam dúvidas de que realmente saibam ler e escrever - são antigos e atestam que cursaram a 1ª ou até a 2ª série do 1º Grau na década de 50, o que levou o promotor a questionar se aprenderam a ler e escrever, ou se voltaram a ter contato com a leitura. Menezes solicitou à juíza que eles sejam submetidos a uma prova de leitura e ditado. (CORREIO DO POVO, 16 jul. 2004, p.3, grifo do autor).

Isto, no estado mais alfabetizado do país, segundo a UNESCO, numa região distante cerca de 30km de uma universidade federal (Fundação Universidade Federal do Rio Grande . FURG).

- <sup>32</sup> Segundo a Agência Folha, apenas em São Paulo, maior colégio eleitoral do Brasil, 1.521 candidatos às eleições municipais marcaram no cadastro eleitoral a opção "lê e escreve" para determinar seu nível de escolaridade. Desses, 17 disputam vaga de prefeito e terão de se submeter a uma prova para comprovar que são alfabetizados.

Segundo o TRE (Tribunal Regional Eleitoral), não há um critério único para as provas. A avaliação pode ser por meio de redação, leitura oral, ditado ou interpretação de texto. Para o TRE, o fato do candidato ter marcado a opção "lê e escreve" não o obriga a fazer a prova. Isso só ocorre se o juiz ver **indícios** de que ele seja analfabeto.

No Ceará, 15 municípios já aplicaram provas. O resultado é que cerca de 70 candidatos foram reprovados, sendo que 30 deles já são ou foram vereadores.

O grau de dificuldade das provas também é questionado pela UVB (União de Vereadores do Brasil). Em Frecheirinha, cidade com 7.379 eleitores, a 286 km de Fortaleza, o promotor incluiu, no ditado, um trecho de um texto de Carlos Drummond de Andrade: "As perguntas serviram só para aferir se o candidato tinha condições mínimas de assumir um cargo na Câmara e representar bem seus

---

eleitores." Além de fazer o ditado, o candidato tinha ainda que escrever nomes de ruas do município, de pessoas e números.

Em Aquiraz, cidade com 35.792 eleitores, a 15 km de Fortaleza, apenas três responderam tudo. Os candidatos tiveram que colocar o alfabeto em ordem, enumerar quais eram as vogais e classificar em ordem alfabética algumas palavras, como sogra, casa e rua.

"Fui professor por 12 anos e sei que qualquer criança da pré-escola conseguiria fazer essa prova", disse o promotor Francisco Marinho, que aplicou o teste em Aquiraz. O temor de ser publicamente chamado de analfabeto fez com que três candidatos desistissem da campanha. Compareceram 28, e 10 foram reprovados.

O uso, na prova, de algumas palavras não muito comuns no dia-a-dia assustou os candidatos de Tabuleiro do Norte, cidade com 21.299 eleitores, a 213 km de Fortaleza. Dos 20 inscritos, 9 não conseguiram responder nada. A explicação é que as palavras "epílogo" e "prólogo", que apareciam no teste, eram desconhecidas.

"É constitucional que o analfabeto não possa ser candidato, mas é arbitrário definir isso sem nenhum critério", disse o advogado da UVB. O juiz eleitoral Amidh Charaf Bdine, de Piracicaba (SP), diz que alguns juízes podem optar por aplicar uma prova geral em todos os candidatos, mesmo nos que declarem ter um nível de escolaridade maior.

Em São José dos Campos (SP), com 321.931 eleitores, a chefe do cartório eleitoral, Laura Kawai, diz que 56 candidatos a vereador fizeram prova. Cinco foram reprovados, mas recorreram.

A *Folha Online*, do Rio de Janeiro, observa que com apuração parcial, o TRE anunciou a impugnação de 143 candidaturas no Estado. Do total, três são referentes a condenações criminais. No mesmo texto observamos uma incômoda vizinhança do precário alfabetismo de nossos candidatos com o Código Penal.

Segundo o Presidente do Tribunal, Marcus Faver, o número de candidatos impedidos de disputar as eleições em razão de condenações criminais deve chegar a 20. No resultado preliminar, dez candidatos apresentaram contas irregulares, 49 tiveram problemas de dupla filiação partidária ou de ausência de filiação e 21 foram impugnados por analfabetismo.

A divulgação dos nomes dos candidatos incapacitados de concorrer, por serem analfabetos ou por terem cometido crimes, cria problemas de "elegância" e, suprema ironia, "analfabetos" não contam com a deferência legal de "inocência presumível", ou seja, até que a última instância de justiça se pronuncie.

Segundo o presidente do TRE, "[ . . . ] **seria uma deselegância profunda do Tribunal divulgar lista de candidatos analfabetos**".

Entre os crimes cometidos por alguns dos candidatos, Faver destacou homicídio, estelionato, estupro e peculato. Marcus Faver fez críticas à Lei das Inelegibilidades, que só prevê impugnação depois de esgotadas todas as possibilidades de recurso. A avaliação permite que candidatos que ainda não foram condenados, mas que respondem a processos possam continuar na disputa. Os "analfabetos", elegantemente, não terão essa prerrogativa. Para o presidente do TRE, a impugnação de uma candidatura deve ser baseada em critério de moralidade.

O Tribunal Superior Eleitoral já havia se manifestado de forma contrária ao critério utilizado para selecionar os candidatos incapazes de disputar as eleições. A decisão do TRE não tem caráter definitivo. Os candidatos podem recorrer ao TSE .

---

Em caráter ilustrativo e "pedagógico", vale a pena observar o documento, que detalha um exemplo de recurso de candidato "analfabeto" (RECURSO ESPECIAL ELEITORAL 9406/2004 , 19/08/2004).

Ivan Lira de Carvalho, professor da UFRN, juiz federal e do TRE/RN em texto de 2000, buscou conferir uma certa dignidade inocente e selvagem ao "analfabeto" nacional, lançando mão da clássica perspectiva iluminista em relação ao tema. É interessante nos determos um pouco em seu discurso, uma vez que é emblemático de grande parte do senso dominante na miscelânea jurídica nacional.

Diz o autor:

Tenho acompanhado, com perplexidade, uma espécie de cruzada elitista que desfraldou bandeiras durante o presente processo eleitoral, caçando postulantes a cargos eletivos portadores de baixa escolaridade, a estes apontando o epíteto depreciativo de analfabeto. Num país onde faltam escolas e onde as crianças são destas arrancadas para lavourar ou trabalhar em carvoarias, é bem comum a escravidão do analfabetismo. E quando alguém alcança a luz das letras incipientes, deveria ser louvado e elogiado, e não ser perseguido para que não exerça uma porção da sua cidadania, que é justamente a exposição ao julgamento popular, via voto.

Sem qualquer menoscabo ao homem que aqui vive, mas considerando que a eleição que se controverte não ocorrerá em um Cantão da Suíça, mas sim no interior do Nordeste brasileiro, acho que seria exigir muito de alguém que quer representar o seu povo um escoreito domínio da língua pátria. O que o pretendente a candidato diz saber e o que o seu impugnante quase nunca consegue provar são bases mais do que jurídicas para o deferimento do registro.

Sim, porque apesar de a maioria das impugnações manejar, com destreza, o adjetivo de apedeuta, geralmente nada provam nesse sentido. E aí? Haveria a odiosa inversão do *onus probandi*? Onde ficaria o milenar princípio de que quem acusa tem o dever de provar, salvo honrosas e não aqui cabíveis exceções? Aliás, acho até que não provam porque é difícilima uma definição laica do que é "analfabeto", imagine dar color jurídico a essa assertiva!

Só para fazer um teste, saí a perguntar, a pessoas que labutam fora do círculo das profissões jurídicas, o que é ser analfabeto? Quando, em conversa amistosa, dirigi a indagação a Vicente Serejo, professor, jornalista, escritor e membro da Academia Norte-Riograndense de Letras, recebi deste, ao invés de uma resposta, um outro questionamento: Será um ágrafo? esclarecendo que este é o qualificativo de quem não escreve e confessando as suas limitações em atender ao que eu investigava.

Além da crua realidade nordestina, ingrediente ideológico que graças a Deus continuo a inserir nas minhas reflexões e nos meus julgados, lembro, para mim e para os que divergem do meu pensamento, que Jean Jacques Rousseau, aquele mesmo que brindou a humanidade com *Do Contrato Social* foi analfabeto até os trinta anos de idade e somente aos trinta e cinco começou a escrever, conforme atesta Graça Aranha em *A Estética da Vida* (CARVALHO, 2000, P.194)

<sup>33</sup> Em 1994, a introdução do Real foi a maior substituição de dinheiro já realizada no mundo em um único país. Pela grandeza e complexidade de procedimentos esse evento perde apenas para a mudança do Euro que, por sua vez, só encontra paralelo no Denaro do Império Romano (séc. V), cunhado no templo da padroeira de Roma, Juno Moneta. Lá onde as práticas de troca cunharam os léxicos dinheiro e moeda.

No dia 1º de julho de 1994, 2.750 cruzeiros reais passaram a valer 1 real. O Banco Central recolheu e incinerou 3,4 bilhões de cédulas de cruzeiro real. Encomendou 1,5 bilhão de cédulas de real, que valiam 27 bilhões de dólares



---

(90% fabricadas na Casa da Moeda, do Rio de Janeiro, e 10% impressas em 4 países). Também foram distribuídos 900 milhões de moedas, que pesavam 2 mil toneladas. A mudança custou aos cofres do governo 10 milhões de dólares incluindo aí, programas de informação e ampla divulgação. Segundo os comunicados do Banco Central do Brasil, apesar da magnitude do evento, nenhum sistema de troca, varejo, atacado ou financeiro, sofreu problema de continuidade, do lapóque ao Chuí.

<sup>34</sup> Fonte: *City Journal*, summer 2003. <[www.city-journal.org](http://www.city-journal.org)> Tradução minha.

<sup>35</sup> Tradução minha. Esta publicação está disponível online em <[www.arts.gov](http://www.arts.gov)> , *The Website of the National Endowment for the Arts*.

<sup>36</sup> UnescoPresse 2003-36 1;N° 2003-36-2; N° 2003-36-3.

<sup>37</sup> Esta nova publicação foi apresentada em uma entrevista para a imprensa no UM Information Centre, em Londres, em 1º de julho de 2003, pelo Diretor Geral Adjunto John Daniel e por Andreas Schleicher, Chefe da Divisão de Análise e Indicadores Educacionais da OCDE.

<sup>38</sup> Na avaliação de escolas públicas inglesas, meninas têm desempenho igual ou, inclusive, maior do que os meninos, em matemática, quando as turmas são separadas por gênero.

<sup>39</sup> Estados-membros da OCDE: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Coréia, Luxemburgo, México, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, República Slovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos.

<sup>40</sup> Fonte: O Estado de São Paulo, 28 mar. 1999.

<sup>41</sup> A tese de Harold Bloom aponta como centro do cânone literário, William Shakespeare. *The Western Canon - The books and school of the ages* (1994), de Harold Bloom, defende a idéia segundo a qual o autor de Macbeth é o elemento fundamental da tradição literária, agrupando em seu entorno : Dante, Chaucer, Cervantes, Montaigne e Molière, Milton, Samuel Johnson, Goethe, Wordsworth e Jane Austen, Whitman, Emily Dickinson, Dickens e George Eliot, Tolstoi, Ibsen, Freud, Proust, Joyce, Woolf, Kafka, Borges, Neruda, Pessoa e Beckett.

Essa canonização, ancorada toda ela no gosto literário e, em sua maioria, na língua do autor, sugere desde logo que a posição bloomiana possui tanto de corajoso como de refutável. No capítulo intitulado "Shakespeare, Center of the Canon", Bloom justifica essa superioridade com a tirada: "Shakespeare and Dante are the center of the Canon because they excel all other Western writers in cognitive acuity, linguistic energy, and power of invention."(BLOOM, H., 1995, p. 46)

Harold Bloom é professor de Humanidades na Universidade de Yale e professor de Inglês na Universidade de Nova Iorque. Entrevista disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT479197-1666,00.html>>.

Outro Bloom, o Alan, de *A Cultura Inculta* (1988), também explora a idéia dos cânones como responsáveis pela "qualidade da civilização". De forma diversa dos Blooms, Ítalo Calvino definiu assim a justificativa para a leitura dos clássicos: "Os clássicos são aqueles livros que chegaram até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa, e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram."(CALVINO, 2002) Ainda mais, em *Por que Ler os Clássicos* (2002) sugere que é clássico aquele texto relativamente ao qual, generalizadamente, se admite reler, mas não simplesmente ler. Em 1984,

---

Calvino delineou **seis propostas para** a obra literária alcançar sucesso e seduzir o leitor, no **terceiro milênio (1997)**. Ele defende que o texto capaz de exercer sedução sobre o leitor, deveria atender a seis princípios: *leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade e consistência*. Ou seja, o ideal de toda *page* que se preze. A sexta proposta de Calvino, a *consistência*, não foi desenvolvida, porque o autor faleceu antes de concluir o trabalho. Luis Fernando Veríssimo cita George Steiner a propósito da relevância de quem não escreveu e *virou*+cânone. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/recorte49.htm>>.

<sup>42</sup> Essa *lista*+ não pretende servir de *resumo*+ das concepções desses autores a respeito do tema. Possui a intenção apenas de sinalizar alguns trajetos, não todos, por eles percorridos e já amplamente resumidos e criticados na academia brasileira.

<sup>43</sup> Bergson (1999, p. 117). Nada mais interessante, sob esse aspecto, que as engenhosas experiências de Goldscheider e Müller sobre o mecanismo da leitura. Contra Grashey, que havia sustentado num estudo célebre, que lemos as palavras letra por letra, esses pesquisadores estabeleceram que a leitura corrente é um verdadeiro trabalho de adivinhação, nosso espírito colhendo aqui e ali alguns traços característicos e preenchendo todo intervalo com lembranças-imagens que, projetadas sobre o papel, substituem-se aos caracteres realmente impressos e nos dão sua ilusão. Assim, criamos ou reconstruímos a todo instante. Nossa percepção distinta é verdadeiramente comparável a um círculo fechado, onde a imagem-percepção dirigida ao espírito e a imagem-lembrança lançada no espaço correriam uma atrás da outra.

<sup>44</sup> Nenhum problema com isso, desde que não se parta do princípio que *alinhava*+ terá de ficar sem as suas letras para aprender outras mais eficazes.

<sup>45</sup> Foucault:

Se interpretar fosse focalizar lentamente uma significação oculta na origem, apenas a metafísica poderia interpretar o devir da humanidade. Mas se interpretar é apoderar-se, pela violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si a significação essencial e impor-lhe uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história: história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, história dos conceitos de liberdade ou da vida ascética, como emergência de diferentes interpretações. Trata-se de fazê-las surgir como acontecimentos no teatro dos procedimentos. (FOUCAULT, 2000, p. 270).

<sup>46</sup> "*Blow-Up*" (1966) Dados disponíveis em: <<http://www.imdb.com/title/tt0060176/>>. Filme de Michelangelo Antonioni, tornou-se um clássico da técnica de desnoiteamento e *paranóia*+. *Blow Up* ocorre em Londres do final dos anos sessenta. David Hemmings é Thomas, um célebre fotógrafo veterano. Nada viu, apesar de ter assistido a tudo. As ampliações das fotografias que tirou de um casal namorando num parque, revelam um assassinio em curso. Ou não. É a história de um enigma do que vai se ver, do que não se vai conseguir ver, e do que o fotógrafo imprimiu no filme.

<sup>47</sup> Marcel Mauss (1872-1950), sociólogo e antropólogo, sobrinho de Émile Durkheim, buscou distinguir uma ciência propriamente social. Ciência distinta, por exemplo, da psicologia cujos objetos são as representações individuais, enquanto que na ciência social os objetos são as representações coletivas de caráter autônomo e inconsciente ao próprio indivíduo que as tem em sua consciência.

---

<sup>48</sup> Foucault:

Que o pensado forme o pensamento implica, pelo contrário, uma dupla dissociação: a de um sujeito central e fundador, ao qual ocorreriam, de uma vez por todas, os acontecimentos, enquanto ele desdobraria em torno dele significações; e a de um objeto, que seria o foco e o lugar de convergência das formas que se reconhecem e dos atributos que se afirmam. (FOUCAULT, 2000, p. 240)

<sup>49</sup> Foucault:

Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento nunca será, portanto, partir em busca da sua origem negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, deter-se nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa em sua derrisória maldade; esperar para vê-los surgir, máscaras finalmente retiradas, com o rosto do outro; não ter pudor de ir buscá-los lá onde eles estão, escavando as profundezas e dar-lhes tempo para retornarem do labirinto onde nenhuma verdade jamais os manteve sob sua proteção. [ . . . ]. (FOUCAULT, 2000, p. 264).

<sup>50</sup> Curioso lembrar que *iceberg* é água em estado sólido que se desprende de geleiras e flutua em água líquida. Mas não são exatamente, a mesma espécie de água. Uma é doce, provém de chuvas e neves. A outra é salgada... O que permite uma flutuar sobre a outra é a diferença.

<sup>51</sup> A tese do autor diz que

[ . . . ] é apenas marginalmente que os meios literários, epistolares e humanistas servem às grandes sociedades modernas para a produção de suas sínteses políticas e culturais. [ . . . ] Nesse meio tempo, novos meios de telecomunicação político-cultural assumiram a liderança, reduzindo a uma modesta medida o esquema das amizades nascidas da escrita. A era do humanismo moderno como modelo de escola e de formação terminou porque não se sustenta mais a ilusão de que grandes estruturas políticas e econômicas possam ser organizadas segundo o amigável modelo da sociedade literária. (SLOTERDIJK, 2000, p. 14-15)

<sup>52</sup> Ver Trilogia: *Matrix* (1999), *The Reloaded* (2003), *Matrix Revolution* (2003). Site Oficial: <<http://whatisthematrix.warnerbros.com>>: [a metáfora do *mainframe*] o Arquiteto anuncia que surgirá o escolhido, quando Zion crescer, apresentando perigo para a *Matrix*. Ele possuirá como objetivo, chegar ao *Mainframe*, reiniciar a *matrix* e reconstruir Zion. O primeiro *Matrix* revelá-va-nos um mundo onde a verdade que todos aceitavam era apenas uma ilusão projetada por um computador, que utilizava os seres humanos como baterias alimentadoras. O mundo real era um deserto dantesco, onde alguns humanos vagueavam para sobreviver. Mas alguns conheciam a "verdade", fora da *Matrix*. O herói, Neo, é uma espécie de Messias que irá libertar a humanidade e fazê-la ver a verdade. O filme passeia pelas filosofias orientais, Protopéctico de Aristóteles, David Hume, Nietzsche e, no fim, há um discurso lógico-matemático-filosófico-informático, a la Leibniz. O que é a verdade, até que ponto a desejamos, e será que podemos viver sem ela? Podem os humanos serem de fato livres? É afinal tudo pré-determinado pela programação da matriz ou o fator humano pode vencer a frieza lógica das máquinas? O que liberta afinal? A capacidade de escolha? Embora a dissolução das fronteiras entre simulação e realidade ocorresse de maneira fascinante nas novelas de Gibson, vários filmes trataram da questão: *Videodrome* (1982) e *Existência* (1999)), de David Cronenberg e Wachowski Bruedern, respectivamente.

<sup>53</sup> Texto disponível em : <<http://www.escriitoriodolivro.org.br/leitura/steiner.html>>.

<sup>54</sup> Veyne:

---

Em resumo, em uma certa época, o conjunto de práticas engendra, sobre tal ponto material, um rosto histórico singular em que acreditamos reconhecer o que chamamos, com uma palavra vaga, ciência histórica ou, ainda, religião; mas, em uma outra época, será um rosto particular muito diferente que se formará no mesmo ponto e, inversamente, sobre um novo ponto se formará um rosto vagamente semelhante ao precedente. Tal é o sentido da negação dos objetos naturais: não há, através do tempo, evolução ou modificação de um mesmo objeto que brotasse sempre no mesmo lugar. Caleidoscópio e não viveiro de plantas. [ . . . ] Um falso objeto natural, como a religião ou uma determinada religião, agrega elementos muito diferentes (ritualismo, livros sagrados, secularização, emoções diversas, etc.) que, em outras épocas, serão ventilados em práticas muito diferentes e objetivados por elas sob fisionomias muito diferentes. Como diria Deleuze, as árvores não existem: só existem rizomas. (VEYNE, 1998, p. 268-269)

<sup>55</sup> Segundo Brian Street,

[ . . . ] a verdadeira escrita é definida não como a representação das coisas, mas como a representação dos sons. Isto exclui, assim, os pictogramas, as marcas semióticas de várias espécies, os silabários e até o alfabeto Semítico, que estão próximos à escrita verdadeira mas carecem de representação para os sons das vogais e, portanto, apelam para um conhecimento externo do leitor. O alfabeto vocálico foi uma vantagem vital para resolver o problema técnico de representar sons graficamente, porque ele não precisa de informação extra-textual para o leitor decodificar os signos. Estava, assim, mais separado da vida, ao analisar os sons abstratamente nos seus componentes puramente espaciais. É deste ponto de vista que o argumento de Ong desloca-se de uma análise aparentemente técnica da natureza do sistema da escrita para uma análise social e histórica da natureza da mentalidade humana. De acordo com Ong (e autores similares como Goody e Olson, discutidos mais detidamente em outro lugar desse volume), a alfabetização num tal sistema de escrita capacita, facilita, suporta etc., a passagem de uma mentalidade pré-lógica para uma mentalidade lógica a distinção entre mito e história, o crescimento da ciência, a objetividade, o pensamento crítico e a abstração. É nessas suposições que as reivindicações em relação à superioridade Ocidental estão fundadas. Quaisquer análises lingüísticas meticulosas podem ser embutidas nesse relato da escrita e da oralidade; elas são popularmente desenvolvidas em termos políticos e ideológicos que supõem o poder de definir e modelar o próprio mundo. (STREET, 1995, p. 154-155, tradução minha)

<sup>56</sup> *Estabelecendo o Texto: a institucionalização do conhecimento por meio das formas históricas e filosóficas de argumentação* de Ken Morrison (1995) foi publicado originalmente no *The Canadian Journal of Sociology*, em 1987 e foi incluído, em 1990, na publicação francesa que tem o sugestivo título *Façons d'Écrire, Façons de Penser* (Modos de Escrever, Modos de Pensar), das Éditions Gallimard.

<sup>57</sup> Sloterdijk comenta essas separações de uma forma muito original:

[ . . . ] Faz parte das regras do jogo da cultura escrita que os remetentes não possam antever seus reais destinatários; não obstante, os autores lançam-se à aventura de pôr suas cartas a caminho de amigos não-identificados. Sem a inscrição da filosofia grega em rolos escritos transportáveis, as mensagens de longa distância a que chamamos de tradição jamais poderiam ser remetidas; mas sem os leitores gregos que se puseram à disposição dos romanos como ajudantes para a decifração das cartas da Grécia, mesmo esses romanos não teriam sido capazes de estabelecer amizade com os remetentes daqueles escritos. A amizade que se dá à distância precisa, portanto, de ambos . das próprias cartas e de seus propagadores ou intérpretes. (SLOTERDIJK, 2000, p. 8)

---

<sup>58</sup> Sloterdijk:

Para o Velho Mundo, e mesmo até a véspera dos modernos Estados Nacionais, saber ler significava de fato algo como a participação em uma elite cercada de mistérios [ . . . ]: para quem saber ler e escrever, outras coisas impossíveis serão igualmente fáceis. (SLOTERDIJK, 2000, p. 10-11)

<sup>59</sup> Zélia Ramozzi-Chiarottino (1988) expressou este *handicap* negativo em termos piagetianos, afirmando que os analfabetos, por não dominarem a escrita, não chegam ao pensamento formal. Várias outras correntes pedagógicas compactuam com essa visão. A *pedagogia libertadora*, por exemplo, atribui-lhes uma *consciência ingênua* que, para se tornar *crítica*, precisa dominar a leitura e a escrita. E as sucessivas campanhas de alfabetização do MEC, inclusive a atual, repetem esse jargão.

<sup>60</sup> Reiterando um dos pressupostos desse trabalho, é preciso lembrar que nossa forma de compreender, prever, planejar o incerto é *inventar* e inventariar possíveis arqueologias de *probabilidades*, não apenas em relação ao futuro mas, principalmente no que diz respeito ao passado, incluindo aí, ou não, nossa presença. Se nos produzimos historicamente, não podemos, não possuímos condições de possibilidades para precisar objetivamente um passado. Isso, pelo simples fato que, ao menos na *formatação* atual, nunca estivemos lá, ou não estamos mais lá. Ao menos, para certa idéia de sanidade, é bom que *aconteça* assim. Vide a biografia de Höelderlin, que se imaginando um grego contemporâneo de *Ulisses*, se emaranhou na busca da significação original da língua grega. Isso tudo como estratégia de pertencimento capaz de garantir certa previsibilidade de onde viemos e para onde vamos.

<sup>61</sup> Ironicamente outro autor, Alan Grant (2002) escreveu *The Stone King* (O Rei da Pedra), baseando-se na idéia de Jaynes. A história sobre um xamã de 5.000 anos, do período neolítico, que decide fazer retornar o mundo atual à pré-história, com assassinatos em massa. Parece que *a evolução cerebral* não fez muita diferença no mundo que o xamã encontrou 5 mil anos depois.

<sup>62</sup> O termo *tradução* significa em latim, dar, fazer transitar, ensinar, contar no sentido de *trair* (CRETELLA JUNIOR; CINTRA, 1956).

<sup>63</sup> Jaynes (1990) diz ainda que o hipnotismo, certas manifestações esquizofrênicas, a linguagem poética e mesmo certos êxtases religiosos, seriam uma espécie de retorno àquela mentalidade bicameral antiga.

<sup>64</sup> Isto permite ao autor afirmar que *embora* nosso sistema de escrita siga o modelo alfabético grego, nossas convenções textuais inscrevem-se em uma história que não é grega (MORRISON, 1995, p. 146).

<sup>65</sup> Herrenschildt (1995) afirma que *a escrita* torna a linguagem visível. Mas foi a página que tornou o texto visível.

<sup>66</sup> Segundo Turner (*apud* MORRISON, 1995), o sistema de escrita dos gregos era, em grande parte, *instável*, por falta de normas textuais fixas.

<sup>67</sup> Em *A Ordem dos Livros*, Roger Chartier (1997) se propõe mostrar como os homens do Ocidente, entre o fim da Idade Média e o século XVIII, tentaram dominar os inúmeros textos que o livro manuscrito e, depois, impresso, puseram a circular, fazendo o recenseamento dos títulos, classificando as obras, atribuindo autores aos textos, operações através das quais se tornava possível a ordenação do mundo da escrita.

<sup>68</sup> Segundo Alan Kay,

[ . . . ] a proposta de McLuhan [era] que a prensa tipográfica foi a força dominante que transformou a hermenêutica da Idade Média na nossa

---

sociedade científica... A prensa não promoveu isso apenas tornando os livros mais acessíveis, ela o fez transformando os padrões de pensamento dos que aprenderam a ler. (KAY, 1990, *apud* JOHNSON, 2001, p. 41)

<sup>69</sup> Já nos primórdios da imprensa, edições de Atlas e mapas celestes foram progressivamente ampliadas (EISENSTEIN, 1998, p. 284).

<sup>70</sup> A partir daí, toda a discussão sobre o seu formato perdeu o sentido. Roger Chartier diz que

[ . . . ] desde a época de Rembrandt, colocava-se a questão se a Bíblia podia ser publicada em pequeno formato. A sacralização do texto, dizia-se, não podia resistir à indignidade do pequeno formato. Ela de fato resistiu à passagem do rolo ao códex, ao abandono do in-fólio e, sem dúvida, resistirá à passagem para o texto eletrônico. (CHARTIER, 1998, p. 88)

<sup>71</sup> Em *Gramatologia*, Derrida (1999) equaciona a cultura %do livro+ como sendo baseada no logocentrismo, na existência de um autor e de um significado pré-existentes à estrutura do texto, que estaria além de escrutínios e desafios, e em cujo ponto central de significado se encontraria Deus, o Homem, a Imaginação, ou qualquer outro nome que reflita (com letra maiúscula) a necessidade transcendental de sentido.

<sup>72</sup> É isto que leva McLuhan (1969) afirmar que %o meio é a mensagem+.

<sup>73</sup> Noel Rosa, em %Feitio de Oração+, que inicia com o seguinte verso: %Quem acha vive se perdendo [ . . . ]+

<sup>74</sup> Segundo Benveniste (1989), em toda língua vamos observar um ordenação lingüística que é produto e traz consigo a noção de tempo, uma vez que a temporalidade é uma espécie de %mainframe+ do pensamento, individualizando passado, futuro, intercalado, seguido, sobreposto por um presente sempre presente. As principais teorias do texto e do discurso vão se referir à questão da temporalidade. Nas análises de discurso, cada lingüista vai dizer a questão do tempo a partir de arranjos explícitos ou implícitos, de uma forma ou de outra, levando em conta relações com os tópicos de suas abordagens.

<sup>75</sup> Em Steiner (1978), observamos que a ontologia heideggeriana salienta a importância do cuidado enquanto %zele+, %preocupação+, (%sorge+ em alemão) o que possibilitaria a existência autêntica do ser humano, já que comprometida com seu ser-no-mundo. Entretanto, tal cuidado, estaria mais ligado às possibilidades mais próximas do ser humano em realizar coisas e ocupar-se de seu cotidiano, preocupar-se com os seus pertences e atividades. Uma segunda forma de cuidado, de acordo com Heidegger, se refere à solicitude que seria o relacionar-se com alguém, com um outro, de maneira envolvente e significativa, tendo como pressupostos a consideração e a paciência para com o existir do outro.

<sup>76</sup> Dialética, em Platão, é o processo pelo qual a alma se eleva, por etapas, das aparências sensíveis às realidades inteligíveis ou idéias ( no sentido de dialogar); em Aristóteles é a dedução feita a partir de premissas apenas prováveis em oposição ao silogismo científico; em Hegel é o movimento racional que nos permite superar uma contradição; em Marx & Engels é o método do materialismo e processo do movimento histórico, que considera a natureza como um todo coerente, em que os fenômenos se condicionam reciprocamente, e como sede das contradições internas.

<sup>77</sup> A qualificação %educacionista+, aqui, não se refere a nenhuma conotação de valor. Diz respeito a uma estratégia explicativa: a lógica segundo a qual se identificam princípios mais simples para fenômenos mais complexos. Dessa forma, esses fenômenos estariam sendo %educados+a seus princípios fundamentais.

---

78 Por exemplo, comparação do universo a um relógio.

79 A alteridade, a descoberta do outro como elemento essencialmente diferente do si, foi elaborada desde cedo no pensamento filosófico do ocidente. Já Pitágoras de Samos, com sua filosofia de base numérica, iria dizer que os números ímpares se referem à identidade, e os números pares à alteridade, às relações do eu e do outro. Platão procurou definir a alteridade, o "*tó héteron*" como a conceituou, como uma conciliação entre o mundo das essências imutáveis de Parmênides, que se referem à identidade, e o devir hieraclítico, que configura o outro.

80 Aristóteles, em *Categorias*:

A oposição de um termo a um outro se diz de quatro maneiras: há a oposição dos relativos, a dos contrários, a da privação à posse, e a da afirmação à negação.

A oposição, em cada um destes casos, se pode exprimir esquematicamente da maneira seguinte:

aquela dos relativos, como o duplo à metade;

aquela dos contrários, como o mal e o bem;

aquela da privação à posse, como a cegueira à vista;

aquela da afirmação à negação, como ele está assentado, ele não está assentado.

Os termos que são opostos como os relativos são aqueles cujo todo ser consiste em ser dito de seu oposto ou que se relaciona de qualquer outro modo. Por exemplo, o duplo é aquilo que, em sua essência mesma, é dito duplo de uma outra coisa, porque é de qualquer coisa que é dito duplo. O conhecimento e o cognoscível são também opostos como relativos: o conhecimento é dito, em sua essência mesma, conhecimento do cognoscível, e o cognoscível, por seu turno, é ele mesmo, em sua essência, dito de seu oposto, a saber do conhecimento, porque o cognoscível é dito cognoscível para qualquer coisa, isto é, para o conhecimento. Os termos que são opostos como relativos são pois aqueles cujo ser todo consiste o serem ditos de outras coisas, ou que são, de maneira qualquer, em relação recíproca. (ARISTÓTELES, 2002)

81 Na contradição dialética:

1. os termos contraditórios não são dois positivos contrários ou opostos, mas dois predicados contraditórios do mesmo sujeito, que só existem negando um ao outro. Em vez de dizer quente-frio, doce-amargo, material-espiritual, natural-cultural, devemos compreender que é preciso dizer: quente-não quente, frio-não frio, doce-não doce, amargo-não amargo, material-não material, espiritual-não espiritual, natural-não natural, cultural-não cultural;

2. o negativo (o não x: não quente, não-doce, não material, não natural, etc.) não é um positivo contrário a outro positivo, mas é verdadeiramente negativo. Se eu disser, por exemplo, %o caderno não é a árvore+, esse não, não é um negativo verdadeiro, pois o caderno e a árvore continuam como dois termos positivos. Esse não, escreve Hegel, é mera negação externa. Nesta, qualquer termo pode ser negação de qualquer outro. Assim, por exemplo, posso dizer: o caderno não é a árvore, não é a porta, não é João, não é a mesa, etc. O verdadeiro negativo é uma negação interna, como aquela que surge se eu disser, por exemplo, %o caderno é a não-árvore+, pois, aqui, o ser do caderno, a sua realidade, é a negação da realidade da árvore; o caderno é a árvore negada como árvore. Não tenho uma árvore que virou um caderno, mas uma árvore que deixou de ser árvore porque foi transformada em caderno. A negação interna é aquela na qual um ser é a supressão de seu outro, de seu negativo.

---

A contradição dialética nos revela um sujeito que surge, se manifesta e se transforma graças à contradição de seus predicados. Em lugar de a contradição ser o que destrói o sujeito (como julgavam todos os filósofos), ela é o que movimenta e transforma o sujeito, fazendo-o síntese ativa de todos os predicados postos e negados por ele. Breves informações disponíveis em: <[http://geocities.yahoo.com.br/mcrost02/convite\\_a\\_filosofia\\_25.htm](http://geocities.yahoo.com.br/mcrost02/convite_a_filosofia_25.htm)>.

<sup>82</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.alberteinstein.info/>>, <[http://www.physicsdaily.com/physics/Mileva\\_Maric](http://www.physicsdaily.com/physics/Mileva_Maric)>.

<sup>83</sup> Thompson vai se %aspirar+ em Foucault, %genealogizando+ a idéia de ideologia, objetivando enquadrá-la em práticas de relações de poder:

[ . . . ] o conceito de ideologia deve ser usado para referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas e presentes em relações de dominação. (THOMPSON, 2001, p.223).

E, ainda mais: %a ideologia é sentido a serviço do poder+ (THOMPSON, 2001, p.223).

<sup>84</sup> Senão vejamos, de modo muito sucinto, podemos dizer que a cultura antropocentrista vai se relacionar com a *physis*, de modo a dominá-la, colocá-la em uma determinada ordem de racionalidade, seqüestrá-la de sua contingência, incluindo, aí, o que ela possui de *ântropo*, de forma que as idéias de contrato, de estado e arcabouço jurídico, capazes de dominar, organizar e regular o %selvagem+, o %caos+, o %primitivo+, podem se estabelecer.

O iluminismo, o capitalismo e suas eras vão significar ciência e tecnologia no centro dos modos de subjetivação, colocando o sujeito civilizado fora da natureza, num *locus* não-natural. Ora esse sujeito se relaciona com o %mundo natural+ como se fôra este um ente hostil, um campo de luta, ora, numa espécie de antropomorfização do natural, com benevolência e harmonia idealizadas. Essa prática dualista vai definir uma perspectiva específica para a sociedade, onde se inclui a luta de classes, e uma outra perspectiva onde a luta é rejeitada em nome de uma visão %holística+, integradora. A dicotomia estabelecida permanece, não sendo superada nem mesmo por um arcabouço ideológico que carrega essa pretensão. A ideologia dialética supõe permanente tensão entre campos de força, permanente contradição e superação dos contrários. Não está entre as premissas da racionalidade da ideologia dialética, a sofisticada e nada romântica percepção bergsoniana, onde a natureza, e tudo nela e com ela, é puro movimento de criação, ultrapassando e deletando a finalidade como ordem estabilizadora. Essa forma de percepção leva em conta o governo da vida em todas as suas manifestações, enquanto práticas de relações de poder que circulam em significados precipitados em fluxos de diferentes e inconstantes velocidades da matéria. A questão aqui não é o governo do político, do ideológico, mas a ética e a estética do movimento da vida que, por sua vez, não contradizem o político e o ideológico, mas os incluem enquanto modalidades de movimento.



- 
- <sup>85</sup> Gadamer se inscreve na linha da tradição heideggeriana, na medida em que aprofunda a questão da compreensão em sua acepção ontológica e que faz da hermenêutica uma tarefa de compreensão e de diálogo aspirando à universalidade. Para ele, a compreensão é um processo que resulta do trabalho da história e se poderia demonstrar que é a lingüisticidade essencial à toda compreensão que reveste o acontecimento hermenêutico (GADAMER, 1998)
- <sup>86</sup> Como também aponta MORRISON (1995).
- <sup>87</sup> A noção da página como *frame* se desloca para uma espécie de noção *fractal* do *link* do hipertexto.
- <sup>88</sup> No final da década de 1980, circulava entre os fãs de ficção científica a seguinte história: em uma conferência, pouco depois do lançamento de seu livro *Neuromancer*, o escritor americano William Gibson teria sido abordado por ninguém menos que Marshall McLuhan, que lhe disse: *“Você realizou meu sonho!”*. Não há registro de um tal encontro. Além disso, McLuhan morreu em 1980, três anos antes de Gibson concluir a que é até hoje considerada sua obra-prima. *Ma si non è vero, è bene trovato*: o livro de Gibson descrevia pela primeira vez (na literatura de ficção científica ou fora dela) a possibilidade de um mundo completamente interconectado: a comunicação universal, sem fronteiras, propiciada pelo ambiente virtual e surreal que Gibson chamou de *ciberespaço*. uma realidade consensual, ou, mais adequadamente, em suas próprias palavras, *uma alucinação consensual*.
- <sup>89</sup> Victor Hugo publicou *Notre Dame de Paris* em 1831. Era a Paris de Balzac e seu realismo, em pleno reinado do *rei burguês*. No entanto sua história ocorre em 1482, última fase da Idade Média, uma década antes do descobrimento da América. Não existe registro de comentário que estranhe sua narrativa de época. Pelo contrário, a recepção da obra ganhou uma trajetória que assegurou a posição de cânone. *Esso matará aquilo* vai se estabelecer como um ícone, para a modernidade, e um clichê em nossos dias. No entanto, há que se dizer que o personagem principal dessa obra não é a catedral ou o livro. *Quasímodo geniti infantes* é como chamam os católicos, o primeiro domingo depois da Páscoa. Significa: "como crianças recém-nascidas". É esse nome, Quasímodo que Hugo vai dar ao personagem em torno do qual gira a história. É com esse homem, um ser inacabado e mal posto no mundo, que o autor vai fazer uma espécie de genealogia de como chegamos a ser o que estávamos sendo (éramos) em 1831.
- <sup>90</sup> Segundo a leitura benjaminiana de Proust, o passado seria trazido pela memória involuntária, provocada pelo contato com qualquer materialidade (ou na sensação que tal materialidade ocasionaria), que desconhecemos qual possa ser. Encontrar ou não essa materialidade antes de nossa morte seria uma função do acaso. As condições históricas é que impediriam que *os interesses interiores do homem* fossem *incorporados à sua experiência*, fazendo com que assumam um *caráter irremediavelmente privado* (BENJAMIN, 1993, p. 31). Numa quase abordagem junguiana, o autor afirma que

[ . . . ] há experiência, no sentido próprio do termo, mas que ela não ocorre na separação entre a memória individual e a memória coletiva, visto que ...determinados conteúdos do passado individual entram em conjunção, na memória, com os do passado coletivo. Os cultos, com os seus cerimoniais, com as suas festas, realizariam a fusão entre esses dois materiais da memória. É responsabilidade da experiência provocar a lembrança de épocas determinadas e continuar como ocasião e pretexto dessas

---

lembranças durante toda a vida. Lembrança voluntária e involuntária perdem assim sua exclusividade recíproca [ . . . ] (BENJAMIN, 1993, p. 32).

Quanto maior for a parte do *ad hoc* em cada impressão isolada; quanto mais estímulos; quanto maior for o sucesso com que ela opere; e quanto menos eles penetrarem na experiência, tanto mais corresponderão ao conceito de *vivência* [ . . . ] (BENJAMIN, 1993, p. 34).

A intimidade entre memória involuntária e a aura dos objetos seria produzida a partir das lembranças trazidas involuntariamente. Elas seriam irrepetíveis e escapariam à lembrança que tenta arquivá-las (BENJAMIN, 1993).

Elas corresponderiam ao conceito de aura e, ainda mais, significariam uma *experiência de aura*. Benjamin vai imputar à memória a *débauche* da *experiência da aura*, cujas imagens se baseiam na reprodução técnica, como as da fotografia. Para que esta possa ser feita, o olhar humano se dirige ao aparelho que, entretanto, não o retribui, *pois* o que na daguerreotípia devia ser sentido como desumano, diria mesmo mortal, era o olhar dirigido ao aparelho, enquanto este acolhe a imagem do homem sem retribuir-lhe um olhar (BENJAMIN, 1993, p. 52). Desde que o critério de autenticidade não é mais aplicável à produção artística, toda a função da arte fica subvertida. Em lugar de se basear sobre o ritual, ela se funda, doravante, sobre uma outra forma de praxis: a política (BENJAMIN, 1993, p. 11).

Em *Experiência e Pobreza* (1987), vai observar que a ruína da experiência se universaliza, uma vez que o sujeito não *separa mais* a crítica da pura fruição, produzindo, assim, o que o autor chama de barbárie. Mas não qualquer barbárie.

Barbárie? Sim. Respondemos afirmativamente para introduzir um conceito novo e positivo de barbárie. Pois o que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? Ela o impele a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda. Entre os grandes criadores sempre existiram homens implacáveis que operaram a partir de uma tábula rasa.

[ . . . ] (BENJAMIN, 1987, p. 116)

<sup>91</sup> Texto também disponível em: <<http://www.pucsp.br/~gb/texts/cibridismo.pdf>> e <<http://www.desvirtual.com/thebook/>>.

<sup>92</sup> *Fractais* são formas igualmente complexas no detalhe e na forma global. Esta é a definição de fractal do matemático Benoit Mandelbrot. Para introduzir a idéia de que a dimensão da unidade não é necessariamente inteira, Mandelbrot utilizou o seguinte exemplo: Qual é a dimensão de um novelo de fio? Mandelbrot respondeu que isso depende do ponto de vista. Visto de grande distância, o novelo não é mais do que um ponto, com dimensão zero. Visto mais de perto, o novelo parece ocupar um espaço periférico, assumindo assim três dimensões. Visto ainda mais de perto, o fio torna-se visível, e o objeto torna-se de fato unidimensional, ainda que essa dimensão única se enovele em volta de si mesma, de tal forma que ocupa um espaço tridimensional. A noção de quantos números são necessários para especificar um ponto continua a ser útil. De muito longe, não é preciso nenhum - o ponto é a única coisa que existe. Mais perto, são precisos três. Mais perto ainda, um é suficiente - qualquer posição específica ao longo do fio é única, por muito que o fio esteja enovelado.

---

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Textos Escolhidos*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Traduzido por Artur Morão. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

AGUIRRE, Joaquim Maria. *Crítica - Hipertexto: La convergencia de la teoría crítica contemporánea y la tecnología*.

<http://www.ucm.es/info/especulo/numero2/landowhi.htm>, consultado em 19/05/2003.

ALMEIDA, Milton José de. *Imagens e Sons: A Nova Cultura Oral*. São Paulo: Cortes Editora, 1994.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

- 
- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- ANJOS, Ciro dos . *Dois Romances: Abdias e O Amanuense Belmiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- ANSELMO, Artur. *História da edição em Portugal I*. Porto: Lello Irmãos, 1991.
- ARIÉS, P. *O tempo na história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*, IV, 5, 1009a 16-22. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 1998.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco* . Lisboa: Quetzal, 2004, 283p.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Contraponto, Edunesp, 1996.
- AUERBACH, E. *Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994.
- BARTHES, Roland . *Mitologias*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993.
- BARTHES, Roland et al. *Linguística e Literatura*. Lisboa: Edições 70, 1968. Trad. Isabel Gonçalves e Margarida Barahona.
- BARTHES, Roland. "Introdução à Análise Estrutural da Narrativa". *Communication*, col. Novas Perspectivas, Editora Vozes, Petrópolis, 1971, p. 44.
- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1978. Tradução de Leyla Perrone Moisés.
- BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990
- BARTHES, Roland. *O Prazer do Texto*, Edições 70, Lisboa, 1988.
- BARTHES, Roland. *S/Z*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. Tradução de Léa Novaes.
- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a Modernidade*. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio de Água, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BEIGUELMAN, Giselle. *O livro depois do livro*. São Paulo: Peirópolis, 2003.
- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 3. ed., 1987. v. 1.
- BENJAMIN, Walter, A obra de arte na era de sua irredutibilidade técnica. In: *Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

- 
- BENJAMIN, Walther . Magia e Técnica, Arte e Política in *Obras Escolhidas*, Volume 1. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENNINGTON, Geoffrey . *Jacques Derrida / por Geoffrey Bennington e Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERNÁRDEZ, E. *Teoría e epistemología del texto*. Madrid: Cátedra, 1995.
- BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita I*. São Paulo: Escuta, 2001.
- BLOOM, Alan. *A cultura inculta*. Ensaio sobre o declínio da cultura geral. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988.
- BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- BLUEDORN, A. C. *Human Organization, Realities and Experiences*. San Francisco: Stanford University Press, 2002.
- BOLTER, J.D. *Writing Space: The Computer, Hypertext, and the History of Writing*. Hillsdale, New Jersey: Laurence Erlbaum Associates, 1991.
- BORGES, Jorge Luis e GUERRERO, Margarita. O Minotauro. In: *O livro dos seres imaginários*. Porto Alegre: Globo, 1982.
- BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Porto Alegre: Globo, 1970.
- BORGES, Jorge Luiz. *Elogio da Sombra*. Editora Globo - Porto Alegre, 2001.
- BRAUDEL, F. "La longue durée" In: *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969, artigo publicado inicialmente na revista Annales . ESC, em 1958. Há tradução em português.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. *Contra o consenso*. Cultura escrita, Educação e Participação. Campinas: Mercado Aberto, 2003.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos*. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1997.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. *Máximas Impertinentes*. Disponível em [http://leiabrasil.org.br/material\\_apoio/pdfs/Luiz Britto.pdf](http://leiabrasil.org.br/material_apoio/pdfs/Luiz_Britto.pdf)
- BRUNER, J. *Acts of meaning*. Cambridge: Harvard University Press, 1990
- BURBULES, Nicholas & CALLISTER, Educación: riesgos y promesas de las nuevas tecnologías de la información. Barcelona: Granica, 2001.
- BUSH, Vannevar (1945). As we may think. *The Atlantic Monthly*, Boston, MA (<http://www.ps.uni-sb.de/~duchier/pub/vbush/vbush.shtml>).
- BYINGTON, Carlos Amadeu B. A pesquisa científica acadêmica na perspectiva da pedagogia simbólica. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *A pesquisa e as transformações do conhecimento*. Campinas: Papyrus, 1995.
- CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- 
- CALVINO, Italo. *Seis Propostas para o Próximo Milênio: Lições Americanas*. Tradução de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos*. Editora UFRJ, 1997
- CANEVACCI, Massimo. *Antropologia da Comunicação Visual*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002.
- CARDOSO, C. F. "O tempo das ciências naturais e o tempo da história" *In: Ensaios racionalistas. Filosofia, Ciências Naturais e História*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 25-40.
- CASSANO, Maria da Graça. Das diversas formas de determinação do sujeito-leitor. *Leitura: Teoria & Prática* N.41. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, setembro de 2003, pp. 49-65.
- CASSIN, Barbara, *Si Parménide*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1980.
- CASSIN, Barbara. *Ensaio sofisticos*, São Paulo: Siciliano, 1990.
- CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - Volume I: A Sociedade em Rede*. Tradução de Roneide Venancio Majer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet*. Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CAVALLO, G. & CHARTIER, R. (dir.). *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris, Éditions du Seuil, 2001.
- CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.
- CERTEAU, Michel de. Ler, uma operação de caça. *In: A invenção do cotidiano 1 – artes de fazer*. São Paulo: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHANDLER, Charlotte. *Eu, Fellini*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CHARTIER, Anne-Marie & HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura – 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHARTIER, Roger. (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998a.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro - do leitor ao navegador*. São Paulo:UNESP, 1998b.
- CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro, do leitor ao navegador.*, São Paulo: Unesp, 1998c.
- CHARTIER, Roger. *A História hoje: dúvidas, desafios, propostas*. 1994.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Lisboa: Vega, 1997.

- 
- CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 2a edição, Tradução de Mary Del Priori.
- CHARTIER, Roger. *Os Desafios da Escrita*. São Paulo: Unesp, 2000.
- CHESNEAUX, J. *Du passe faisons table rase? A propôs de l'histoire et des historiens*. Paris: Maspero, 1976.
- CHESNEAUX, J. *De la modernité*. Paris: la Découverte-Maspero, 1983.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade - Mundo*. Tradução de João da Cruz. Petrópolis: Editora Vozes, 1996. 2a edição.
- CHIAROTTINO, Zélia R. *Psicología e epistemología genética de Jean Piaget*. São Paulo: EPU, 1988.
- COLOMINA, Beatriz. *Privacy and Publicity: Modern Architecture as Mass Media*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1994.
- CONNOR, Steven . *Cultura Pós-Moderna: Introdução às Teorias do Contemporâneo*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 3a edição.
- COPI, Irving e COHEN, Carl. *Introduction to Logic*. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.
- Cragolini, Mónica Beatriz. *Razón imaginativa. Identidad y ética en la obra de Paul Ricoeur*. Buenos Aires: Almagesto, 1996.
- DE MASI, Domenico (Org.). *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- DEBUS, Eliane Santana Dias. *O leitor, esse conhecido: Monteiro Lobato e a formação do leitor. Tese de doutorado. Curso de Pós-graduação em Letras . PUC/RS, 2001.*
- DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Tradução de Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- DELEUZE, Gilles. *O mistério de Ariana*. Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1996.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia. Vol.2*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DERRIDA, Jacques. *Papel-máquina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1999. 2ª edição.
- DERRIDA, Jacques. *A Farmácia de Platão*. Tradução de Rogério da Costa. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997a.

- 
- DERRIDA, Jacques. *Cómo no hablar y otros textos*. Barcelona: Proyeto A Ediciones, 1997b.
- DERRIDA, Jacques (1995). *A Escritura e a Diferença*. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995a. 2ª edição,.
- DERRIDA, Jacques. *El lenguaje y las instituciones filosóficas*. Barcelona: Piados Ibérica, 1995b.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Tradução de Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papirus, 1991.
- DERRIDA, Jacques. *Glass*. Paris: Édition Galilée, 1974.
- DERRIDA, Jacques. *Teoria literaria y desconstruction*. Madrid: Arco Libros, 1990.
- DÉTIENNE, Marcel. *Les maîtres de vérité dans la Grèce archaïque*, Paris, La Découverte, 1990.
- DIAS, Maria Helena Pereira. *Hipertexto – o labirinto eletrônico. Uma experiência hipertextual*. Campinas: UNICAMP, 2000 (tese de doutorado).
- DOCHERTY, Thomas. *Postmodernism: A Reader*. New York: Columbia University Press, 1993.
- DOMINGUES, I. *O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a história*. São Paulo: Iluminuras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales a Nova História*. São Paulo: Ensaio, 1992.
- EAGLETON, Terry. *A Ideologia da Estética*. Tradução de Mauro Sá Rego da Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- ECKERT, C. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. *Revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre, ano 94-97.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ECO, Umberto. *From Internet to Gutenberg*  
<http://www.columbia.edu/cu/casaitaliana/internet.htm>, consultado em 08/10/1999.
- ECO, Umberto. *Obra Aberta*. 8ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1991.
- ECO, Umberto. *Os limites da Interpretação*. São Paulo, Perspectiva, 1990.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1993.
- EISENSTEIN, Elizabeth. *A revolução da cultura impressa. Os primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1998.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.



- 
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. V.1. Traduzido por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. V. 2. Traduzido por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- EMERSON, Ralph Waldo. *Essays and Lectures*. New York: The Library of America, 1983.
- FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *L' apparition du livre*. Paris: Albin Michel, 1971.
- FENDLER, Lynn. ¿Qué es imposible pensar? Una genealogía del sujeto educado. In: POPKEWITZ, T.S. & BRENNAN, M. *El desafío de Foucault. Discurso, conocimiento y poder en la educación*. Barcelona: Pomares-Corredor, 2000, pp.55-80.
- FERRAROTI, F. *Histoire et histoire de vie: le méthode biographique des les sciences sociales*. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.
- FERRAZ, Maria Cristina Franco. *Platão: as Artimanhas do Fingimento*. São Paulo: Relume Dumará, 1999.
- FERRO, M. *Comment on raconte l'histoire aux enfants, à travers le monde entier*. Paris: Payot, 1981.
- FERRO, M. *L'histoire sous surveillance, science et conscience de l'histoire*. Paris: Calmann-Lévy, 1985.
- FICHTE, Johann G. Preuve de l' illegitimité de la reproduction des livres, un raisonnement et une parabole. In KANT, E. *Qu' est ce qu' un livre*. Paris: PUF, 1995, pp.139-170.
- FIGUEIREDO, Antonio *et al.* Towards a Web-based Memex. *ICECE'99 International Conference on Engineering and Computer Education*. Rio de Janeiro, 11-14 de agosto de 1999. Em CD-Rom.
- FONTES, Joaquim Brasil. *As Obrigatórias Metáforas*. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- FORRESTER, Vivianne. *O Horror Econômico*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996. Tradução de Álvaro Lorencini.
- FOUCAMBERT, Jean. Trata-se, de fato, de distribuir melhor a leitura? *Leitura: Teoria & Prática* N.42. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, março de 2004, pp.5-8.
- FOUCAULT, Michel. *Discurso y verdad en la antigua Grecia*. Barcelona: Ediciones Paidós/I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2004a.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes: 2004b.
- FOUCAULT, M. Sociedade disciplinar em crise. In: FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: FOUCAULT, M. *Ditos & escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a, pp. 335-351.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud e Marx (1967). In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b, pp.40-55.

- 
- FOUCAULT, Michel. *Theatrum Philosophicum*. In: *Ditos & Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000c, p.230-254.
- FOUCAULT, Michel. *Política da verdade*. In: RABINOW, P. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999a, p.17-25.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.
- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos no Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996a.
- FOUCAULT, Michel. *De lenguaje y literatura*. Introdução de Ángel Gabilondo. Barcelona: Ediciones Paidós/I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 1996b.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *O pensamento do exterior*. São Paulo: Princípio, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Isto não é um cachimbo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986a.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1986b.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1985a.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III. O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985b.
- FRANZINI, Elio. *A estética do século XVIII*. Lisboa: Estampa, 1999. Trad. Isabel Teresa Santos.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREUD, Sigmund. *El poeta y la fantasía*. Buenos Aires: Amorrortu, 1980.
- FURTADO, José Afonso. *O que é o livro*. Lisboa: Difusão Cultural, 1995.
- GADAMER, H. G. *Verdade e Método; traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História da Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Palavra e Verdade na filosofia antiga e na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- GEERTZ, C. *Negara: o Estado teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- GIBSON, William. *Idoru*. São Paulo: Conrad Livros, 1999.

- 
- GIBSON, William. *Neuromancer*. São Paulo: Aleph, 1991.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo:UNESP, 1991.
- GLEZER, R. "O tempo e os homens: dom, servidor e senhor" In: CONTIER, A. D.(org.) *História em debate*. São Paulo: INFOUR/CNPq, 1992, p. 257-268.
- GÖERGEN, P. A Crítica da Modernidade e a Educação. *Revista Pro-Posições*. Vol. 7, no 2, julho, 1996, p. 20-45.
- GOODY, Jack. *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- GOODY, Jack & WATT, Ian. *Literacy in traditional societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- GRAFF, Harvey. O mito da alfabetização. *Teoria & Educação* 2. Porto Alegre: Pannonica, 1990, pp.30-64.
- GRITTI, Delmino. *Sobre o livro e o escrever*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HARAWAY, Donna. A cyborg manifest: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. In: HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HEIDEGGER, Martin. *A caminho da linguagem*. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Editora Vozes/Editora Universitária São Francisco, 2004.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HEIDEGGER, Martin. *Caminos de bosque*. Versión española de Helena Cortés y Arturo Leyte. Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- HERRENSCHMIDT, Clarice. O todo, o enigma e a ilusão. In: BOTTÉRO, Jean, MORRISON, Ken e outros. *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Ática, 1995.
- HOBSBAWN, Eric. *O século XXI. Reflexões sobre o futuro*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ILLICH, Ivan. Um apelo à pesquisa em cultura escrita leiga. In: OLSON, David & TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995, p.35-54.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura*. Uma teoria do efeito estético. V.2. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1999.
- JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Trad. Artur M. Parreira.

- 
- JAYNES, Julian. *The Origin of Consciousness in the Breakdown of the Bicameral Mind*. Boston: Hofton Mifflin Company, 1990.
- JOHANSSON, Egil. *The history of literacy in Sweden, in comparison with some other countries*. Educational Reports, Umea, 12, 1977.
- JOHNSON, Steven. *Cultura da interface*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- JOHNSON, Steven. *Emergência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- KANT, Emmanuel. *Qu' est ce qu' um livre?* Paris: PUF, 1995.
- KANT, Emmanuel. *Qu' est-ce que les lumières?* In: KANT, E. *Oeuvres*. T.III Paris: Gallimard, 1985.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- KOSELLECK, R. *Le future passé: contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Ed. Ehes, 1990.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- LACLAU, Ernesto. *Universalism, Particularism and the Question of Identity*. In: LACLAU, E. *Emancipation(s)*. London: Verso, 1996, pp20-35.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1993.
- LAJOLO, Marisa. Natureza interdisciplinar da leitura e suas implicações na metodologia do ensino. In: ABREU, Márcia (Org,). *Leituras no Brasil*. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1995.
- LANDOW, George P. *Hipertexto: La Convergencia de la Teoría Crítica Contemporánea y la Tecnología*. Trad. Patrick Ducher. Barcelona: Ediciones Paidós, 1995.
- LARROSA, Jorge. *Linguagem e Educação depois de Babel*. Tradução de Cynthia Farina. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LARROSA, Jorge. *La experiencia de la lectura. Estudios sobre literatura y formación*. Barcelona: Laertes, 1996.
- LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- LE CORBUSIER. Apud Beatriz Colomina, *Privacy And Publicity: Modern Architecture As Mass Media*. Massachussets: The MIT Press, 1998.
- LE GOFF, J. *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1980.
- LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997.

- 
- LEMOS, André. Andar, Clicar e Escrever Hipertextos <http://www.facom.ufba.br/hipertexto/andre.html>, consultado em 09/02/2002.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LÉVY, P. (s/d). *Tecnologias intelectuais e modos de conhecer: nós somos o texto*. <File://C:/WINDOWS/TEMP/nossomos.html>
- LÉVY, Pierre; *A conexão planetária*. O mercado, o ciberespaço, a consciência. Tradução de Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LÉVY, Pierre. A Globalização dos Significados. *Folha de São Paulo*, Suplemento mais!, 7 de dezembro de 1997, pág. 3.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.
- LUNENFELD, Peter (Org.). *The digital dialectic*. Cambridge: MIT Press, 1999.
- LUNENFELD, Peter. Art post-history: digital photography & electronic semiotics. In: *Photography after photography – memory and representation in the digital age*. Amsterdam: G+B, 1996.
- LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989. Tradução de José Bragança de Miranda.
- LYOTARD, Jean-François. Catálogo da exposição *Les Immatériaux*. Paris, 1985.
- MACHADO, Roberto. *Deleuze e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.
- MANGUEL, Alberto. *Os livros e os dias*. Um ano de leituras prazerosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Lisboa: Presença, 1998.
- MARCUSCHI, Luis Antônio. Leitura e compreensão de texto falado e escrito como ato individual de uma prática social. In: ZILBERMAN, R. & SILVA, E.T. (orgs.). *Leitura. Perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1988, p.38-57.
- MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. *Cadernos de Sociologia*, v. 3, p.55-88, 1991.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.
- MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, EPU, 1974.
- MCLUHAN, Marshall & FIORE, Quentin. *O meio são as mensagens*. Rio de Janeiro: Record, 1969.
- MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutemberg*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1972.

- 
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media)*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- MCMURTRIE, Douglas C. *O livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- MEDEIROS, Lúcia H. A identidade narrada do município mais alfabetizado do Brasil: relações entre leitura e identidade cultural. *Dissertação de Mestrado*. PPGEDU/UFRGS, 2000.
- MELO, José Marques de. Comunicação social: da leitura à leitura crítica. In: ORLANDI, E.P. & SILVA, E.T. (orgs.). *Leitura. Perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1988, p.100-110.
- MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas*. São Paulo: Olhos d'Água, 2001.
- MIRANDA, Daicy Maria Cardozo. *Lucinha, a menina sem letras*. Porto Alegre: Ed. Paulinas, s/d.
- MONTEIRO, Maria Feijó Borges. Adaptações de Clássicos Literários Brasileiros. *Dissertação de mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Letras, PUC/Rio, 2002.
- MOREY, Miguel. De la conversación ideal. Barcelona: *Archipiélago* 50, mar./abril 2002.
- MORGADO, Lina. *O lugar do hipertexto na aprendizagem: alguns princípios para a sua concepção*.  
<http://www.moderna.com.br/escola/prof/art22.htm>, consultado em 20/09/2004.
- MORRISON, Ken. Estabelecendo o texto: a institucionalização do conhecimento por meio das formas históricas e filosóficas de argumentação. In: BOTTÉRO, J., MORRISON, K. e outros. *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Ática, 1995.
- NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- NEGROPONTE, Nicholas. *A Vida Digital*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NIETZSCHE, F. *Da Retórica*. Lisboa: Vega, 1999a.
- NIETZSCHE, F. *O nascimento da tragédia* ou Helenismo e Pessimismo. Tradução, notas e posfácio de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1999b.
- NIETZSCHE, F. *Assim Falava Zaratustra*. Tradução de Paulo Osório de Castro. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996a.
- NIETZSCHE, F. *Humano, Demasiado Humano I*, (1878), trad. Paulo Osório de Castro, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996b.
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral*, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- NIETZSCHE, F. *O livro do filósofo*. Porto: Rés, s/d.
- NUNBERG, Geoffrey (comp.). *El futuro del libro*. Esto matará eso?. Com un epílogo de Umberto Eco. Barcelona: Paidós, 1998.
- NUSSBAUM, Martha C. *Poetic Justice, The Literary Imagination and Public Life*, Boston: Beacon Press, 1995.
- OLSON, D.; TORRANCE, N. (Org.). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

- 
- OLSON, David. From utterance to text: the bias of language in speech and writing. *Harvard Educational Review*, 47 (1977):257-281.
- OLSON, David. *O mundo no papel*. São Paulo: Ática, 1997.
- ORLANDI, Eni P. (Org.). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.
- ORLANDI, Eni P. (Org.). *Gestos de leitura. Da história no discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso & Leitura*. São Paulo: Cortez/UNICAMP, s/d.
- ORLANDI, Eni P. *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PARENTE, André (Org.). *Imagem máquina, a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P., *Gestos de leitura. Da história no discurso*. Campinas: UNICAMP, 1994.
- PEPPERS, Don & ROGERS, Martha. *Marketing one to one*. São Paulo: Makron Book, 2001.
- PETRELLI, Humberto Zanardo. *Górgias, Elogio de Helena*. Estudo introdutório, cópia do texto original e tradução. [Petrelli@hotmail.com](mailto:Petrelli@hotmail.com)
- PLATÃO. *Diálogos: Menon, Banquete, Fedro 1*, Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- PLATÃO. *Le sophiste*, Paris, Les Belles Lettres, 1985.
- POE, Edgar Allan. *A carta roubada e outras histórias de crime & mistério*. Porto Alegre: L&PM, 2003.
- POMIAN, K. *L'ordre du temps*. Paris: Gallimard, 1984.
- POSTMAN, Neil. *Tecnopólio*. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Nobel, 1994.
- PROUST, Marcel. *Sobre a leitura*. Lisboa: Vega, 1998.
- RABINOW, Paul. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- RAJCHMAN, J. *Foucault: a liberdade da filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1987.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- RAPPORT, N. & OVERING, J. *Social and Cultural Anthropology: The Key Concepts (Key Concepts)*. London: Routledge, 2000.
- RIBEIRO, Cristina Bertioli. Memória da Leitura. *Boletim da Associação Brasileira de Leitura n.6*. Campinas: ABL, 1999.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo III). São Paulo: Papyrus, 1997.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo II). São Paulo: Papyrus, 1995.
- RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação*. Porto: Porto Editora, 1995.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo I). São Paulo: Papyrus, 1994.

- 
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.
- RICOEUR, Paul. *Una interpretación de la cultura*. México: Siglo XXI, 1973.
- RIEMANN, G.; SCHÜTZE, F. Trajectory as a basic theoretical concept for analyzing suffering and disorderly social process. In: MAINES, D. R. *Social organization and social process: essays in honor of Anselm Strauss*. New York: Aldine de Gruyter; 1991.
- RIFKIN, Jeremy. *The age of access – the new culture of hypercapitalism, where all of life is a paid-for experience*. New York: Jeremy P. Tarcher/Putnam, 2000.
- RORTY, R. Solidariedade ou objetividade? *Novos Estudos CEBRAP*, p. 109-121, 1987.
- ROSSI, P. *Os sinais do tempo. História da terra e história das nações de Hooke a Vico*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- ROUANET, Sérgio Paulo. Tempo e espaço na forma shandiana: Sterne e Machado de Assis. *Estudos Avançados* V.18, n.51, São Paulo, 2004.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RYKWERT, Joseph. *A casa de Adão no paraíso. A idéia da cabana primitiva na história da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura na Prática*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SANCHO, Juana M. *Para Uma Tecnologia Educacional*. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- SANTOS, Alckmar Luiz dos. Textualidade Literária e Hipertexto Informatizado <http://www.cce.ufsc.br:80/~alckmar/texto1.html>, consultado em 02/02/2003.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. Sociedade da informação – Inclusão e exclusão. Conferência apresentada na 52<sup>a</sup>. *Reunião da S.B.P.C.*. Brasília, 13/07/2000.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias. O impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- SÃO VITO, Hugo de. *Didascálicon. Da arte de ler*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SAUEG, Maria Elisa Marchini. *Hipertexto como Recurso e como Metáfora*. <http://www.geocities.com/Paris/LeftBank/8592/htxrecurso.htm>, consultado em 24/01/2005.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1973.
- SILVA, Tomaz Tadeu da . *Identidades Terminais: As Transformações na Política da Pedagogia e na Pedagogia da Política*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SLOTERDIJK, Peter. *O desprezo das massas. Ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*. Tradução de Claudia Cavalcanti. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.



- 
- SLOTERDIJK, Peter. *Extrañamiento del mundo*. Traducción y prólogo de Eduardo Gil Bera. Valencia: Pre-textos, 2001.
- SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o parque humano. Uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- SLOTERDIJK, Peter. *No mesmo barco. Ensaio sobre a hisperpolítica*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SNYDER, Ilana. *Hypertext. The electronic labyrinth*. New York: New York University Press, 1997.
- SOUZA, João Valdir Alves de. Educação, modernidade, modernização e modernismo: crenças e descrenças no mundo moderno. *Educação e Sociedade*, no. 57/Especial, CEDES, 1996.
- SOUZA, Solange Jobin e .*Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. Campinas, Papirus, 1994.
- STEINER, George. *Nenhuma paixão desperdiçada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- STEINER, George. *Después de Babel*. Aspectos del lenguaje y la traducción. 2ª edición. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- STEINER, G. The Uncommon Reader. in *No Passion Spent*. London: Faber and Faber, 1996.
- STEINER, George. The Retreat from the Word. In *Language and Silence*. London, Penguin Books, 1979.
- STEINER, George. *As idéias de Heidegger*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- STRAUSS, Leo. *Liberalism Ancient and Modern.*, Chicago: The university of Chicago Press, 1995.
- STREET, Brian V. *Social Literacies. Critical approaches to literacy in development, ethnography and education*. London: Longman, 1995.
- THOMPSON, E.P. "Tiempo, disciplina y capitalismo" In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Critica, 1979.
- TOFFLER, Alvin. *Previsões e premissas*. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- TOULMIN, J. e GOODFIELD, J. *El descubrimiento del tiempo*. Buenos Aires: Paidós, 1968.
- TOULMIN, S. *The Uses of Argument*. Cambridge: University Press, 1958.
- TRILLING, Lionel. *The Moral Obligation to be Intelligent*, New York: L. Wieseltier Ed., 2000.
- UNESCO. *Relatório Professores para as Escolas do Amanhã*. Brasília UNESCO, 2001.
- VALADIER, Paul. *O elogio da consciência*. São Leopoldo: Ed.Unisinos, 2000.
- VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

---

VEIGA-NETO, Alfredo José da. *Michel Foucault e as Perspectivas Críticas da Sociologia da Educação*.

<http://www.ufrgs.br/faced/alfredo/anped94.htm>, consultado em 11/04/1999.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB, 1998.

VEYNE, Paul. *Acreditaram os gregos nos seus mitos?* Lisboa: Edições 70, 1987.

VICTOR HUGO. *Nossa Senhora de Paris*. Trad. José da Natividade Gaspar. Porto: Livraria Civilização, 1971. 2 vols.

VIIÑAO FRAGO, A. *Alfabetização na sociedade e na história*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

VIRILIO, Paul. *A bomba informática*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Bauru: EDUSC, 2000.

WEHLING, A. "Tempo e história nas diferentes culturas" *In: A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: U. Gama Filho; UFF, 1994, p. 51-8.

WEINRICH, H. *Estructura y funcion de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Editorial Gredos, 1974.

WEISSHEIMER, Janaina. (2003). Tempo e discurso. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Ano 1, n. 1. <[www.revelhp.cjb.net](http://www.revelhp.cjb.net)

ZAPPONE, Mirian Yaegashi. *Práticas de leitura na escola. Tese de doutorado*. Curso de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 2001.

ZILBERMAN, Regina & SILVA, Ezequiel Theodoro (orgs.). *Leitura. Perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1988.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

ZINE, Mohammed C. Disponível em <http://philo.8m.com/TEXTES.html>